

Universidade Candido Mendes
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**Em nome de deus: gramática religiosa e ação política na Igreja Universal do Reino
de Deus**

Willelm Martins Andrade Jardim

Rio de Janeiro
2021

Willelm Martins Andrade Jardim

Em nome de deus: gramática religiosa e ação política na Igreja Universal do Reino de Deus

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, da Universidade Candido Mendes - UCAM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Junior (IUPERJ - UCAM)

Coorientador: Prof. Dr. Fabrício Roberto Costa Oliveira (IUPERJ/UFV)

Prof.^a Dra. Janine Targino da Silva (IUPERJ - UCAM)

Prof. Dr. Daniel Rocha (PUC Minas)

Rio de Janeiro, Abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço deixo meus sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram ao longo da jornada que culminou nesta dissertação. Esperei muito por este momento, pois de alguma maneira equivale ao reconhecimento de que por trás desse trabalho existiu uma grande rede de apoio profissional e afetivo que o tornou viável. Considero que sei bem o que é ser ajudado, pois sinto que não me faltaram mãos estendidas ao longo da vida. No percurso do mestrado não foi diferente.

Gostaria de começar agradecendo ao corpo docente do PPGSP – IUPERJ, por todo conhecimento que me possibilitaram nos debates das aulas. Em especial ao Prof. Rogério Souza, que seja como professor ou como coordenador do curso sempre esteve pronto a ajudar nas minhas demandas. À Jéssica, por sempre estar pronta a auxiliar nos trâmites da secretaria e compartilhar uma boa conversa e um delicioso café, sentirei saudades.

À profa. Janine Targino pela leitura do primeiro esboço do trabalho, pelos apontamentos na qualificação e por ter aceitado compor a banca de defesa como avaliadora interna ao PPG, muito obrigado!

Agradeço ao Prof. Dr. Daniel Rocha por aceitar o convite de compor como avaliador a banca de defesa dessa dissertação.

Agradeço à Capes o financiamento que tornou viável esta pesquisa.

Fica a minha gratidão aos meus colegas da turma do mestrado de 2018. Devo agradecer nominalmente à Adriana Gazzola, pela amizade e força e pela companhia na SBS e à Kátia pelos muitos conselhos e por me salvar diversas vezes com caronas providenciais. Muito obrigado aos egressos, Gabriel Rezende, pelo material compartilhado e pelas dicas sobre a IURD, e Márcio, pela fundamental intermediação com a candidata. Agradeço também a Tia Ju por ter me recebido em seu gabinete da ALERJ e ter acolhido minha solicitação de acompanhar alguns momentos da campanha.

Agradeço todo ao apoio que recebi do meu pai William, sua esposa Enézia e do meu irmão William Pedro. Ao meu primo e compadre Filipe, a sua esposa e minha comadre Luciana e minha afilhada Clarissy, obrigado pelo suporte que deram no momento mais delicado dessa jornada. Queria que todos meus familiares fossem representados aqui pelo agradecimento incondicional a minha Tia Vânia. Infelizmente não foi possível que ela vivesse para que pudéssemos comemorar em conjunto essa

conquista. Grande parte dessa dissertação foi escrita em meio a sua enfermidade, e mesmo em meio a muitas dores, era comovente sua satisfação ao me ouvir contar que o trabalho estava “andando” e sua preocupação em me incentivar a seguir firme. Deixo aqui o agradecimento de uma vida inteira, pois junto a sua mãe, Dirce (minha querida Mainha), foi quem mais me deu suporte. Dedico a elas essa conquista.

À minha querida amiga Júlia, por me guiar no Rio de Janeiro, sempre solícita ao me dar abrigo em sua casa, e sua irmã Carolina, por concordar. À minha família carioca, Yayá, Leandro, Ana, Careca, Hermeto, Vicentina e Bebel, meu muito obrigado. Foi ótimo compartilhar a vida com vocês.

Agradeço muito aos meus alunos e ex-alunos. No momento estamos sem aulas presenciais e faz muita falta estar com vocês na sala de aula. Agradeço também à gestão e aos colegas das escolas E.E. Álvaro Giesta e E.E. Dr. Levindo Coelho, que na maioria das vezes me atenderem nas demandas de horário de aulas. Agradeço aos amigos e professores Mateus e Édson, pelos debates, desabafos e incentivo.

Ao Pablo Gabriel por ouvir meus lamentos e estar sempre disposto a ajudar. Aos amigos de Ubá, os da República em Viçosa, da turma de Ciências Sociais de 2010 da UFV, que permanecem me dando força e recaram minhas energias.

Ao orientador prof. Paulo Gracino pelas intervenções, sugestões e aprendizado com os debates nas orientações. Obrigado por cumprir muito além do papel de orientador, facilitando minha adaptação ao Rio de Janeiro, me apresentando bons lugares e intermediando um lugar que pudesse chamar de lar. Agradeço também a confiança depositada ao aceitar me orientar! Ao prof. Fabrício Oliveira, que foi brilhante na atividade de coorientação. Levarei comigo as mensagens de apoio e de que esta era uma tarefa conjunta: “Vamos juntos!”. Obrigado pelo convite de contribuir com um artigo que se originou nessa dissertação no livro *Cristianismos, Sociabilidade e Espaço Público: reflexões sobre as relações entre religião e sociedade*. Foi de uma sensibilidade ímpar a forma como entenderam e me deram força quando me dediquei à saúde de minha tia. Sou muito orgulhoso de nossa parceria e amizade. Espero que eu tenha a oportunidade retribuí-los.

Este trabalho seria impossível sem todo auxílio recebido de minha companheira Rosa. Obrigado por me acompanhar desde a graduação. Sem você nada disso teria sido possível. Seu amor foi fundamental em todos os momentos. O amor de Sassá e Jobim foi também fundamental.

No instante em que escrevo este agradecimento e finalizo a dissertação, estamos isolados dos outros, e um do outro, em cômodos diferentes em um mesmo apartamento, por conta de apresentarmos sintomas de Covid 19. É uma situação que nunca imaginei, a sensação tristeza e o medo são bem fortes, por toda a conjuntura política e social. Espero que você melhore e que as coisas melhorem, e que possamos comemorar juntos em breve. Muito Obrigado!

RESUMO

A partir do final da década 1980, em virtude da composição da Assembleia Constituinte, houve uma grande mobilização de setores evangélicos no sentido de eleger representantes oficiais que defendessem seus interesses na política institucional. Essa movimentação política trouxe novos desafios ao estudo das relações entre religião e política no Brasil. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) tornou-se modelo nesta empreitada. Essa dissertação é uma análise da forma de atuação política desta Igreja. Procurei demonstrar que onde quer que se faça presente o antagonismo é um dos principais modos de conduta da IURD. A partir de elementos que compõe seu imaginário e seu quadro ritualístico como a capacidade de possessão e aliado a um destacado pragmatismo a Igreja lança candidatos e age de forma a influenciar nas eleições em favor de seus político e aliados. Faz parte de sua vasta estrutura o controle de um partido político, o Republicanos. A relação entre a necessidade de ampliar as bases para além dos evangélicos e as acusações de desrespeitar a laicidade colocam desafios à esta relação. Como forma de entender este processo, busquei analisar o discurso produzido por uma campanha eleitoral de uma candidata à ALERJ nas eleições de 2018 que mantém vínculo com a IURD. Defendo que apesar da presença de elementos e justificativas religiosas há um movimento de ampliação da gramática política que visa se defender dos ataques dos opositores e que em virtude da concorrência eleitoral objetiva ampliar a base de eleitores para além dos fiéis da igreja.

Palavras-chave: Discurso, Religião, Política, Antagonismo, Eleições

ABSTRACT

From the end of the 1980s, due to the composition of the Constituent Assembly, there was a great mobilization of evangelical sectors in the sense of electing official representatives who would defend their interests in institutional politics. This political movement brought new challenges to the study of the relationship between religion and politics in Brazil. The Universal Church of the Kingdom of God (UCKG) became a model in this endeavor. This essay is an analysis of the form of political activity of this Church. I tried to demonstrate that wherever antagonism is present, it is one of the main ways of conduct of the UCKG. Based on elements that compose its imaginary and its ritualistic framework, such as the capacity for possession and allied with a prominent pragmatism, the Church launches candidates and acts in order to influence the elections in favor of its politicians and allies. Part of its vast structure is the control of a political party, the Republicans. The relationship between the needs to expand the bases beyond evangelicals and the accusations of disrespecting secularism poses challenges to this relationship. As a way of understanding this process, I sought to analyze the discourse produced by an election campaign of a candidate for ALERJ in the 2018 elections that maintain a link with the UCKG. I argue that despite the presence of religious elements and justifications, there is a movement to expand the political grammar that aims to defend itself against attacks by opponents and that due to electoral competition aims to expand the base of voters beyond the faithful of the church.

Keyword: Discourse, Religion, Politics, Antagonism, Elections

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC – Associação Beneficente Cristã

AEvB – Associação Evangélica Brasileira

ALERJ – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

CNPB – Conselho Nacional de Pastores do Brasil

DEM – Partido Democratas

EBI - Escola Bíblica Infantil

FEMPERJ - Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

NMR – Novos movimentos religiosos

PAS – Partido da Ação Social

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMR – Partido Municipalista Renovador

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

TER – Tribunal Regional Eleitoral

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 - Religião E Espaço Público.....	17
1.1. Igreja Católica e Estado no Brasil.	17
1.2 – O enquadramento do fenômeno religioso.....	21
Capítulo 2: De quem estamos falando? Características, organização e discurso da Igreja Universal do Reino de Deus	31
2.1 - A IURD e a produção de antagonismo.	31
2.2 - Inserção e atuação na política: concepções do político para a Universal	40
Capítulo 3 – A Participação da IURD nas eleições presidenciais.....	50
3.1 – As primeiras eleições.....	50
3.2 – A aliança com o PT.....	57
3.3 As mudanças recentes.....	62
Capítulo 4 - Uma gramática em expansão: a campanha de Tia Ju para a ALERJ	87
4.1 – A produção dos discursos.....	87
4.2 - IURD no Rio de Janeiro.....	90
4.3 - O caso da candidatura de Tia Ju.....	92
Considerações Finais	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

A construção do problema desta dissertação se deu a partir de uma pesquisa na graduação em que analisamos a mobilização da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a partir do seu jornal Folha Universal, nos períodos eleitorais de 2010 e 2014. Nossa pesquisa revelou uma estreita relação entre o, na época, Partido Republicano Brasileiro (PRB - atual Republicanos) e a IURD. Os políticos deste partido tinham seus nomes e vinculação partidária destacada em uma seção sobre política do jornal, seus projetos de lei e suas conquistas eram apresentadas, suas opiniões sobre temas sociais eram vinculadas de forma recorrente, quando propício, leis de sua autoria eram inseridas nas matérias sobre temas como seguranças, saúde, cuidado da criança e do idoso, etc. Além de servir como propaganda dos políticos vinculados à Igreja, o jornal funcionou como um meio de defesa da candidata a presidência Dilma Rousseff (PT) nas eleições de 2010.

Dentre as questões que surgiram no trabalho, uma dela nos chamou a atenção: a mudança de posicionamento em relação ao que se vinculava sobre política no jornal em relação à política de uma eleição a outra, ou seja, da eleição de 2010, para a eleição de 2014, houve notável mudança de comportamento.

Apesar de alguma continuidade, como o reforço ao voto consciente, incentivo ao registro do título de eleitor e o desaconselho em votar nulo, que podem ser classificados como uma postura cívica, e estão presentes no jornal desde a década de 1990, o jornal não apresentou propaganda política de seus candidatos em 2014. Da mesma forma, não se comprometeu com a defesa de nenhum candidato à presidência de maneira explícita, nem atacou de forma veemente a candidatura opositora como em 2010. No entanto, a IURD manteve seus políticos na aliança com a candidatura de Dilma Rousseff e Michel Temer PT/PMDB, sendo o PRB um partido da base governista a ponto do Senador Marcelo Crivella (PRB) ter sido nomeado Ministro da Pesca e Aquicultura do governo 2012¹.

O questionamento, que inicialmente queria responder, o que teria gerado essa mudança amadureceu, e se desenvolveu no sentido de pensar no âmbito dos discursos dos políticos ligados a Igreja. Ao perceber que a Igreja poderia se posicionar

¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/marcelo-crivella-o-novo-ministro-da-pesca-do-governo-dilma-4099534>. Acessado em: 19/05/2020.

politicamente em um sentido e o partido em outro, nos fez pensar nos desdobramentos dessa relação. As acusações de que sofrem os políticos do Republicanos de “misturarem política com religião” trás contornos ainda mais interessantes a nossa pesquisa.

Alguns desdobramentos políticos recentes evidenciam a o lugar de destaque da religião. A atuação da Frente Parlamentar Evangélica é sempre lembrada quando se comenta sobre o poder político dos evangélicos. No que diz respeito a sua ação, estudos mostram sua interferência nas eleições de 2010 (TREVISAN, 2013; VITAL e LOPES, 2012), se mobilizando frente a temas morais e pautando o tema do aborto e da diversidade sexual nas campanhas dos principais candidatos a presidência na época, Marina Silva (PV), José Serra (PSDB) e principalmente Dilma Rousseff (PT), da qual impuseram condições para declaração de apoio.

Fato é que Dilma Rousseff e José Serra, especialmente no segundo turno, entraram no jogo imposto pelos evangélicos e trataram de firmar suas posições, buscando angariar o apoio de lideranças religiosas e utilizando-se dos parlamentares da FPE, que aproveitavam também a situação colocada para impor suas condições em troca de seus apoios políticos (TREVISAN, 2013, p.50).

O jornal Estado de São Paulo, dia 15/10/2010 trouxe chamada com o título de “Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto”².

Nas eleições de 2014 presenciamos novamente a religião influenciando a política em época de eleições. Silas Malafaia, pastor da Assembléia de Deus, criticou programa de governo da candidata Marina Silva (nessa oportunidade a política concorreu pelo PSB). Após as críticas, mudanças no programa foram efetuadas retirando a parte que se dirigia ao apoio das políticas reivindicadas pelos LGBT's, como a criminalização da homofobia e a adoção de crianças por casais de mesmo sexo, conforme atesta reportagem do jornal El País do dia 31/08/2014³.

Nas eleições de 2018, a campanha à presidência de Jair Bolsonaro (PSL), que acabou eleito no segundo turno em disputa com Fernando Haddad (PT), obteve amplo apoio do segmento evangélico. Lideranças religiosas e políticos evangélicos declaram

² Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contr-o-aborto,625257> – Acesso em 03/01/2019.

³ Disponível em : https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/30/politica/1409428082_344003.html - Acesso em 03/01/2019.

voto e fizeram campanha para o candidato do PSL, dentre eles, Silas Malafaia e Edir Macedo, dois dos principais líderes do setor.

Além disso, o slogan assumido como tema de campanha fazia referência direta ao deus do cristianismo, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, transparecendo o sentido marcadamente religioso da candidatura. Embora, possa ser associado também ao catolicismo, ficou evidente, no primeiro pronunciamento após a eleição, falando como presidente eleito, que os evangélicos teriam espaço privilegiado em seu governo. Sua fala foi precedida por uma oração feita pelo pastor e então Senador Magno Malta, um dos articuladores de sua campanha.

As evidências disso permaneceram na escolha de sua equipe de ministros, e demonstraram que frente a alguns temas, como educação, a pressão dos evangélicos é a principal. Foi o caso da escolha do ministro da Educação. A reportagem do jornal Folha de São Paulo (21/09/2018), trás o título de “Escolha de Bolsonaro para Educação causa crise com bancada evangélica”⁴. Remete à pressão sofrida por Bolsonaro pela possibilidade da escolha de Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna, para dirigir o Ministério da Educação. Segundo a reportagem, apesar de ter tido como moderado pelos funcionários do ministério, os evangélicos entendem que este não é alinhado com o projeto “Escola Sem Partido”. A matéria ainda trás a fala do deputado federal Sóstenes Cavalcanti (DEM), no qual afirma que o nome de Mozart desagradou os evangélicos, “Para nós, o novo governo pode errar em qualquer ministério, menos no da educação, que é uma questão ideológica para nós”. Após pressão evangélica o indicado para o cargo foi Ricardo Vélez Rodriguez, alinhado a ideologia do projeto “Escola Sem Partido” e aprovado pelo setor.

Houve ainda, a indicação de Damares Alves para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, do governo Bolsonaro. Damares é pastora e advogada, defende posição contrária ao aborto. Segundo reportagem do jornal Estado de São Paulo do dia 06/12/2018⁵, sua nomeação foi comemorada pelo então líder da FPE, o deputado federal Hidekazu Takayama. “Ela é amada pela frente” disse o deputado. Damares Alves era assessora do pastor e senador Magno Malta, conhecida por polêmicos vídeos e pronunciamentos onde ataca a sexualização precoce de crianças. Sua nomeação, aliada ao contexto em que se insere e a aprovação da FPE, pode ser considerada mais um

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/escolha-de-bolsonaro-para-educacao-causa-crise-com-bancada-evangelica.shtml> - Acesso em 03/01/2019.

⁵ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,futura-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos-e-contraria-ao-aborto,70002636039> – Acesso em 03/01/2019.

indício de força do segmento evangélico nos temas relacionados aos Direitos Humanos e Educação.

Esses exemplos são mais que suficientes para ilustrar a relevância do problema dessa dissertação. Em nossa pesquisa, optamos por continuar pesquisando essa relação com foco na Igreja Universal. Na tentativa de analisar o quadro acima, desenvolvemos o seguinte percurso. No Capítulo 1, parte-se da apresentação de um esboço que ilustra o desenvolvimento da Igreja Católica enquanto religião dominante no Brasil, principalmente no que tange as relações desta com o Estado. Entende-se que este exercício permitirá a compreensão das transformações nas relações entre religião e espaço público ao longo do tempo, pois a maneira como este fenômeno é percebido e sentido por leigos, teóricos, profissionais da religião e políticos, concebe as representações e ações da religião católica como modelo de atuação e como norte. Embora o país tenha adotado a separação entre religião e Estado, a Igreja Católica se favoreceu da condição de religião dominante e deteve por muito tempo a hegemonia no campo religioso e nas relações deste com o Estado.

A partir do crescimento de Novos Movimentos Religiosos, diga-se o pentecostalismo e suas transformações, tanto em quantidade de denominações e estrutura, quanto em número de adeptos, a condição de religião “natural” da Igreja Católica foi sendo questionada. A esta mudança no campo religioso se segue uma ação interna do meio evangélico pentecostal de ruptura com a postura de distanciamento da política institucional a partir da construção de uma visão que reconhece a participação política como fundamental para a defesa da liberdade religiosa e da moral cristã.

Em paralelo a isso, pesquisadores se esforçavam nas tentativas de entender as transformações na paisagem religiosa e o modelo de participação política que se conformava. Mostramos que o paradigma da secularização foi colocado em cheque, e que, em que pese a sofisticação de seus pressupostos decorrente dos novos desafios empíricos, sua contribuição como lente teórica no exame no caso brasileiro serviu menos para explicar suas especificidades e mais para revelar a validade do paradigma.

Como alternativa para esta falta, propomos que se olhe para o caso a partir da Teoria do Discurso, desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015) e sob os desdobramentos da mesma como a teoria do político de Chantal Mouffe (2015). Esta abordagem tem o privilégio de conceber a articulação política dos sujeitos da pesquisa a partir de suas práticas discursivas. Além disso, pensar com a teoria do político de Chantal Mouffe (2015), significa não incorrer no erro de se relegar o religioso para fora do político, pois,

a política neste caso não é pensada como espaço exclusiva da racionalidade sendo importante a dimensão afetiva.

Ainda no Capítulo 1, mostramos como os evangélicos se beneficiam da abertura política da década de 1980, se comportando enquanto mais uma das minorias que compuseram a pluralização de demandas na época.

No Capítulo 2, partimos de uma detalhada descrição dos modos de atuação da IURD. Apresentamos o modo antagonista como se inscreve no cenário religioso, político e midiático, travando batalhas com seus opositores. O foco se deu em descrever suas principais teologias, e os discursos que ela emprega nas empreitadas que encampa.

Buscamos mostrar como o discurso de que sofre perseguição é recorrente na Igreja. Aliado a isso, a Igreja articula o discurso da batalha espiritual, concebendo as lutas como uma luta necessária, em que o bem, representado por Deus, deve vencer o mal, representado pelo demônio. Essa lógica é ampliada para a política, que encontra representações de outros atores que correspondem à política como lugar da corrupção e se vale dessa lógica.

Sobre sua atuação política mostramos como seus candidatos são representados como os escolhidos para moralizar a política. Também exploramos as características que levaram os políticos da IURD a terem reconhecido sucesso nas eleições. A estrutura de que dispõe e os modos como organizam as campanhas evitando concorrências internas. E a particular relação entre mídia, religião e política que se estabelecem nessa atuação, que além de eleger seus representantes, estabelece parcerias nas eleições presidenciais, sendo vista como uma importante aliada.

À essa relação entre IURD eleições presidenciais, nos dedicamos no Capítulo 3. Desenvolvemos uma análise da participação política da Igreja nos pleitos para o executivo nacional. Nossa análise se deu do período da primeira eleição direta após a redemocratização, até a última eleição, em de 2018.

Evidenciamos os meios pelos quais a IURD apoiou os candidatos, os discursos no período eleitoral e sua capacidade de mover-se em novas direções. Neste sentido, procuramos apontar as questões que sustentam as mudanças de posicionamento político.

Ao longo do capítulo buscamos destacar que as estratégias de que a IURD dispõe são bastante pragmáticas. Através da reconstrução de suas parcerias nas eleições percebemos que estavam em jogo benefícios que iriam complementar a estrutura da Igreja. Importante frisar que não é possível dizer que a IURD tenha sido derrotada em nenhuma eleição que participou. Os candidatos que apoiou no segundo turno, mesmo

aqueles que receberam apoio de forma branda da instituição, sempre saíram como vencedores das disputas.

Neste capítulo ainda mostramos evidências da relação estreita entre o partido Republicanos e a IURD. Mostramos que seus candidatos se concentram neste partido e a estrutura midiática da Igreja é usada em benefício destes. Observamos que essa relação é vista com receios por alguns segmentos que mobilizam discursos em defesa da laicidade para acusar a relação de ser uma mistura imprópria entre religião e política. Também colocamos o problema dos limites dessa cooperação.

No Capítulo 4, fizemos uma análise da campanha eleitoral de uma candidata ligada a IURD. A gramática política mobilizada pela Tia Ju (PRB), na sua tentativa de reeleição para Alerj, foi o principal elemento do capítulo. Mostramos que a campanha tem um destacado componente religioso. A identidade religiosa de Tia Ju é mobilizada para gerar adesão dos eleitores. No entanto, essa identidade coloca obstáculos e questionamentos à campanha e sua atuação enquanto parlamentar que, em consequência, geram a necessidade de justificação da sua candidatura e de sua identidade religiosa.

Destacamos que é colocada em prática a tentativa de ampliar o discurso, utilizando argumento não religiosos e se valendo de discursos referenciados a demandas que são muitas vezes antagônicas à posição da Igreja. Esta estratégia coexiste com o reforço a perspectivas religiosas, como a adesão a pautas contrárias aquilo que os evangélicos e outros setores convencionaram chamar de “ideologia de gênero”. Os processos descritos são analisados com os pressupostos da Teoria do Discurso (LACLAU e MOUFFE, 2015).

Por fim, nas Considerações Finais, fazemos um breve apanhado das principais questões do texto. Articulamos as análises com o objetivo de inferir algumas questões. Buscamos mostrar alguns problemas são importantes e permanecem precisando de investigação.

Capítulo 1 - Religião E Espaço Público

Neste capítulo desenhamos um quadro sobre a relação entre religião e política no Brasil. Exploramos essa relação historicamente, para mostrar o processo de conformação do catolicismo enquanto “religião natural”.

Procuramos mostrar como os sujeitos evangélicos emergem neste contexto, confrontando a hegemonia católica. Neste processo, destacamos as abordagens teóricas sobre a laicização do Estado no Brasil, e a apreensão do fenômeno religioso no espaço público.

Em seguida, propomos uma análise que parte da Teoria do Discurso, proposta por Ernesto Laclau e Chantall Mouffe em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015). Apresentamos as principais categorias dessa

1.1. Igreja Católica e Estado no Brasil.

Uma consulta aos achados dos primeiros desenvolvedores de uma Teoria Social que se debruça sobre o período colonial para encontrar as causas preponderantes que expliquem as peculiaridades estruturais do Brasil, nos deparamos com relatos sobre características religiosas, que se não ocupam uma centralidade, não podem ser desconsideradas de suas análises.

Tomando como base o quadro descrito por Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala* (2003) sobre a religião no Brasil colônia, podemos perceber a importância que o autor deu a participação da Igreja Católica na composição do Brasil. Sabemos que o intuito de Freyre não foi o de fazer uma antropologia do religioso no Brasil Colonial, pretendeu antes traçar o retrato cotidiano da colônia, com sua base rural e escravocrata, tendo na relação entre casa-grande e senzala o seu núcleo político e social organizador. Contudo, a religião está presente desde a tentativa de explicar o sucesso da empreitada portuguesa no Brasil. Freyre elege a peculiaridade do catolicismo português como uma das características para o sucesso da colonização. Este catolicismo português, mais maleável e permissivo, pode ser representado pelo trecho a seguir:

Nem era entre eles a religião o mesmo duro e rígido sistema que entre os povos do Norte reformado e da própria Castela dramaticamente católica, mas uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências

fálicas e animistas das religiões pagãs: os santos e os anjos só faltando tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo; os bois entrando pelas igrejas para ser benzidos pelos padres; as mães ninando os filhinhos com as mesmas cantigas de louvar o Menino-Deus; as mulheres estêreis indo esfregar-se, de saia levantada, nas pernas de São Gonçalo do Amarante; os maridos cismados de infidelidade conjugai indo interrogar os "rochedos dos cornudos" e as moças casadouras os "rochedos do casamento"; Nossa Senhora do Ó adorada na imagem de uma mulher prenhe.(FREYRE, 2003 p.84)

Além das influências oriundas do catolicismo português se aliam duas outras, a indígena e a africana, a segunda com mais ênfase que a primeira. Mas ambas contribuem para a concepção de um catolicismo especificamente brasileiro sobre o qual incide uma espécie de "miscibilidade", guardando aspectos do totemismo e do animismo destes grupos étnicos no processo de formação tanto do catolicismo brasileiro, classificado como "lírico" por Freyre, como da cultura brasileira.

O aspecto unificador da identidade nacional também é atribuído à Igreja Católica. É por cumprir a função de elemento unificador, que serve como parâmetro para acolhimento de estrangeiros e de coesão interna que Freyre atribuiu ao catolicismo a marcante frase: "o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade" (FREYRE, 2003, p.92). Portanto, ser católico no Brasil significava ser aceito como brasileiro, sendo difícil separar um do outro.

O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica. Handelmann notou que para ser admitido como colono do Brasil no século XVI a principal exigência era professar a religião cristã: "somente cristãos" - e em Portugal isso queria dizer católicos - "podiam adquirir sesmarias". "Ainda não se opunha todavia", continua o historiador alemão, "restrição alguma no que diz respeito à nacionalidade: assim é que católicos estrangeiros podiam emigrar para o Brasil e aí estabelecer-se]." (FREYRE, 2003, p.91)

Dentre outras características assumidas pela Igreja, chama a atenção o papel unificador descrito acima. No que diz respeito à política de assimilação do negro na sociedade colonial, mais uma vez a Igreja aparece como agente de destaque. O batismo era imposto aos escravos importados da África e representava muitas vezes uma mudança de posição, já que estes "são tidos menos por homens que animais ferozes até

gozarem do privilégio de ir à missa e receber os sacramentos” (FREYRE, 2003, 436). Dessa forma se impôs a religião dominante nos negros.

No que toca a influencia política da religião em Casa-Grande e Senzala, podemos perceber que mesmo considerando a imposição de características do catolicismo em basicamente todos os níveis sociais, há uma sobreposição, talvez a única, que se refere à preponderância da casa-grande em relação à Igreja como detentora de poder na colônia.

Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão açoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvair-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos (FREYRE, 2003, p.271).

A religião aparece como marca da sociedade patriarcal, porém em um nível de centralidade inferior ao da casa-grande. De todo modo, mesmo ao falar da dominação imposta pela casa-grande na colônia, Freyre coloca a Igreja como contraponto deste poder, mostrando que esta teve que ser “vencida” pela casa-grande.

A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser dona da terra. Vencendo os jesuítas, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos. (FREYRE, 2003, p.38).

Nessa perspectiva, podemos considerar que, para Freyre, a influência mais significativa da Igreja Católica se dá no campo da cultura, em detrimento ao campo da política, dominado pelo senhor de engenho⁶.

Acredito que o quadro que quero traçar possa ser mais completo com as contribuições descritas por Caio Prado Jr. em “Formação do Brasil Contemporâneo”, autor que, como Gilberto Freyre, contribuiu para o desenvolvimento de uma Teoria Social no Brasil. Ao traçar os aspectos referentes à política e a economia da era colonial brasileira o autor não deixa de tocar no tema da religião.

⁶ Cumpre lembrar que no Brasil vigorou o regime de Padroado, que limitava o poder da Igreja, submetendo-a aos interesses da Coroa e retirando boa parte de sua autonomia.

Prado Jr.(1961) ao descrever a parte administrativa da colônia da atenção especial ao papel administrativo exercido pela Igreja Católica. Primeiramente destaca o que podemos dizer que se traduz no aspecto cultural da influência do catolicismo, que perpassa a vida na colônia do início ao fim, sem que o indivíduo percebesse, de tão alto nível de naturalização.

Não que haja então um sentimento religioso mais agudo, mais profundo e elevadamente sentido. Ou se houve, não é isso que mais importa aqui. De muito maiores consequências é o fato da onipresença de um conjunto de crenças e práticas que o indivíduo já encontra dominantes ao nascer, e que o acompanharão até o fim, mantendo-o dentro do raio de uma ação constante e poderosa. Ele participará dos atos da religião, das cerimônias do culto, com a mesma naturalidade e convicção que de quaisquer outros acontecimentos banais e diuturnos da sua existência terrena; e contra eles não pensaria um momento em reagir. Será batizado, confessará e comungará nas épocas próprias, casar-se-á perante um sacerdote, praticará os demais sacramentos e frequentará festas e cerimônias religiosas com o mesmo espírito que chamaríamos hoje, em oposição, da sua vida civil. Uma coisa necessária e fatal, como vestir-se, comer a certas horas, seguir um regime de vida geral para todo o mundo. O cidadão da colônia atravessará seus anos de existência sem que lhe aflore à mente um instante sequer a mais leve suspeita de que tais atos poderiam ser dispensados (PRADO JR., 1961, p.326 – 327).

A esfera religiosa na colônia era vivida no mesmo patamar que qualquer outra relação como a jurídica ou a política, tendo marcado viés social e suprindo os momentos de diversão, controlando as festas e comemorações públicas. Prado Jr. (1961, p.327) chega a retratar que é impraticável uma existência à margem da religião, mesmo para os incréus (estes existiam, mas camuflavam sua condição e eram excluídos por não serem crentes) já que esta administra boa parte de setores da colônia, da “constatação do nascimento se fazia pelo batismo, o casamento só se realizava perante autoridade clerical” (p.328), ainda detinha a exclusividade da assistência aos pobres, idosos, crianças, catequese indígena e da diversão pública. Segundo Prado Jr. (1961, p. 329) “a Igreja forma assim uma esfera de grande importância da administração pública”, aparelhada à administração pública e muitas vezes indistinguível desta.

Muitas outras características da religião no Brasil poderiam ser discutidas com base em Casa-Grande e Senzala e em Formação do Brasil Contemporâneo, no entanto, creio que para os fins estabelecidos para este trabalho, já extraímos retrato suficientemente significativo do que foi a importância da Igreja Católica na formação do

Brasil. Reforçamos que três pontos são cruciais: 1) A preponderância da Igreja Católica enquanto detentora do monopólio do campo religioso na época, uma religião de Estado; 2) O seu caráter específico, sincrético, mas, para, além disso, permissivo e maleável com os costumes; 3) A influência cultural, mas também política/ administrativa, organizadora, que a Igreja exercia.

1.2 – O enquadramento do fenômeno religioso

Como demonstrado, as relações entre religião e política no Brasil são históricas e bastante estreitas. Desde o período Colonial e Imperial a Igreja Católica mantinha relações próximas ao Estado. Segundo Oro (2006, p.77, 78), se configurava uma relação de “dependência orgânica da Igreja ao Estado” através da instituição do Padroado Régio Português, que apesar de submeter o poder religioso ao político - com a possibilidade de, dentre outras atribuições, nomeações de bispos e fiscalização dos bens da Igreja por parte do Estado - designava ao Poder Executivo na figura do Rei a “obrigação de defender a religião do Estado (o catolicismo)”.

A oposição sistemática ao catolicismo é um traço da política evangélica que se relaciona com a posição que estes agentes ocuparam historicamente no campo religioso e em relação deste com o campo político (CAMPOS, 2010). Daí a necessidade de retomar uma imagem do passado.

À Igreja Católica foi dada a missão de constituir uma identidade de raça e de fé, assim como a de manter as fronteiras construídas (mesmo simbolicamente) por colonos, soldados, mercadores, padres. A colônia deveria ter as mesmas fronteiras da cristandade católica. Os seus inimigos de fé eram ao mesmo tempo inimigos do rei na economia, representados na figura dos piratas ou hereges. Assim, as tentativas de alteridade, flexibilidade e de abandono das fronteiras definidas eram estigmatizadas, combatidas e punidas até com a morte (CAMPOS, 2010, p.52).

A Constituição Republicana de 1891 foi o momento em que houve a separação entre Estado e igreja, a perda do monopólio por parte da Igreja Católica e a instituição de um modelo de laicidade (ORO, 2011). No entanto, o modelo de laicidade brasileiro,

apesar de prever a separação entre Estado e religião, na prática, deve ser relativizado, pois, a Igreja Católica manteve relações privilegiadas com o Estado: a “Igreja Católica geralmente ocupou um lugar de destaque na arena pública ao mesmo tempo em que não se distanciou do poder político” (ORO, 2011; p.229).

Segundo Giumbelli (2014, p.193), “o catolicismo foi assimilado à ‘religião natural’ dos brasileiros. Isso lhe permitiu tanto ser reverenciado publicamente, quanto estar ocultado pela naturalidade de sua presença”. Em certo sentido, isso contribuiu para gerar mais visibilidade e para uma apreensão da irrupção de novos atores religiosos - os evangélicos - na esfera política, na década de 1980, como negativa ou mesmo problemática para o sistema político brasileiro.

O processo de redemocratização que culminou na nova Constituição Federal de 1988, como afirma Giumbelli (2014, p.203-204), “envolveu mobilizações sociais significativas, legando condições singulares para o fortalecimento da sociedade civil e o debate de temas que contribuem para consolidar e pluralizar a democracia”. Este potencializou a entrada de novos atores sociais na política partidária e sindical, pautas de sindicatos e movimentos sociais diversos ganharam força.

Lideranças religiosas se engajaram no propósito de se tornarem representantes políticos, tanto agentes considerados mais à “esquerda”, engajados na Teologia da Libertação, quanto mais à “direita”, agregados em grupos mais conservadores, representando certa parcela de evangélicos.

Estavam em curso, então, dois processos relacionados e concomitantes. De um lado, o recrudescimento dos pentecostais, tanto em diversificação de instituições religiosas, quanto em crescimento do número de fiéis, por consequência das mudanças introduzidas pelas igrejas neopentecostais, que influenciavam as outras denominações. De outro, o aumento do interesse desses atores em influenciar politicamente se organizando em uma bancada em ocasião da elaboração da Assembleia Constituinte de 1986.

Segundo Giumbelli (2014), no que se refere às relações entre religião e Estado, a nova Constituição não trouxe novidades. O autor destaca a manutenção do princípio da laicidade e da possibilidade de “colaboração de interesse público” entre Estado e igrejas, mas que já havia sido inserida desde 1934. Portanto, o fato novo, que tem consequências fundamentais para relação entre religião e política no Brasil atualmente, é a mobilização dos evangélicos que se desdobra na cristalização da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003 (TREVISAN, 2013), da qual a atuação divide opiniões de

especialistas e sociedade civil e levanta o debate sobre laicidade, sobre qual o papel da religião no espaço público e seu lugar na modernidade.

Dentro deste debate, a IURD tem lugar privilegiado, pois concentra grande parte das controvérsias que envolvem religião e política. Além disso, como veremos no capítulo 2, suas estratégias servem como modelo de inserção na política eleitoral para outras religiões e seu apoio é requisitado por políticos e partidos que disputam os principais cargos no executivo, ou seja, ela é vista como detentora de um grande capital político.

Para além das reflexões sobre o engajamento político dos agentes religiosos, as transformações no campo religioso brasileiro, iniciadas em meados do século passado, ascenderam um grande debate sobre as causas e consequências desta mudança na “paisagem” religiosa. O crescimento pentecostal, que ocorre a partir de 1950 e se intensifica entre as décadas de 1980 e 1990 produziram uma reconfiguração demográfica que coloca em xeque o título de “maior país Católico do Mundo” então comumente atribuído ao Brasil. A Igreja Católica, que detinha a hegemonia do campo religioso e também do político, passa a ser ameaçada por um movimento evangélico pentecostal que se ampliava principalmente nas camadas mais pobres dos grandes centros urbanos.

Inicialmente, quando grande parte do fenômeno ganhava visibilidade e insidia sua força de transformação quase que exclusivamente dentro do próprio campo religioso, período entre as décadas de 1960 e 1980, os esforços dos pesquisadores se concentravam na direção de iluminar as bases sociais que tornaram o fenômeno possível e a explicação de seu movimento. Eram análises bastante fundamentadas numa lógica de explicação funcionalista. Em linhas gerais, essa chave interpretativa entendia que a incapacidade das relações de trabalho em gerar integração social abria espaço para que a religião pentecostal funcionasse como geradora de agregação social, minimizando a anomia social (ALMEIDA, 2006).

Ricardo Mariano (2011) apresenta os principais argumentos dos estudos funcionalistas, dentre os estudos destacados por ele estão os percursos trabalhos de Christian Lavile d’Epinay (1970), Emilio Willems (1964), Candido Procópio Ferreira de Camargo (1968, 1973) e Beatriz Muniz de Souza (1969, 1973). Com a ressalva de que alguns fatores internos aos grupos pentecostais também foram levados em consideração como elementos importantes na explicação do processo de crescimento do

contingente de fiéis deste segmento religioso, o autor sintetiza as contribuições funcionalistas da seguinte forma.

Para a perspectiva funcionalista, os problemas sociais causados pela modernização econômica e pelas transformações socioculturais favorecem e estimulam a expansão das igrejas pentecostais. Estas constituem, sobretudo, “respostas”, atuando basicamente como mecanismos de integração dos contingentes populacionais vitimados por tais processos macroestruturais. Em suma, a modernização da sociedade cria determinadas demandas sociais (de sentido, de identidade, de segurança psicológica e emocional...), que são supridas pelo pentecostalismo e que facilitam sua prédica e impulsionam seu crescimento. Tal perspectiva prioriza, assim, um tipo de explicação que trata a expansão pentecostal como variável dependente, como estando a reboque de fenômenos exteriores (MARIANO, 2011, p.17).

Neste período, os pentecostais ainda se apresentavam avessos à participação política nos moldes que vemos atualmente, sendo ausente uma atuação em bloco, escassas as estratégias eleitorais e rechaçando a atuação em movimentos sociais. Dessa forma, os estudos que refletiam sobre as relações entre religião e Estado se voltavam para a participação política da Igreja Católica que, representada pelos setores vinculados a Teologia da Libertação, desenvolvia uma série de ações políticas. A análise apresentada por Cecília Mariz (2011) compreende uma importante crítica aos Cientistas Sociais que se debruçaram sobre este fenômeno, revelando uma predileção, ou uma defesa de uma religião que motivasse os fiéis ao engajamento político⁷.

Nesse período histórico, os cientistas sociais valorizavam religiões que motivassem o crente à participação política, assumindo, dessa forma implícita, a defesa de uma religião influenciando ou agindo sobre o Estado e espaço público. Defendia-se, de certa forma, um projeto não secular. Essa visão se explicitava no fato do pentecostalismo ser visto de forma negativa por não estimular os pobres para a militância política, em geral, especificamente para a militância de esquerda (MARIZ, 2011, p. 268).

Já nos anos 1990, com o vertiginoso crescimento de denominações e de fiéis, e a diversificação dos campos de atuação dos pentecostais, o crescimento evangélico avançava pra além das fronteiras religiosas, lançando-se sobre a política institucional

⁷ Essa colocação nos permitirá traçar um paralelo com o que vem sendo elaborado nos estudos mais recentes sobre a laicidade no país. É possível notar em alguns trabalhos uma postura bastante envolvida com um projeto de laicidade em específico.

brasileira. Este processo não foi negligenciado pelos pesquisadores deste fenômeno e retroalimentou os debates em torno do paradigma da secularização.

Se os estudos sobre a irrupção dos evangélicos na política eram quase consensuais no tocante aos motivos do repentino interesse pela política - assegurar a liberdade religiosa, a moralidade evangélica e defender os interesses particulares das denominações e sobre sua atuação fisiologista (FREESTON, 1993; PIERUCCI, 1996)⁸, o debate sobre a teoria da secularização, seguindo uma tendência internacional surgida em grande medida pela efervescência de Novos Movimentos Religiosos⁹, passava longe de obter consenso. Enquanto mundo a fora teorias eram revistas e revisitadas (BERGER, 2001), no Brasil o debate teórico se concentrava em interpretações distintas sobre os sentidos atribuídos ao movimento de secularização contido na teoria weberiana.

As bases deste debate foram fixadas pelas contribuições de Procópio de Camargo, que apesar de recair em uma leitura de viés funcionalista, como já apresentado, desenvolveu seus estudos calcando-se nos pressupostos weberianos da teoria da secularização. Gracino Junior, (2008, p. 81) aponta para a existência de uma convergência na questão da “relação entre a conversão e o impacto nas condutas dos agentes envolvidos, bem como a relação entre religião, destradicionalização e modernidade”, elaborada por Procópio Camargo (1973), entre os trabalhos de Antônio Flávio Pierucci (1996, 1998 e 2006) e Ricardo Mariano (2001). Ou seja, a abordagem weberiana de Procópio de Camargo influenciou de maneira fundamental as análises sociológicas posteriores sobre o protestantismo brasileiro.

A participação política de movimentos sociais influenciados pela Teologia da Libertação da Igreja Católica, segundo Mariz (2011), foi interpretada como movimento de dessecularização da sociedade na medida em que a luta no espaço público era mediada por valores religiosos. Posteriormente, a participação pentecostal na política também será interpretada como evidência de um processo contrário ao de secularização, sendo entendido como um processo em que a religião efetua a ressacralização do espaço público. Os mesmos fenômenos, no entanto, na visão do “herdeiro” mais proeminente de Procópio de Camargo, Antônio Flávio Pierucci, não são incompatíveis com o “núcleo duro” da teoria da secularização. Pelo contrário, são indícios de uma sociedade

⁸ - Como apontou Montero (2003), alguns trabalhos compartilhavam da interpretação de que os agentes religiosos, no caso os pentecostais, estavam efetuando uma “invasão” da esfera política.

⁹ Novos Movimentos Religiosos - do inglês *New Religious Movements (NRM's)*-, que segundo Pierucci (1998) é a classificação usual na literatura sociológica que compreende a diversidade crescente de grupos e manifestações religiosas que surgiram após 1970.

secularizada, já que a desregulamentação religiosa e a decorrente liberdade que as religiões adquirem neste cenário são instituídas a partir da “secularização do Estado como ordem jurídica” (GRACINO JUNIOR, 2008, p.12).

Diante as críticas direcionadas ao conceito de secularização e as terminologias que se multiplicavam dando conta de um retorno do sagrado ou mesmo negando a própria existência do processo, Pierucci (1998) tratou de efetuar uma revisão diretamente em Weber. De acordo com o autor existem, em Weber, dois processos distintos, embora relacionados, que os estudiosos tendem a tomar como sinônimos e que estão no cerne do problema das interpretações que tentam dar conta do momento religioso e, portanto, social experimentado no final do Sec. XX e início do novo milênio. A secularização aparece como a perda da centralidade da religião como valor cultural de sobremaneira seu retraimento enquanto componente da ordenação jurídica do Estado, enquanto o desencantamento corresponde ao abandono dos meios mágicos de salvação (PIERUCCI, 1998).

Como bem enfatizou Gracino Junior. (2008) em sua análise, se remetendo às contribuições de Pierucci, as abordagens inspiradas na sociologia weberiana foram um aporte fundamental para diluir as ambiguidades das abordagens sobre os conceitos de secularização e desencantamento em Weber. Entretanto, constituíram um “círculo de giz” (GRACINO JUNIOR, 2008, p. 72) que circunscreveu as análises da Sociologia da Religião em torno da teoria da secularização.

Paula Montero se dedicou a uma análise crítica dos usos da teoria da secularização aplicada ao caso brasileiro. No artigo “Max Weber e os dilemas da secularização” (2003) a autora aponta para o problema da normatividade do conceito. Segundo seu entendimento, a teoria contém uma dimensão prescritiva que determina um processo necessário de privatização da religião na esfera privada. Sua preocupação é bastante nítida e pretende a partir mesmo das diferentes dimensões da teoria uma saída adequada para reforçar uma utilização, menos problemática deste paradigma. Ou seja, o objetivo é contribuir para o desenvolvimento do conceito, e não superá-lo.

No entanto no decorrer de suas contribuições e de maneira a superar o “círculo de giz”, em trabalho posterior (MONTERO, 2006), a autora se debruça sobre o caso empírico brasileiro para pensar os principais postulados de tal paradigma e permite ampliar o leque analítico a ponto de prescindir da teoria da secularização como aporte norteador. Seu objetivo, dessa vez, é criar alternativas teóricas que se mostrem mais eficazes no estudo do caso brasileiro. A partir deste trabalho, o desenvolvimento de suas

análises passou da teoria da secularização à conceitos como o de espaço público, que tendo Habermas como principal referência, são apresentados como mais adequados para apreender o fenômeno religioso e sua publicização. Segundo Montero (2013), ficou claro a insuficiência desse debate para se pensar concretamente os contornos das relações entre religião e espaço público brasileiro. A autora propõe uma nova abordagem partindo da apreensão da esfera pública como construção e espaço de disputas, apreensão impossível pelo paradigma da secularização de base weberiana.

Para Montero (2013, p.21), “importa menos detectar a relação de oposição e diferenciação da esfera pública com relação a outras esferas do que examinar as particularidades das configurações discursivas que lhe dão forma estabilizando consensos por meio das controvérsias”. A esta alternativa aberta pela autora se aproximaram diversos trabalhos que tem em comum o objetivo de acompanhar os percursos e estratégias de publicização da religião, bem como a construção do próprio secularismo que ocorre inerente a estes processos.

A autora, portanto, passa ao estudo das controvérsias públicas envolvendo a religião, inspirada nos estudos de Latour e Boltanski. Este caminho parece constituir a lógica a partir da qual os estudos antropológicos tentam interpretar a religião no espaço público, suas relações e seus desdobramentos. Importante frisar que, nessa perspectiva, os discursos dos atores religiosos ganham nova importância explicativa na construção da interpretação das pesquisas que tratam deste objeto. Consideramos este movimento teórico de fundamental importância. No entanto, optamos por pensar os discursos de acordo com o que foi proposto por Laclau e Mouffe em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015). Entendemos que os desdobramentos dessa abordagem, como a ideia de democracia agonística de Chantal Mouffe (2015; 2019) enquadram melhor a perspectiva conflitiva da articulação entre religião e política. Além disso, têm o benefício de não relegar a religião a vida privada.

Sobre os aspectos teóricos presentes em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, que balizam boa parte da produção subsequente de seus autores, devemos desenvolver um fio de apresentação diferente do estabelecido na obra. Nosso esforço não se trata, portanto, de uma análise de sua sustentação teórica, nem de uma apresentação dos caminhos percorridos pelo autor. Antes, nos propomos a esclarecer com quais elementos teóricos estabeleceremos a interpretação das práticas articulatórias desenvolvidas pelos sujeitos que são objetos desse estudo.

Segundo Laclau (1992, p.136-137) o discurso é “anterior à distinção entre linguístico e o extralinguístico” sendo uma instância limítrofe com o social. O discurso se dá em caráter relacional, portanto, permite uma “generalização quanto ao conjunto das relações sociais”. Além disso, o caráter relacional da ação discursiva faz com que exista uma contingência radical de ações, umas em referências a outras, em situações de disputas hegemônicas. Ou seja, baseado nas contribuições do autor, partimos do pressuposto de que os discursos religiosos são constituídos de forma relacional, construindo e reconstruindo identidades e estratégias.

O caráter relacional da ação discursiva faz com que exista uma contingência radical de ações, umas em referências a outras, em situações de disputas hegemônicas. A hegemonia, para Laclau e Mouffe (2015), não está ligada a uma classe social específica, pode ser desenvolvida por outros sujeitos, desde que nos lembremos da impossibilidade de construí-la por completo, ou seja, da sua precariedade e de seu caráter de universalização do particular. Portanto, constituir-se hegemonicamente equivale a tornar uma particularidade algo generalizável, no limite é produzir efeitos de “naturalidade”.

Referimo-nos ao “discurso” como um sistema de entidades diferenciais, isto é, de momentos. Mas, vimos a pouco que tal sistema só existe como limitação parcial de um “excesso de sentido” que o subverte. Sendo inerente a toda situação discursiva, este “excesso” é o terreno necessário à constituição de toda prática social. A ele chamamos de o campo da discursividade. Este termo indica a forma de sua relação com o todo discursivo concreto: ele determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final. (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.186).

Os sujeitos e suas identidades e discursos, bem como a hegemonia, têm um caráter precário, são fruto sempre de um processo contingente e nunca acabado. Dessa forma, Laclau e Mouffe (2015) estabelecem a impossibilidade da sociedade, pois ela em si é uma prática articulatória aberta, que é modificada por seu exterior constitutivo. Este exterior constitutivo tem relação com as posições antagônicas dos sujeitos. Segundo Mendonça e Rodrigues (2008, p.52) “a relação antagônica ocorre entre um exterior constitutivo que ameaça a existência de um interior”.

Todo discurso é fruto de uma articulação de elementos de maneira diferencial, de modo que estes sejam transformados em momentos. Elementos consistem em diferenças que não foram articuladas discursivamente. Em uma aproximação livre, se

referem a possibilidades, a termos que poderiam fazer parte de um discurso. Os momentos, por sua vez, são elementos que foram mobilizados em um discurso. A precariedade assinalada no parágrafo anterior também se faz presente na constituição de momentos, impedindo-os de um fechamento total de sentido.

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinidade do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.188).

Pontos nodais, conceito mencionado na citação acima, consistem em significantes que aglutinam diferentes identidades quando utilizados em um discurso, produzindo efeitos hegemônicos. Portanto os pontos nodais funcionam como significantes que fixam algum sentido, mesmo que precário, e que articulam diferenças. Por exemplo, para os evangélicos a “a defesa da moralidade” se constitui um ponto nodal.

A impossibilidade de uma fixação última de sentido implica que deve haver fixações parciais, do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. Mesmo para que se possa diferir, subverter o sentido, há de haver um sentido. Se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma sociedade, o social só existe, no entanto, como um esforço para construir esse objetivo impossível (LACLAU e MOUFFE, 2015 p.187).

Tentarei ilustrar com um exemplo. Um pastor evangélico prega em praça pública contra homossexuais utilizando o termo “ideologia de gênero”, recebe apoio e aplausos de adultos que bebem cerveja em um bar na esquina e que assistem à cena. O sentido do discurso do pastor, que se espera carregado de significado religioso, foi capaz de gerar identificação no grupo de adultos que o estavam assistindo e não possuíam vinculação religiosa com a denominação da qual pertence o pastor. Portanto, no nosso exemplo, estes sujeitos não se identificaram por um conteúdo religioso do discurso evangélico, antes, essa identificação ocorre pelo esvaziamento de sentido que permitiu que o pastor emitisse um discurso que não fizesse de si o seu contrário, ou seja, um ateu, ou um adepto de outra crença, mas que fosse alargado o suficiente para ser apreendido como música por um grupo de ébrios na esquina.

Neste exemplo também se inscreve o caráter antagonista das relações (LACLAU; MOUFFE, 2015), outro ponto importante na teoria do discurso. A figura do pastor e dos “bêbados” seriam, no senso comum, antagônicas, e poderiam ser apreendidas dentro de uma lógica “nós” e “eles”. O ponto nodal “ideologia de gênero” produziu o efeito de coloca-los do mesmo lado de um corte antagônico, como um “nós”. Dessa forma, o pastor e os “bêbados” são aliados na antagonização aos homossexuais, que neste exemplo constituem o “eles”. Nada impede que diante de outros antagonistas estes três sujeitos estejam de um mesmo lado (“nós”) desde que seja estabelecido um “eles”.

Essas considerações são importantes para pensarmos nosso objeto. Tendo em vista as lógicas relacionais, mas também conflitantes, do religioso e do político, como a IURD articula seu discurso? Com quais identidades ela antagoniza? Quais são as estratégias para legitimação da relação entre religião e política? Qual discurso é empregado quando o interesse é atingir o eleitorado não iurdiano, não evangélico, não religioso? Essas são algumas questões que nos norteiam nos próximos capítulos.

Capítulo 2: De quem estamos falando? Características, organização e discurso da Igreja Universal do Reino de Deus

O foco deste capítulo é tratar a IURD de forma minuciosa, a Teologia do domínio e sua capacidade de antagonizar usando a imagem do demônio, mostrando as características que são fundamentais para pensar seu sucesso político.

Nesta seção me dedico a apresentar as características da Igreja Universal do Reino de Deus, sua criação, crescimento, bem como sua diversificada atuação, que não se restringe ao campo religioso. Um dos objetivos é demonstrar como a atuação se estrutura na soma de suas empreitadas: religiosa, midiática e política, que se retroalimentam. Através dessa soma de forças a IURD sustenta sua peculiar forma de agir, uma ação combativa constantemente engajada em “lutas” que produzem relações de antagonismo e complementariedade com as religiões “concorrentes” e com os demais interlocutores. De forma específica, nos interessa discutir quais são as questões que o seu engajamento político coloca à instituição religiosa e como este se relaciona à “cena da religião pública”, para tomar emprestado um termo utilizado por Joanildo Burity (2015a).

Portanto, as considerações aqui elaboradas dialogam diretamente com os estudos sobre o adensamento do componente religioso no espaço público que vem sendo elaborada nos últimos anos no Brasil. Irei pontuar este debate refletindo mais especificamente a respeito da IURD.

2.1 - A IURD e a produção de antagonismo.

A partir de sua fundação em 1977, oriunda do esforço de membros dissidentes da Igreja Nova Vida, a IURD delimita um marco no campo religioso brasileiro. Sua inovação ritualística e doutrinária, seu rápido crescimento nas décadas de 1980 e 1990 e sua peculiar capacidade de ser antagonista, desencadeiam numerosos embates midiáticos, controvérsias religiosas e a tornam objeto de estudo recorrente das Ciências Sociais. Para se ter uma dimensão do seu acelerado crescimento, Mariano (2004) aponta

o aumento de 2.600% no número de templos da IURD de 1980 a 1989. Um recente levantamento realizado por Oro e Tadvald (2015) dava conta de que a IURD está presente em 105¹⁰ países e possuía um total de 7.962 templos.

Sua consolidação foi atravessada por grandes embates, nos quais teve como adversários de destaque a Igreja Católica, as religiões de matriz-africana, a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Rede Globo de televisão (MARIANO, 1999, 2003; ALMEIDA, 2009, 2012; GIUBELLI, 2002). As principais controvérsias giravam em torno da compra da TV Record em 1990, do enriquecimento pessoal do bispo Edir Macedo e das acusações de charlatanismo, vilipêndio e intolerância contra as concorrentes do campo religioso. Seu líder máximo, bispo Edir Macedo, chegou a ser preso preventivamente em maio de 1992, acusado de crimes de charlatanismo, curandeirismo e estelionato (MARIANO, 1999, 2003), tendo sido solto por via de habeas corpus (GIUBELLI, 2002).

Dos conflitos religiosos que se envolveu, o ocorrido em 1995 que ficou conhecido como o “chute na santa”, em que um pastor da IURD toca com o pé e com os punhos numa imagem de Nossa Senhora Aparecida, questionando seus poderes e acusando os católicos de idolatria, justamente no dia 12 de outubro, em que é comemorado o feriado da Santa Padroeira do Brasil, é de longe o mais polêmico. Este evento é o momento mais marcante das disputas entre Universal e Igreja Católica, que é vista como a principal adversária. Como afirma Mariano,

Crítica de tudo que não é espelho, a Universal tem como principal adversária a Igreja Católica, a quem acusa de ser a maior culpada pelas mazelas e iniquidades sociais no Brasil e da América Latina. Nos cultos, nas rádios e na *Folha Universal* ataca o Papa (até xingando-o de “papa do diabo”, como fez o então pastor Carlos Rodrigues), o Vaticano, a CNBB, o Culto a Maria (mariolatria), a idolatria, acusa padres e bispos de homossexualismo e de pedofilia (1999, p.124).

Na imprensa, a Rede Globo não mediu esforços para reforçar a imagem negativa da IURD: deu ampla cobertura ao evento “chute na santa”; produziu programas especiais com ataques à imagem da IURD; exibiu vídeo cedido por um ex-líder da IURD, Carlos Magno de Miranda, no qual bispo Macedo aparece contando dinheiro,

¹⁰ Os países presentes no endereço eletrônico da IURD em Portugal somam noventa e seis, distribuídos por todos os cinco continentes. São vinte e oito países na Europa, vinte e cinco nas Américas (onze na América Central, nove na América do Sul e cinco na América do Norte), vinte e quatro na África, dezesseis na Ásia e três na Oceania.

orientando pastores a como agir frente aos fiéis para serem mais eficazes na arrecadação de dízimos e ofertas; produziu e veiculou a minissérie “Decadência” (1995), na qual o principal personagem, pastor evangélico e líder de uma igreja, enriquecia às custas dos fiéis e repetiu frases quatorze frases que haviam sido ditas pelo bispo Macedo em entrevista à revista *Veja* em 1990 (MARIANO, 1999, 2003).

No campo religioso, além do “chute na santa”, caso no qual é a fé católica a principal atingida, se destaca um conflito que coloca duas das principais denominações neopentecostais em disputa. A IURD esteve em conflito com a Igreja Mundial do Poder de Deus, e se utilizou da sua rede de TV para proferir ataques à concorrente, nos mesmos moldes dos que sofreu da Rede Globo. Como apontado por Almeida (2012), a agenda da Record e os programas da IURD estavam em plena consonância. Enquanto na programação da emissora estava em pauta o enriquecimento “ilícito” do líder da Igreja Mundial, apóstolo Waldemiro Santiago, nos programas da IURD os demônios responsáveis pelas mazelas dos entrevistados no ritual de exorcismo culpavam o apóstolo da Igreja Mundial, dizendo que o usam como meio de enganar os fiéis.

Almeida (2003), em estudo anterior, já destacava a capacidade que este ritual proporciona de “atualizar” os inimigos e articular diferenças, “pois em virtude da polaridade fundamental do cristianismo, na qual a posição estrutural negativa é ocupada pelo diabo, qualquer religiosidade pode ser enquadrada como uma fé inimiga” (p. 342). Porém, na ocasião da pesquisa, o que ocupava lugar central nos exorcismos eram as referências às religiões de matriz-africana, as responsáveis pelos demônios. Inclusive, a descrita capacidade de atualização da origem do demônio no ritual do exorcismo, não está contida apenas neste momento ritual, está contida no discurso da igreja que a justifica travar batalhas em outras áreas de atuação, como veremos adiante.

Dois mecanismos são fundamentais para elucidar as estratégias retóricas que a IURD utiliza frente as ameaças e controvérsias em que se vê envolvida: associar o inimigo ao diabo e se afirmar perseguida. Sustentada pela Teologia do Domínio, ou se preferir Guerra Espiritual, que entende que os demônios podem dominar os seres humanos e, portanto, devem ser expulsos pelo poder da oração, pratica exorcismos que têm papel fundamental na sua existência enquanto religião. Almeida (2009) estudou de perto os cultos da igreja. Em sua etnografia desvelou como o principal ritual da igreja, o exorcismo, é praticado, e quais são as consequências. O autor evidencia as trocas e “inversões” produzidas pela Igreja com as religiões de matriz-africana, principalmente a Umbanda. Segundo Almeida (2003, 2009) as entidades dessas religiões são tratadas

como demônios, são mesmo a personificação dele. O autor afirma que “para a Universal não existe meio-termo: o mundo está dividido entre pessoas ‘libertas’ e ‘não-libertas’, sendo que nestas há a constante atuação do diabo. Ele é o causador de todos os males e infortúnios da vida” (ALMEIDA, 2003, p.322 – 323).

Dessa forma, podemos afirmar que, a partir da lógica descrita, a IURD se coloca nos espaços em que atua, acentuando o antagonismo existente. No campo religioso, exacerba as diferenças (mesmo que isso a aproxime de lógicas das religiões de matriz-africana) e protagoniza embates que reforçam, mas também rompem com características da religiosidade popular brasileira e com a ideia de que vigora um sincretismo harmonioso no país, como destacou Freston (1993).

Um dos pilares da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), na qual o autor sustenta toda sua produção sobre o político, o antagonismo representa um dos pontos principais. O enquadramento da categoria do político como uma ontologia do social elaborada pelos autores evidencia a produção de antagonismos no processo de hegemonização de um discurso. No caso da IURD, sua estratégia tem funcionado, uma vez que o crescimento religioso e político da instituição têm sido muito efetivos.

Aliado a este mecanismo, a IURD desenvolve em seu discurso aquilo que Edlaine Gomes (2011) aponta como “retórica da superação”. Esta construção além de intimamente ligada aos temores da atuação dos demônios, se relaciona a quatro categorias que a autora denominou “circuito da conquista”: perseguição-revolta-sacrifício-conquista. O circuito da conquista se dá, então, a partir da condição auto-atribuída de denominação perseguida, diga-se de passagem, no mais das vezes, uma perseguição causada pela ação do diabo. Portanto, para alcançar a superação é necessário o reconhecimento da *perseguição* e, mais importante que isso, a ação de *revoltar-se* com a condição em que se encontra e efetuar o *sacrifício* que levará a conquista da glória. O *sacrifício* guarda uma relação de proporcionalidade com a *conquista*, e de acordo com Gomes (2011) no projeto iurdiano a *conquista* se materializa na construção das Catedrais que simbolizam sua magnitude.

O grande poder dessa interpretação é captar como a IURD absorve as controvérsias em que se envolve e como isso a alimenta. Mariano (2003, p.64) já apontava para o posicionamento da igreja nestes conflitos, que passava por um momento de defensiva para um posterior ataque, utilizando o discurso persecutório “colocando-se na posição de vítima inocente das artimanhas do diabo e de perseguição

religiosa de seus adversários e detratores religiosos, midiáticos e jornalísticos”. De maneira parecida, Leonildo Campos também havia apontado para este processo.

A Igreja Universal concebe o mundo como um campo de batalha. Isso é perceptível em sua retórica *militarista*, que emprega como armas de guerra *slogans*, palavras, logotipos e logomarcas. Às denúncias a IURD responde com *argumentum ad hominem*, em que não se refuta *o que se diz* mas procurasse denegrir *quem diz*. Emprega-se também, até o cansaço, a imagem de perseguição, isto é, a IURD é perseguida pelos adversários, o que comprovaria a sua ligação com Jesus, também perseguido em sua época (CAMPOS, 1999, p. 364).

O fato de se colocar como constante alvo de perseguição, de maneira análoga à trajetória de Jesus Cristo, fez com que se elevasse o grau de coesão e solidariedade entre seus membros e destes em ralação a seus bispos e pastores percebidos como representantes autênticos do cristianismo (BAPTISTA, 2007).

É possível afirmar que a IURD é revolucionária dentro do pentecostalismo brasileiro, já que é a representante de maior sucesso da vertente neopentecostal que, guardadas as diferenças de organização e eventuais idiossincrasias, atualmente se configura como a tendência predominante em termos de modelo de atuação das igrejas evangélicas pentecostais, mesmo que se considere certa transversalidade na influência que cada corrente exerce umas sobre as outras.

Segundo Ricardo Mariano (1999), a atuação dos neopentecostais e, evidentemente da IURD, se baseia em duas teologias: a Teologia do Domínio e a Teologia da Prosperidade. A primeira, como adiantamos, prega a existência de uma contínua batalha na qual deus disputa o poder sobre a vida das pessoas contra os demônios que querem arruiná-las. Neste sentido nos fala Mariz (1997, p.45), “o demônio é uma figura muito presente no cotidiano do fiel pentecostal, que vê nele a razão para todos os males”. A Teologia do Domínio aparece em Mariz como a Teologia da Guerra espiritual. Como sugere a autora, as referências ao demônio e suas ações bem como sua batalha com deus não são inauguradas no Brasil pelos (neo)pentecostais. Ou seja, a crença na existência de demônios está difundida no imaginário brasileiro e não é difícil pensar que a IURD, como representante mais destacada desse segmento, se favorece dessa característica. Boa parte de sua retórica é contra as outras religiões e contra qualquer inimigo que por acaso cruze seu caminho ou que seja escolhido como adversário é proveniente desta teologia.

Além disso, a capacidade de demonizar o outro é de suma importância também para a luta política. Não é de hoje que a instituição recorre a este artifício para demonizar sujeitos com quem disputa no campo político. Bom lembrar que a despeito do demônio possuir pessoas, é possível demonizar também uma “ideologia política” contrária àquilo que a igreja defende. Como sustenta Mariz, a lógica do demônio está diretamente relacionada a uma preservação moral.

De suma importância para nossa perspectiva de análise, a batalha que a Igreja encampa, levando do religioso ao político uma estratégia bastante parecida, não caberia em uma análise política informada por uma teoria que entende a política como espaço da racionalidade instrumental e relega a religião à vida privada. Portanto, ao invés disso, nos sustentamos na proposta agonística de Chantall Mouffe (2006, 2015, 2019) que defende a dimensão das paixões como uma importante geradora de identificação política. Nesta perspectiva, a religião tem a contribuir com o pluralismo democrático uma vez que a dimensão afetiva é relevante na conformação de identidades coletivas.

A segunda teologia propaga que a oferta por parte dos fiéis estabelece uma relação que deve ser retribuída por deus. Parte dela o incentivo ao empreendedorismo de fiéis e é tida como grande responsável pelo sucesso econômico da Igreja, pois a conquista do fiel é proporcional a sua capacidade de ofertar o que potencializa a arrecadação da igreja.

Seu sucesso se sustenta em grande medida por características internas das quais se destacam as referências à sua gestão empresarial voltada para eficiência.

Para granjear tamanho sucesso religioso, financeiro, patrimonial, midiático e político, conta com governo eclesiástico verticalizado, gestão de tipo empresarial, quadros eclesiástico e administrativo profissionalizados, adota estratégias de marketing, estabelece metas de produtividade para os pastores, provê seus fiéis e clientes de oferta sistemática de serviços mágico-religiosos, possui grande disciplina eleitoral (para eleger suas bancadas políticas), arrecada recursos com eficiência e os investe no evangelismo eletrônico, em empresas de comunicação (gravadora, editora, redes de rádio e TV), na contratação de pastores, na abertura de novas congregações e de novos campos missionários (MARIANO, 2008, p. 72, 73).

Apesar dos dados, muitas vezes imprecisos e fantasiosos (de certa forma propositalmente, para gerar maior visibilidade) é inegável o seu poder econômico. Poder do qual frequentemente dá demonstrações, inclusive, esforça-se para que seu

tamanho pareça maior do que realmente é, como, nos casos da localização dos templos e do tamanho imponente dos mesmos (ALMEIDA, 2009). Como exemplo, a IURD inaugurou em 31 de julho do ano de 2014 o “Templo de Salomão”, que de tamanha grandiosidade foi notícia mundo a fora, como no jornal mundialmente reconhecido “The New York Times”. Este fato foi replicado pelas mídias da IURD¹¹ como prova da grandeza de sua obra, nos dois sentidos da palavra, dizendo respeito tanto à sua prosperidade, quanto a suas magníficas catedrais que disputam espaços nas grandes cidades com as Igrejas Católicas.

A eficiência econômica e gerencial da IURD está na base da construção de um verdadeiro império no setor de comunicações, dentre suas mídias estão: a “Rede Aleluia”, com mais de sessenta emissoras de rádio; um portal na internet, o “universal.org”, que concentra seus serviços na web, inclusive sua TV on-line; a “TV Universal”; e o jornal impresso “Folha Universal”¹². Além disso, controla a segunda maior emissora de TV do Brasil, a Rede Record, cuja aquisição gerou grande polêmica e é tida como um dos motivos que alavancou o já alto crescimento da IURD (CARRANZA, 2013).

Segundo Brenda Carranza (2013, p.542), a IURD é a “herdeira mais representativa” de algumas das características do televangelismo norte-americano, como a “linguagem persuasiva” e a grande “espetacularidade”. Apesar da semelhança, o sociólogo Alexandre Brasil Fonseca (2003) ressalta que o televangelismo norte-americano e o praticado pela IURD diferem do ponto de vista financeiro. Enquanto o televangelismo norte-americano visa o lucro e a manutenção financeira de outros projetos, “a Universal não entra na mídia com o objetivo de arrecadar recursos, mas sim para divulgar seus produtos e atrair novos seguidores. Estes pagarão pelos serviços que utilizarão e poderão engrossar seu rol de dizimistas” (FONSECA, 2003, p.278).

Detentora da capacidade de atrair novos fiéis, a mídia passa a ser meio necessário para o crescimento das igrejas. Além da possibilidade de compra de mídias, ou do aluguel de espaços em emissoras de rádio e TV, o que gera grande dispêndio, a outra forma de entrada neste universo é através de concessões de emissoras de rádio e TV, que são distribuídas pelo Ministério das Comunicações. Nesse sentido, há muita disputa em torno dessas concessões, que por isso, demandam grande influência política (CARRANZA, 2013, p.542). Neste sentido, o movimento do segmento evangélico em

¹¹ Folha Universal (Especial) edição n.1166 p.10 (De 10 a 16 de Agosto de 2014).

¹² Dados disponíveis em <http://www.universal.org/institucional/midias-da-universal.html>.

direção ao campo político encontra uma de suas explicações na possibilidade de negociação destes canais de visibilidade midiática. A irrupção dos evangélicos na política no período de redemocratização também pode ser vista por este prisma. Influenciar politicamente a favor de sua denominação conquistando concessões midiáticas para a mesma é um dos objetivos do “político de cristo”.

As primeiras candidaturas da IURD foram lançadas nas eleições de 1982. Seu primeiro candidato eleito foi na eleição de 1986¹³. Desde então, sua participação política por meio de candidaturas oficiais nos pleitos nacionais, estaduais e municipais é recorrente e, com a exceção do pleito de 2006, no qual teve de lidar com sérias turbulências, tem obtido sucesso na empreitada, principalmente no legislativo. Ao mesmo tempo em que nas disputas para o executivo nacional e estadual procura mobilizar seu poder para influenciar nos resultados, sua aliança é disputada pelos agentes políticos que reconhecem sua capacidade de articulação.

Campos (1997) ao listar os dilemas que a IURD enfrentava à época inclui o problema do machismo, o autor faz referência ao “acentuado machismo no discurso e na prática da Igreja com conseqüente falta de espaço para as mulheres nas instâncias de poder” (CAMPOS, 1997, p. 365). Esse “dilema”, ainda é um traço desta igreja? Um recente pronunciamento do bispo Edir Macedo em um culto da IURD é exemplar da forma como a denominação entende o papel da mulher em relação ao homem. Macedo falava sobre o fato de que, quando morava nos Estados Unidos, proibiu suas filhas de cursar uma faculdade. Recebeu apoio de sua mulher, mas outros familiares o condenaram. É um discurso normativo que tem relação direta com o contexto em que mulheres adquirem mais direitos, escolaridade e ocupam maior espaço na vida econômica e familiar. O bispo segue:

Porque se você se formar numa determinada profissão, você vai servir a si mesmo, vai trabalhar para si. Mas eu não quero isso, vocês vieram para servir a Deus. Não sou contra a você se formar, estudar, não. Mas no caso delas, eu não as criei para servirem a si mesmas, eu as criei para servirem ao Senhor. [...] Você vai fazer até o ensino médio, depois, se quiser a faculdade você que sabe, mas até o seu casamento será apenas uma pessoa de ensino médio. Porque se a Cristiane fosse doutora e tivesse um grau de conhecimento elevado e encontrasse um rapaz que tivesse grau de conhecimento baixo, ele não seria o cabeça, ela seria a cabeça. E se ela fosse a cabeça, não serviria à vontade de Deus. [...] A Ester

¹³ O candidato eleito era bispo e fundador da igreja, Roberto Augusto Lopes, que veio a abandonar igreja antes do fim do mandato (CAMPOS, 2002).

falava que queria que as filhas casassem com americano, corteses e educados, porque eu era um grosso. [...] Eu quero que as minhas filhas casem com macho. Um homem que tem que ser cabeça. Eles têm que ser cabeça. Porque se eles não forem cabeça o casamento deles está fadado ao fracasso. [...] O que se ensina hoje é: ‘Minha filha, você nunca vai ficar sujeita a um homem’. Então tá. Vai ficar sujeita à infelicidade. Porque não existe família, não existe casamento, não existe felicidade, a mulher cabeça e o homem corpo. É fracasso. Tanto é que, deve ter mulher aqui que sabem o que está falando. tem mulheres inteligentíssima que não conseguem encontrar o cabeça. Verdade, sim ou não?¹⁴

. A dizer pelas articulações recentes no apoio do bispo a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e de um fervor conservador na política brasileira do qual inclusive faz parte o Republicanos, partido ligado à IURD. Temos que considerar que o discurso do bispo parece agradar a muitos setores. De todo modo, a característica do discurso comporá um quadro interessante associado aos elementos que apresentaremos no Capítulo 4.

Nesta seção, mostramos como a IURD se desenvolveu e construiu uma grande rede de poder. Antes de nos determos a análise de sua atuação política, é importante apresentar que o processo que elucida a estratégia de ocupação do espaço público pela IURD, segundo Oro e Tadvald (2015), se dá em três etapas que correspondem a lógica empreendida pela IURD. Sua atuação segue no sentido de se aproximar, se apropriar e depois exacerbar, ou transformar. Explico, o que eles notaram foi o movimento comum na ocupação estabelecida pelos templos da igreja, nas mídias, e também na política. Primeiramente a denominação aluga um espaço, teatros e cinemas, espaços em rádios e começa a lançar candidaturas em diversos partidos. Em um segundo passo, a instituição procura controlar, a adquirir, comprando os espaços de culto, comprando rádios e TVs já existentes e controlando uma sigla partidária. No terceiro momento, ela constrói catedrais, cria um partido e investe pesado para transformar a mídia em uma potência. Toda a rede midiática e de templos capilarizados pelo país se tornam importantes formas de mobilização política. A relação entre religião e política que se estabelece a partir da agência da IURD será analisada a seguir.

¹⁴ Retirado do jornal Estado de Minas, Disponível no endereço: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/09/25/interna_nacional,1087806/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml

2.2 - Inserção e atuação na política: concepções do político para a Universal

A Igreja Universal do Reino de Deus como demonstrado anteriormente é uma instituição que diversificou sua área de atuação, se consolidando em campos que ultrapassam a esfera religiosa. Sua inserção na política será analisada nesta seção. Demonstro o contexto geral da sua empreitada política e sua atuação eleitoral, levando em conta o quadro político que se instaurava na época e as outras denominações religiosas que se encontravam em situação similar.

A literatura sobre a inserção da IURD na política deixa claro: não é um processo isolado desta denominação, ou seja, a igreja está em consonância com um movimento mais amplo dentro do campo evangélico. Paul Freston (1993) estudou a irrupção dos evangélicos na política brasileira, no contexto das eleições de 1986, em sua tese de doutoramento. Sua análise demonstra que essa politização evangélica ocorreu de maneira orquestrada principalmente pela cúpula da Assembléia de Deus e destaca dois motivos para a irrupção: assegurar a liberdade religiosa e a moralidade evangélica.

Por um lado, havia a possibilidade da Igreja Católica se tornar a religião oficial do país, receio evangélico fundamentado, por exemplo, na institucionalização em 1980 do feriado de 12 de outubro, em referência a Nossa Senhora Aparecida. De outro, acreditava-se na possibilidade de instituição de um regime comunista, tendo-se por base a legalização dos partidos comunistas, em 1985. Estes são fatores que colocariam em perigo a ideia de “liberdade religiosa”, fazendo com que os evangélicos perdessem espaço perante os católicos ou tivessem a liberdade de culto perseguida pelos comunistas (FRESTON, 1993).

O outro motivo se baseava na ideia de ameaça à moralidade evangélica que constituía a necessidade de defesa da família perante questões que poderiam ameaçá-las como: “legalização do aborto, das drogas, do casamento homossexual e do casamento como livre contrato” (FRESTON, 1993; p. 216), pautas sob as quais supostamente já se havia grupos organizados.

Para Freston (1993) foram esses os principais fatores de mobilização para a substituição da postura apolítica¹⁵ característica dos evangélicos, principalmente pentecostais, até a década de 1980, pela atuação política engajada que se verifica ainda

¹⁵ Leonildo Campos esclarece que “a opção pela não participação política na sociedade nunca deixa de ser também uma forma de participação política, inclusive considerada hipócrita pelos que dela participam consciente e abertamente” (CAMPOS, 2010; p.50).

nos dias hoje. O modo de fazer política inaugurado pelos pentecostais, nas eleições de 1986, tem como base uma articulação das denominações para eleger candidatos que as representem. Não são candidatos isolados, políticos que por acaso são evangélicos, e sim evangélicos que se tornaram políticos com o carisma e apoio de suas denominações e, sobretudo, para representar os interesses de suas denominações no congresso nacional (FREESTON, 1993).

Portanto, a atuação política da IURD se insere em um contexto de ampla organização de evangélicos em busca de participação na política eleitoral. As transformações na política brasileira, que ocorriam na direção da redemocratização do país após longo período de domínio militar, colaboraram para que estes atores despertassem o interesse e se articularassem em prol de maior representação. O trabalho de Campos (2002, 2006, 2010) nos ajuda a entender quais são as diferenças entre a participação política evangélica que se inicia na Constituinte e a que a antecede. De um lado, o distanciamento da política, de outro, a ambição de participar da política partidária.

Em seu estudo, Campos desenvolve uma tipologia que estabelece duas formas de políticos deste segmento, os políticos evangélicos “tradicionais”, a quem chama de “políticos evangélicos”, e os representantes evangélicos oficiais, aos quais nomeia de “políticos de Cristo”. Dessa forma, os “políticos evangélicos” são aqueles que procuram apoio das igrejas evangélicas e recebem um apoio discreto, não são candidatos “oficiais” dessas, já possuem algum capital político e econômico e buscam uma forma de maximizar suas chances eleitorais, este político passa a ser visto como “oportunista” pela igreja, pois se beneficia do voto dos fiéis e não satisfaz a contrapartida esperada, ou seja, não se compromete com os interesses da igreja.

Esses políticos que predominaram na política até o final do período da Ditadura Militar, “não possuíam eleitorado cativo na Igreja da qual faziam parte. A eleição deles dependia da reunião de votos esparsos em muitas denominações evangélicas para completar a total necessário para a sua boa classificação e eleição” (CAMPOS, 2010, p.46).

Por sua vez, os “políticos de Cristo” são candidatos que em comum têm a pertença religiosa e o fato de serem os escolhidos pela igreja como representantes “oficiais”, este tipo “empresta a sua personalidade para ser usada como um instrumento da confissão religiosa que o escolheu candidato e fez dele o seu defensor na fronteira política” (CAMPOS, 2002; p.2). O interesse da igreja em ter representados seus

interesses na política a impulsiona no esforço de “produção” desta qualidade de candidato que fica dependente da instituição.

é importante não perder o apoio delas [Igrejas], pois sem elas o “político de Cristo” nada é, e perde a função de locutor de um discurso que não lhe pertence. O “político de Cristo”, tal como o pastor, “o homem de Deus”, é uma figura vazada, que a instituição, as massas ou as circunstâncias preenche (CAMPOS, 2002; p.30).

Dessa forma, no processo em questão há um movimento de transferência de carisma, da instituição para o candidato. Frisa-se que nesta abordagem este último não detém o carisma, ele continua atrelado à igreja que o empresta e o converte em capital político. Oro (2003) atribui o sucesso eleitoral dos candidatos da IURD, dentre outros motivos, à transferência de carisma efetuada por esta instituição.

Entretanto, acreditamos ser possível traçar uma continuidade entre estes dois tipos ideais apresentados, obviamente, é preciso sair do plano típico ideal. Dificilmente a Igreja forja um político por completo, sem que este já seja alguém conhecido na Igreja ou por alguma atuação midiática, sua chance de sucesso é reduzida. Para que seu esforço tenha sucesso é necessário que este já tenha um capital específico que, aliado à projeção interna para seus eleitores em potencial (fiéis), às estratégias, o potencial de transferência de carisma da Igreja e sua projeção externa com propaganda, tenha êxito nas eleições. Apesar dos numerosos exemplos de candidatos que fracassaram em eleições posteriores ao rompimento com a igreja, parece-nos mais apropriado dizer que aqueles que logram êxito com o apoio da igreja o fazem pelo somatório das forças, inclusive, pela utilização da estrutura material e atuação das redes estabelecidas na igreja o que muitas vezes é negligenciado das análises como apontou Prandi et al (2019).

Nesta altura é importante demonstrar algumas características presentes no discurso iurdiano para além do “modelo corporativo de candidatura” que organiza sua atuação política que veremos mais adiante, há uma justificativa divina que coloca seus membros como escolhidos de Deus para enfrentar os desafios da política que é tida como local que precisa dessa ação, pois está entregue ao pecado e a interesses particulares.

“É de conhecimento de todos que o diabo está alojado dentro do Congresso Nacional, criando leis injustas e erradas para impedir o crescimento do Evangelho” (RODRIGUES, 1998, p.59).

“Os espíritos que atuam na política, disse recentemente o Bispo Rodrigues, são os espíritos dominadores, os príncipes das trevas”. (fala do bispo Rodrigues publicada no Jornal do Brasil, 29/10//2001 apud BAPTISTA, 2007, p.229).

Neste sentido, Tadvald (2006, p.80) considera que a principal justificativa da inserção dos evangélicos na política, a percepção desde espaço “como uma arena sujeita e mesmo tomada pelas influências demoníacas”, encontra em seus receptores uma predisposição que se sustenta por um senso comum povoado por uma imagem sobre o político como espaço contaminado por comportamentos desviantes.

Segundo Baptista (2007), os novos movimentos religiosos, especialmente a Igreja Universal, se valeram da incapacidade das igrejas estabelecidas em responderem às expectativas da população. Por intermédio da ideia de sublimação desenvolvida por Melucci (2001) ao tratar do surgimento de movimentos sociais, que argumenta que em contextos de elevada desproporção entre às recompensas oferecidas e as expectativas almeçadas o grupo em questão pode vir a transformar-se em seita ou igreja, recorrendo a textos sagrados, rituais e funções sacerdotais dentre outras, Baptista observa que a resposta concedida por parte das igrejas neopentecostais desloca as questões referentes ao social passando-as para o plano sobrenatural. Ou seja, respeita uma lógica de “sublimação dos quadros da vida”.

São elas que prometem prosperidade para aqueles que acreditam em suas receitas mágicas. Elas substituem o adversário social pelo adversário sobrenatural. Em seus referenciais de interpretação, não é o sistema econômico e seu arcabouço político e cultural a verdadeira fonte das desgraças, mas os “encostos”, o “olho gordo”, as divindades do panteão das religiões afro-brasileiras, os grandes causadores da miséria social em que vive este País. É a solução do “tá amarrado” para os problemas da pobreza, da miséria e da violência, em todos os graus e manifestações. (2007, p.120)

De fato, há um deslocamento e ele está acompanhado de recorrente pragmatismo no recurso ao sobrenatural. Defendemos aqui que ele está intimamente ligado ao

artifício de demonizar o outro, o adversário, o inimigo. Esteja ele na economia, na política ou na religião, quaisquer áreas podem ser alvo de ação demoníaca.

No entanto, Baptista segue seu raciocínio, e a conclusão lógica do trecho que cita de Melucci afirma que o deslocamento do social ao sobrenatural impede que se estabeleçam ações de tipo conflitante.

A ação não se dirige contra o adversário social presente no sistema de referência do grupo, mas contra um adversário simbólico que não tem nenhuma relação concreta com a experiência do ator. Isto não comporta, portanto, nenhuma redefinição do campo de ação e não produz efeitos em tal campo. A existência de um adversário distante e inalcançável não provoca ação coletiva de tipo conflitual, e sim a produção de ideologia, de mitos, de ritos. (MELUCCI, 2001 p.269 apud BAPTISTA, 2007, p.120)

Em que pese a assertividade da observação do autor sobre o deslocamento do discurso do social ao sobrenatural, os acontecimentos recentes envolvendo a IURD nos permitem apontar que a “sublimação”, para permanecermos nos termos do autor, não gera um inimigo distante e inalcançável neste caso. Se Deus está distante no protestantismo histórico, no neopentecostalismo ele está agindo o tempo todo na vida do fiel e em constante conflito com o demônio. Há luta. O conflito existente ocorre para que este seja afastado da vida do fiel, para que seja vencido. Dessa forma o sobrenatural não está distante, e sim bem próximo. Em decorrência disso, o outro, aquele que é demonizado, sujeito ou instituição, deve ser exorcizado, aí a relação de conflito está mais que posta. Ela encaminha o fiel a agir contra o que está em oposição a suas ambições, contra seus pecados individuais, mas principalmente contra o outro demonizado.

De maneira análoga ao comportamento “apolítico” demonstrado pelos pentecostais e protestantes históricos, que encontra embasamento em teologias “importadas” e é produto de influência de teólogos norte-americanos no protestantismo brasileiro, como as doutrinas do pós-milenarismo e sua máxima de construção do “céu aqui na Terra” e o pré-milenarismo no qual o Jesus volta a Terra e constitui um milênio de graças que culmina na derrota de todo o mal, aquilo que embasa teologicamente a politização evangélica que dá início ao fenômeno que temos observado é a Teologia do Domínio (CAMPOS, 2010). Como vimos essa Teologia compõe uma das principais características da IURD.

A retórica do diabo é sem dúvida um mecanismo eficaz, que pode ser mobilizado no campo religioso, político, econômico, midiático e pode justificar ações desviadas de membros, extirpar os indesejados e gerar adesão aos empreendimentos da igreja. O que cabe ressaltar é a localidade desse discurso, ele é religioso e emitido para os fiéis, justifica para os fiéis. Na empreitada política ele certamente garante uma base, aquela que demonstra a força dos evangélicos desde o seu ingresso maciço na política eleitoral. Essas considerações também valem para respostas milenaristas, dos “escolhidos de deus”.

A questão que se coloca na política transborda os limites que circunscrevem as justificativas demoníacas, religiosas, pois se coloca a eleitores que não a recebem com a mesma abertura. No entanto, além do fato de existir certa predisposição para o discurso tanto nas imagens do demônio, quanto da demonização da política, o potencial de produção de antagonismo, de estabelecer uma fronteira entre o “nós” e o “eles” (MOUFFE, 2015) é fundamental na composição do campo político. Nesses termos, como bem coloca MOUFFE (2006), a religião pode contribuir com algo que foi relegado em troca da racionalidade, as paixões, fundamentais para um processo político vibrante.

Contudo, se o discurso permanece na lógica da guerra espiritual, mesmo alcançando as estratégias de *pânico moral* (VITAL e LOPES, 2012), a religião tende a se manter como a fiadora da política (CAMURÇA 2019), mas não se torna protagonista. O ganho proporcionado por essa estratégia é insuficiente para que os evangélicos constituam uma força hegemônica, no sentido de se colocar como horizonte possibilidade, se colocarem no lugar mesmo da falta. A tarefa está longe de ser simples. Veremos no capítulo 4 que alguns discursos procuram articular elementos com potencial de estender os apoios e gerar uma unidade. Um discurso que pretende gerar uma unidade e em alguns casos mobiliza significantes que estão além do campo religioso e pertencem a uma linguagem de outros grupos minoritários.

Estamos de acordo com as conclusões de Campos (2010, p.67) quanto aos significados do voto para os fiéis da IURD. Para o autor, estes eleitores entendem o voto como uma “continuidade das ações exorcistas de espíritos malignos que os pastores e bispos realizam, semana após semana, nos seus templos no mundo todo” e ultrapassam o ato cívico. Entendemos que as duas lógicas habitam simultaneamente o sentido do voto e as estratégias eleitorais da igreja. O papel cívico do cidadão é recorrentemente reforçado nas publicações do Jornal Folha Universal. No entanto as referências ao

demônio e a associação do papel do político com o divino diminuíram consideravelmente. Suponho que ainda sejam acionadas em outros espaços, como nos cultos, grupos de jovens e outros espaços religiosos. Parece plausível dizer que esta diferenciação de ação nos espaços, religioso e político, é sinal de um processo de aprendizagem política da instituição, decorrente da pressão que sofrem dos grupos de oposição, da mídia, e de pesquisadores que apontam problemas no uso da influência religiosa da igreja para fins políticos. Certamente, também, respondem a aprendizagem política de seus os fiéis.

O trabalho de Machado e Burity (2014) mostrou que os discursos de políticos religiosos no fazer político não se limitam aos referentes religiosos e pouco difere de seus pares não-religiosos, se adaptando às regras do sistema político. No entanto, o discurso religioso pode ser um forte referencial, oferecendo um serviço específico que só o religioso pode oferecer, como trabalhou Gracino Junior et al (2019). De todo modo, a questão para nós continua, pois isso não anula a importância da atuação política desses grupos.

A participação política da IURD se deu de forma crescente. O objetivo de ampliar a representação da Igreja Universal no Congresso se acentuou ainda mais, dentre outros motivos, em virtude dos problemas que a instituição enfrentou com Receita Federal no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Baptista (2007, p.339), os parlamentares da Igreja “tentaram colaborar com o Governo, mas não sentiram que tenha havido retribuição equivalente ao apoio que ofereceram”. Esses problemas parecem explicar também a mudança de postura da Igreja nas eleições de 1998, retirando o apoio explícito a FHC, que teve seu governo criticado no Jornal Folha Universal (CONRADO, 2000).

As justificativas para a inserção política estão baseadas em uma gramática repleta de referências a força divina. Nos primeiros passos dos “políticos de Cristo”, as atenções estão voltadas para os fiéis, pentecostais, evangélicos, cristãos. Foram colocados em prática tentativas de construir uma unidade em torno destes significantes, que visavam colher os votos da identidade “comum”. Contudo, é possível perceber que o discurso da IURD e de seus candidatos sofreu mudanças, conforme veremos no Capítulo 3 e 4, sua gramática política se expande se apropriando de elementos que ultrapassam a lógica religiosa, ainda assim podemos notar certa continuidade.

A estratégia de construção de “unidade” fica evidente na fala do bispo Eduardo Lopes. Candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro e articulador político do PRB neste

estado, abrindo o evento de lançamento de campanha da candidata a deputada estadual Tia Ju (PRB). O bispo/candidato inicia dizendo que a oração que fará (“Pai nosso”) é uma oração que mostra a unidade, como se valesse a todos, independentemente da religião que confessem.

“Nós vamos agora ouvir a nossa fé. E não tem coisa que sintetiza mais a união de fé do o que nos ensinou Sr. Jesus, quando pediram a ele: nos ensine a Orar. E ele disse não orar, qual oração que ele fez? (resposta do público: “O pai nosso”). Então o Pai é: (Nosso), o Pai não é meu, o Pai não é seu, o Pai é nosso. Você vê que pode mudar um pouquinho no meio da oração alguns podem orar um pouquinho diferente. As vezes o católico ora: seja feita a vossa vontade. Eu posso orar: seja feita a sua vontade. Perdoai as nossas dividas o outro perdoai as nossas ofensas. (...)Então vamos lá unir a nossa fé!”

Esse trecho ilustra, que existe uma tentativa de proporcionar uma ideia de unidade na questão religiosa, minimizando os diferentes pertencimentos religiosos do público e dando ideia de acolhimento a todos. Após a oração do “Pai nosso” começa uma oração “mais pessoal”, como ele mesmo a classifica. Essa oração segue um tom de agradecimento a deus.

Paula Montero (2011) aponta para a estratégia de se universalizar o Deus cristão, com intuito de gerar uma ideia de que é um caminho apto para alcançar um bem comum:

A bem disseminada concepção popular de um Deus único, onipotente e onipresente, inspirada no catolicismo, retém a ideia de que este ser incriado é a força que sustenta a existência humana e a fonte de toda forma de justiça. Nesse sentido, qualquer organização religiosa que inclua essa referência é reconhecida como um caminho legítimo para a conquista do bem comum. Cada forma religiosa particular é percebida como apta para exercer sua soberania sobre um segmento específico do universo e das forças sagradas (MONTERO, 2011, p.6).

Ao falar deste processo, a autora está se referindo a um processo de dentro do campo religioso. Aqui, nós entendemos que esta estratégia é apropriada pela campanha não apenas inconscientemente, em decorrência do fato de ser um bispo, o objetivo é gerar na política o mesmo efeito. Ou seja, a ideia é mostrar que podem ser, não só na religião, mas inclusive na política, um caminho apto para o bem comum.

No entanto, podemos perceber também outra forma de ambiguidade, que agora não mais se fixa entre o político e o religioso, e sim dentro de uma estratégia própria do

campo religioso. Se compararmos essa fala com aquilo que demonstramos sobre as relações conflituosas da IURD com outras religiões é possível notá-la. Para desfazer essa ambiguidade e entender o desenrolar deste processo precisamos separar os sujeitos, os indivíduos das instituições. A referência a um deus único está relacionada a adesão de fiéis e a imagem que se quer construir de sua própria religião – viável, verdadeira e acolhedora. O ataque a outras religiões, pelo contrário, não é um ataque aos fiéis de outras religiões, mas a instituições que concorrem com ela no campo religioso. Pois os fiéis de outras religiões não são os agentes malignos, eles estão sendo usados por demônios, estes sim, vinculados a outras crenças religiosas. Dessa forma, pode-se muito bem atacar as outras instituições religiosas e acolher seu fiel, tanto para ser um novo membro da igreja, quanto para aderir aos candidatos do partido.

A continuidade da fala de Eduardo Lopes, faz coro ao que vem sendo vinculado no Folha Universal nos anos eleitorais: o dever de cidadão e a importância do voto¹⁶. Eduardo Lopes visa com isso garantir a participação dos eleitores que estão aptos a votar nos políticos ligados a IURD.

“No Brasil não existe a opinião Pública, existe a opinião que se publica”. É diferente, e é isso que procura conduzir a massa, por quê? Porque a grande mídia de forma geral, ela tá trabalhando com o seguinte. Se você está satisfeito, e o povo tem toda razão pra ficar insatisfeito, e o povo tem toda razão para tá insatisfeito, não tiro a razão do povo, eu também estou insatisfeito. Mas qual é o pensamento que tem se passado através da grande mídia, é aquele que diz o seguinte, o que induz o seguinte. Se você está insatisfeito, se você está revoltado com tudo que tá ae, não vote! É isso que eles querem induzir, e tem várias razões por causa disso.

Primeiro, faço lembrar aqui, o que as pesquisas já estavam detectando se mostrou uma realidade. Nós tivemos recentemente quatro eleições suplementares. Três aqui no Rio Estado, e uma lá em Tocantins. Uma eleição em Cabo Frio, Rio das Ostras, Teresópolis e Tocantins. Essas quatro eleições tiveram em torno de 55% de votos brancos, nulos e abstenção. O que significa que se isso se repetir agora pra presidente, pra governador, pra senador, pra dep. federal e dep. Estadual, significa que eu, você, nós, seremos representados por uma minoria de 45%. Porque um outro mito que tem que ser tirado da mente do povo é que se não tivermos 50% dos votos a eleição será anulada. Não é verdade isso. Nós podemos ser representados por 45% dos votos válidos e com certeza esses votos não nos representam, porque 45% significa que precisa de menos votos pra se eleger. Poderia dizer pra mim: “que maravilha! Vou precisar de menos voto pra me eleger”. Só que ae é que está. Quanto menos votos se precisa mais barato fica pra quem compra.

¹⁶ Demonstramos como este tema aparece no jornal Folha Universal, da IURD, no Capítulo 3.

Então, esse alto nível de branco, abstenção e nulo, favorece três coisas: primeiro, o poder econômico; segundo, o poder político e; terceiro, o poder paralelo. É esses que são favorecidos.

Eu queria aproveitar esse momento, acreditando até que a maioria aqui tem consciência do seu voto. Mas, se de repente, por alguma razão, você vinha pensando dessa forma, eu aconselho a não fazer isso. Porque quem se omite, ou quem acha que está mostrando revolta por que não votou, porque votou em branco ou anulou, na verdade está permitindo ou está se permitindo ser governado por esses aí, por essa minoria. Eu disse e repito e que na verdade não nos representa ou não vai nos representar, porque você vota uma vez só, mas quem se elege com seu voto ou não, vai votar quatro anos por você. Seja pra aquilo que é bom, seja pra aquilo que é ruim pra vc. Então gente, eu defendo, 7 de outubro eu vou votar.

A defesa do voto é algo recorrente na IURD. E ela defende o voto no candidato de bem e que não vá contra a fé. Para além de uma participação cidadã se pede um voto consciente que vai contribuir para um mundo melhor. Este “mundo melhor” está certamente envolto de valores religiosos compartilhados pela Igreja. Interessante demonstrar como a IURD tentou articular seus discursos relacionadas à estas problemáticas nas eleições presidências indo transformando sua atuação e suas afinidades quando necessário, indo do apoio à direita à parceria progressista no apoio ao PT e abraçando o conservadorismo como no apoio a Bolsonaro, ou mesmo na posição mais recente do Republicanos que optou por se identificar com o liberalismo e conservadorismo, como veremos. Exploramos esse percurso a seguir no Capítulo 3.

Capítulo 3 – A Participação da IURD nas eleições presidenciais.

Em texto recente, Marcelo Camurça (2020) escreve sobre a participação evangélica na política brasileira. Neste esforço o autor traça uma tipologia que classifica três fases da atuação evangélica. É sabido que os evangélicos não necessariamente compõe um bloco coeso quando o assunto é a atuação política, no entanto os períodos destacados por Camurça e a correspondente postura evangélica foram: no período de 1989 até a o final dos anos 90, na qual estiveram engajados no apoio a forças de direita como na campanha de Fernando Collor em 1989 e nas eleições de Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998; a segunda fase, que corresponde a aliança com Partido dos Trabalhadores, e forças de centro-esquerda para eleição nas eleições de Lula (2002 e 2006) e Dilma (2010 e 2014); e um terceiro momento, do qual estamos vivendo seus desdobramentos, período que se estabelece no abandono dessa coalizão para se engajar em apoio a forças neoliberais a partir das articulações para o *impeachment* da presidenta Dilma.

Não coincidentemente, essas “fases” são semelhantes, para não dizer, idênticas à postura apresentada pela IURD nestes pleitos. Isso deixa evidente a relevância da posição da Igreja na política no que diz respeito ao apoio evangélico e também sua quase predominância na percepção acadêmica quando se observa o fenômeno. Diferentemente do que faz Camurça, que concentra sua análise no último período proposto, seguiremos o fio da participação política da IURD nas eleições presidenciais, desvelando suas alianças e apoios. No entanto, em vista dos dados disponíveis nos deteremos mais de perto na participação da IURD a partir das eleições de 2010.

3.1 – As primeiras eleições

O ano de 1989 marcou a primeira eleição presidencial direta após a abertura democrática. As pesquisas sobre a participação dos evangélicos nesta eleição (MARIANO E PIERUCCI, 1996; FRESTON, 1994) destacam os posicionamentos da IURD através dos depoimentos do bispo Edir Macedo em apoio à campanha do candidato Fernando Collor de Mello que esteve entre seus aliados desde o primeiro turno das eleições. Collor participou de programas exibidos pelas rádios de propriedade

da IURD, Edir Macedo disse em algumas ocasiões que Collor era o “escolhido”, houve indícios de que a estrutura da IURD foi usada na campanha de Collor tendo sido apreendidos pelo TRE duas toneladas de material de campanha em dois templos da IURD no Rio de Janeiro (MARIANO e PIERUCCI, 1996).

Segundo Campos (2006, p.67) os templos da IURD se assemelhavam a comitês pro-Collor repletos de “faixas e cartazes com fotografias e slogans de campanha”. Referências a Collor eram proferidas nos cultos, cantava-se “o diabo na corda bamba, vamos *collorir*” (FRESTON, 1994, p.90). A seguir, reproduzo duas falas do bispo Macedo que exemplificam o tom da campanha.

Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu que Fernando Collor de Mello era o escolhido (Fala de Edir Macedo, Jornal do Brasil, 3/12/1989, apud MARIANO e PIERUCCI, 1996, p.196).

Collor fará um excelente governo (Fala de Edir Macedo, Revista Veja, 06/12/89, apud FRESTON, 1994, p.85)

Além do empenho na campanha pró Collor, a IURD se empenhou em atacar e demonizar a campanha de seu oponente Luiz Inácio Lula da Silva. Vimos anteriormente que os pentecostais no geral justificaram sua inserção política em 1986 como forma de frear o comunismo e os privilégios da Igreja Católica, novamente, em 1989, esses temores serviram de combustível para a campanha anti-Lula, principalmente a posta em prática pela IURD. Mariano e Pierucci (1996, p.201) classificaram o clima instaurado como um “pânico religioso” diante de “um desmedido e alastrado temor da implantação de um regime comunista por um governo petista” cujo principal argumento não era o de cunho econômico e sim os baseados numa possível “perda de liberdade religiosa” (1996, p.202).

Quando em meio pentecostal se acena com a ameaça do comunismo, imediatamente aflora a preocupação com a sobrevivência de suas igrejas. Antes de mais nada, comunismo significa para eles ausência de liberdade religiosa. Aliás, a negação da liberdade religiosa é posta como o fundamento da crítica radical que fazem do comunismo, na mesma medida em que colocam a liberdade religiosa antes e acima (ou no mesmo lugar) das outras liberdades modernas (MARIANO e PIERUCCI, 1996, p.205).

Além disso, Mariano e Pierucci (1996) fazem um importante apontamento, segundo sua interpretação, para os pentecostais o PT significava a associação do

comunismo ateu com o catolicismo imperialista. Portanto, podemos dizer que a IURD se empenhou em uma luta política reafirmando referenciais do campo religioso, sua luta por liberdade religiosa e em oposição à hegemonia católica. Edir Macedo classificou a Igreja Católica como “uma peste bubônica” (MARIANO E PIERUCCI, 1996, p.205).

“Se Lula ganhar, a Igreja (católica) vai mandar no país” (Edir Macedo, *Jornal do Brasil*, 03/12/1989, apud FRESTON, 1994, p.89 e MARIANO e PIERUCCI, 1996, p.208).

Segundo uma suspeita de Freston (1994), interesses pragmáticos da parte de Edir Macedo estavam na base da mobilização contra Lula e a favor de Collor. Segundo o autor, o apoio de Macedo a Collor responderia à necessidade de respaldo político para que a compra da TV Record fosse homologada junto governo, pois Macedo carecia deste poder, apesar de ter a sua disposição o dinheiro necessário para efetuar a compra. Para Mariano (1999, p.93) a concessão da TV constitui um dos principais motivos do apoio a Collor. A fala do deputado Paulo De Velasco confirma o que está sendo apontado.

Nós tínhamos dois candidatos: Lula e Collor. O Lula já tinha declarado que ele, eleito presidente, mandaria fechar a Universal. [...] Eu não vou ser autodemolidor de mim mesmo. E houve promessas da parte do Collor de ajudar a igreja. O Collor disse que iria ajudar a igreja. Eu estive com ele nesse momento. [...] Nós estávamos comprando a TV Record. Repare que se por acaso você compra, depende da autorização do presidente. Se você tem um presidente dizendo pra você ‘vou te apoiar’, você apóia o cara. Por quê? É uma questão de praticidade. Eu não vou apoiar meu inimigo. Vou apoiar aquele que se diz meu amigo (Paulo De Velasco, apud MARIANO, 1999, p.93).

Collor sairia vencedor das eleições de 1989, mas a “retribuição” do apoio dado pela IURD não saiu como esperado pelo bispo Macedo. De acordo com a interpretação do deputado Paulo De Velasco, os ataques da imprensa ao bispo Macedo fizeram com que Collor se retraísse para preservar sua imagem.

As denúncias de envolvimento em esquemas de corrupção e o decorrente impedimento de Collor exigiu um discurso justificador por parte da IURD que explicasse a contradição presente em apoiar um candidato para moralizar a política e o mesmo se envolver em corrupção. Neste sentido, as justificativas giraram em torno da

ação do demônio sobre Collor, que teria se envolvido em cultos satânicos, segundo o que foi veiculado na mídia neopentecostal (CAMPOS, 2006). Como apresentamos, no capítulo anterior, o discurso da ação demoníaca é recorrentemente acionado. Neste caso, esta retórica tira a responsabilidade da IURD ao ter dado apoio à candidatura de Collor e este ter se envolvido em ações amorais. Na interpretação de Campos (2006, p.68) essa estratégia “era como se os pentecostais estivessem demonizando suas próprias decisões do passado, para depois, logo em seguida, exorcizar os seus próprios erros”.

Como vimos, nas eleições de 1989, a IURD se empenhou na eleição de Collor contra Lula, participando ativamente da campanha presidencial. Em 1994 a Igreja mantém forte oposição a Lula e a o PT e insiste na estratégia de vinculá-los a figuras demoníacas. Neste sentido, a IURD explorou uma imagem do PT como defensor do casamento entre homossexuais, Lula como defensor do aborto, e apelaram para o recorrente temor da liberdade religiosa, ou seja, a associação do partido com a Igreja Católica resultaria em perseguição aos evangélicos (MARIANO, 1999). A proximidade com a Igreja Católica era criticada e sustentada pela participação de Frei Betto na campanha.

A participação deste frei na campanha política do Lula só prova que o PT é comandado pela Igreja Católica. Na verdade, são jesuítas (...) ele [Lula] é um meio de a Igreja Católica comandar ainda mais o Brasil. Será, aliás, já é, uma marionete nas mãos dos católicos (Pastor Júlio César, Folha Universal, 25/08/1994 apud MARIANO, 1999, p.95)

O jornal Folha Universal passou a ser usado como meio de atacar o PT e seu candidato. Freston (1994), Mariano (1999) e Campos (2006) arrolam uma grande quantidade de ataques à Lula e ao PT publicados no jornal Folha Universal, das já colocadas em prática em 1989 até acusações de que Lula recorreu ao candomblé para vencer a eleição.

O fato é que, depois de receber a “benção” de “mãe” Nitinha do candomblé, Lula está em decadência, e a sua campanha vai de mal a pior (...) a bênção da mãe Nitinha parece ter colocado o próprio partido de Lula em confusão, causando tumulto em sua campanha (Folha Universal, 24/07/1994, apud Campos, 2006, p.71).

Além da massiva utilização do jornal Folha Universal, a TV Record também serviu como meio para os ataques à candidatura petista. A TV reproduziu ao vivo uma grande reunião com cerca de 400mil fiéis no Aterro do Flamengo, que recebeu o nome

de *Clamor pelo Brasil*, organizada pelo Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB) e liderado por Edir Macedo, cujo ponto alto foi a fala de Macedo sobre a luta entre “Deus e o diabo” que, segundo ele, mais uma vez se estabelecia na política, e sem citar nomes, colocava Lula como a figura demoníaca. O apresentador/pastor Ronaldo Didini, criticou o PT no programa da TV Record *25ª hora*, que foi ao ar em agosto de 1994 (MARIANO, 1999; CAMPOS, 2006).

Os ataques na TV Record e na Folha Universal motivaram o PT a entrar com representação junto a Justiça Eleitoral exigindo direito de resposta nos dois casos. Com ralação ao programa *25ª hora*, após ter reincidido nos ataques, a Justiça determinou que no dia 03/08/94 a TV fosse retirada do ar durante uma hora e reservasse 1min de sua programação no dia 04/08/94 para resposta do Partido dos Trabalhadores (MARIANO, 1999; CAMPOS, 2006). No caso do jornal impresso a Justiça Eleitoral obrigou que reservassem a Lula um espaço para direito de resposta. A edição do dia 25/09/94 trouxe a manchete “Ação do PT restaura a verdade”. Mesmo a ação que deveria ser uma reparação do dano causado ao PT foi utilizada pelo jornal como estratégia. A fonte usada para imprimir O que foi usado pelo jornal como forma de atacar novamente a Lula. A edição utilizou uma fonte de tamanho reduzido no texto elaborado pelo PT, o que fez com que o espaço dedicado ao partido não fosse ocupado por completo. O jornal completou com a seguinte frase: “Espaço reservado para direito de resposta do Partido dos trabalhadores” (CAMPOS, 2006).

Segundo a interpretação de Leonildo Campos, a mensagem que o jornal transmitia era: “o que esperar da ação política de um partido que sequer tem condição de preencher todo o espaço que lhe foi reservado em um jornal?” (CAMPOS, 2006, p.72 – 73).

Na avaliação de Freston (1994), a IURD exerceu papel de liderança sobre os evangélicos na campanha anti-Lula. Também na visão de Mariano a Universal teve o papel de “principal representante pentecostal do bloco anti-Lula”. No entanto, o principal concorrente de Lula, Fernando Henrique Cardoso, recebeu um apoio “discreto e pouco entusiasmado” da IURD assim que as pesquisas mostraram a viabilidade de uma vitória de FHC ainda no primeiro turno das eleições (MARIANO, 1999, p.92).

A conjuntura política de 1994 era favorável ao crescimento do país, a recente implantação do Plano Real gabaritou a candidatura de FHC, mas apesar do contexto favorável ao candidato a IURD se manteve discreta no apoio a sua candidatura, como podemos explicar esse posicionamento da igreja? De um lado, o fracasso do governo

Collor, que recebeu ostensivo apoio da IURD, comprometeu a posição política da Igreja perante os fiéis, gerou uma pressão sobre a igreja que necessitou de uma justificativa. Adicionalmente, a opção por permanecer demonizando Lula, cuja candidatura se assentava em forças semelhantes a de 1989, e que compunham historicamente um imaginário bastante definido dentro das lógicas compartilhadas pela IURD a seus fiéis, como inimiga dos evangélicos, tornou a manutenção dos ataques coerente tanto em relação ao seus fiéis, como em relação aos interesses de expansão e preservação da própria igreja em relação às concessões de rádio e TV, sobre a qual Mariano (1999) sustenta hipótese de que a cúpula da IURD haveria firmado compromisso eleitoral em troca de FHC não intervir nas concessões em desfavor da IURD. Hipótese bastante plausível em vista da sua postura na eleição de 1989. Sobre as motivações de Macedo e este tema, Freston (1994, p.125) diz que “é provável que o medo de um governo Lula se concentre numa questão que não pode ser mencionada abertamente, pois deixaria evidente o interesse particularista: a política de comunicações”.

Importante assinalar que em 1994, em virtude das eleições, ocorreu o embate entre as ações e visões de duas entidades, a Associação Evangélica Brasileira (AEvB), que buscou rechaçar o voto corporativo e estava ligada a protestantes históricos e alguns segmentos pentecostais, e o Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), cuja ação se dava no sentido de uma vigorosa campanha anti-Lula em que pese o apoio inibido a Fernando Henrique Cardoso, a semelhança com a posição da IURD não é por acaso, já que a entidade era liderada por esta Igreja. Nas eleições de 1998, essas entidades perderam a força de pautar e aglutinar as estratégias políticas do segmento evangélico (CONRADO, 2000, p.24).

FHC foi eleito Presidente em 1994 e se candidatou a reeleição em 1998, sendo Lula, novamente, seu principal concorrente. A análise do Jornal Folha Universal elaborada por Conrado (2000) mostrou que não houveram manifestações de apoio a candidatos que concorriam a presidência da República. No entanto, aponta para a mudança no tratamento a Lula¹⁷. A Folha Universal apresentou uma imagem mais domesticada do candidato. Há um evidente contraste entre a campanha negativa que a IURD fez contra Lula nas eleições anteriores e a visão abrandada que vincularam no jornal da instituição em 1998.

¹⁷ Duas entrevistas com Lula foram publicadas no jornal. Outros candidatos também tiveram espaço, mas FHC não. O jornal não chegou a desaconselhar o voto em FHC, mas teceu críticas a sua atuação em questões sociais como desemprego, educação e sobre a seca no Nordeste. (CONRADO, 2000).

Com uma bagagem político muito mais farta e sem a radicalidade que o fez perder oportunidades nas eleições passadas, o candidato do Partido dos Trabalhadores entra na briga pelas urnas este ano com chances maiores de vencer (...) Com uma consciência de classe bem definida e possuidor de uma franqueza e força pouco vistas em outros políticos, Lula se encaixa no estereótipo que o partido e o povo desejam (...) Ao contrário do que aconteceu nas eleições passadas, Lula mostra-se agora bem mais afinado com as questões religiosas e até disposto a ouvir o povo evangélico (ED 317, FU, Apud CONRADO, 2000, p.25).

Leonildo Campos (2006) entende que a nova postura da IURD com relação a Lula sinalizava as ressalvas que esta tinha de FHC, por suas atitudes contrárias ao interesse da Igreja. Conrado (2000) sugere que esta posição pode ter sido derivada “das crises pelas quais passou o governo Fernando Henrique em 1998 e as chances eleitorais de um governo de esquerda PDT-PT no Rio de Janeiro, onde, inclusive, os nomes da chapa para governador eram evangélicos” (CONRADO, 2000, p.24).

No entanto, essa percepção é tratada no jornal como uma mudança do candidato, não se reconhece que a Igreja mudou sua posição política. De todo modo, o articulador político da Igreja, bispo Rodrigues, havia se desculpado pelos ataques proferidos a Lula em um encontro em 12 de agosto de 1996 (MARIANO, 1999), o que indica que a Igreja revisou suas estratégias.

Conrado (2000) aponta que mesmo em 1998 o caminho que se trilhava era o caminho de certa independência do governo. Os possíveis motivos para a nova postura foram descritos pelo autor: desgaste decorrente do apoio a Fernando Collor, devido às medidas impopulares adotadas e ao envolvimento do Governo em escândalos de corrupção e subsequente *impeachment*; o apoio a FHC em 1994 que não satisfiz as expectativas da Igreja, principalmente no caso dos processos da Receita Federal; o baixo desempenho do Governo FHC na área social e a impopularidade do presidente decorrente das medidas de privatização e desnacionalização da economia; e por fim a atuação da igreja na área social que por intermédio da ABC efetuava ações na área de educação, e em desenvolver saídas para contornar o problema da seca no Nordeste do país.

3.2 – A aliança com o PT

Sem dúvidas, a questão social, que passa a ser motivo de mobilização da Igreja na década de 1990, é um importante fator explicativo das mudanças no posicionamento político da IURD, justificando a oposição ao governo FHC, reeleito em 1998, e a aliança estabelecida entre Partido Liberal (PL) – que se estendeu à IURD - e o PT nas eleições de 2002. Em entrevista concedida em 2004 à Saulo Baptista (2007) Carlos Rodrigues diz:

Há coisa de seis anos atrás, o Lula me procurou, junto com o Cristovam Buarque, e disse pra mim... (O encontro foi no edifício aonde o PT tinha um escritório, aqui no centro da cidade, em Brasília)... junto com o Cristovam que era governador na época. Me disseram o seguinte. O Lula me disse: “Você tem que me ajudar. Os evangélicos, a Igreja Universal, têm que me ajudar a mudar esse País. Tem que mudar essa Nação”. Eu disse a ele – na época eu não era parlamentar, eu era bispo da Igreja Universal em Brasília – Eu disse a ele que nós... não estava na nossa hora. Ainda não era a hora da gente fazer uma política partidária, mas que ele aguardasse. E me elegi deputado federal e fui oposição ao Fernando Henrique. Não ao Fernando Henrique, ao governo, é... ao governo que não mudou em nada nosso País, pelo contrário. Então, eu é... Cheguei aqui [na Câmara] e comecei a fazer mudança. A levar muito evangélicos para a oposição ao governo Fernando Henrique, mostrando que havia um preconceito, uma discriminação, contra o povo evangélico... O governo tinha um pacto com a elite do País, os pobres não tinham nenhum valor, mostrando que a maioria do povo evangélico gemia debaixo daquele governo, um governo que tinha uma clara aliança com o capital, com os poderosos, com a elite, com os grandes banqueiros, grandes empresários. É porque o governo Fernando Henrique não era um governo que iria levar a nação à prosperidade, é, como um todo, exceto certos grupos que ficaram mais e mais ricos no nosso País, que é o que a gente está vendo hoje. Bom, levei, é, fiquei nesses quatro anos na oposição ao Fernando Henrique e comecei a crescer o Partido Liberal, sempre nessa vertente de trabalhar para fazer uma aliança com os socialistas, com a esquerda. (Dep. bispo Carlos Rodrigues, Apud BAPTISTA, 2007, p.228 – 229).

Fica claro, também, que pelo menos desde 1998 havia tentativas de aproximação por parte de Lula. Carlos Rodrigues, em outro momento, falou sobre o trabalho que fazia para transformar a imagem de Lula entre os evangélicos.

Eu ia nos líderes das Igrejas e dizia: “Olha, queremos fazer”. E aí muita gente com preconceito ainda contra o Presidente Lula, e eu, o Gilmar, o Walter Pinheiro desmontávamos esses preconceito, dizendo: não, não há preconceito no meio do PT contra os evangélicos. Por que os evangélicos, que eram apolíticos, aprenderam que o diabo usava barba e tinha quatro dedos, infelizmente. E nós, que começamos a conhecer o PT e o Lula, fomos desmontando essa imagem no Brasil de que o PT ia ascender ao poder e ia fechar as igrejas evangélicas. Esse foi nosso trabalho”. (dep. bispo Rodrigues apud BAPTISTA, 2007, p.383)

Não deixa de ser curioso o fato de que o preconceito de que Rodrigues fala que os evangélicos tinham de Lula, foi construído, como vimos, com ajuda da ação da IURD. Muito por isso, a aliança entre as forças recebeu bastante resistência dos dois lados envolvidos.

Nas eleições para o executivo federal de 2002, o candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, teve a companhia do senador pelo partido liberal e empresário José Alencar, fato que por si só já demonstraria a consolidação da aliança PT/IURD. No entanto, no primeiro turno, a cúpula da IURD concedeu apoio ao candidato do PSB Anthony Garotinho, contrariando o arranjo político entre PT e PL e valorizando em seu lugar o vínculo religioso de Garotinho, assumidamente evangélico. Com o apoio da maioria das igrejas evangélicas, Garotinho teve a terceira maior votação, mas não teve folego para fazer frente à candidatura petista e à candidatura governista de José Serra (PSDB) que se enfrentaram no segundo turno. No contexto do segundo turno PL e IURD, enfim, declararam apoio a Lula.

Em que pese a maior relevância e visibilidade da aliança entre PT e Universal por ocasião do segundo turno da eleição presidencial de 2002, ela já havia se estabelecido nas eleições municipais de 2000, como ocorreu na cidade de Porto Alegre. (ORO, 2003). Como apontou Oro (2003) o discurso da ética na política era uma constante tanto na Igreja quanto no partido, constituindo um denominador nas estratégias. Mostramos no capítulo anterior as representações que a IURD compartilha no que diz respeito a política, mesmo que o discurso de moralização apareça como um elo entre as estratégias do partido e da igreja, as concepções de ética na política se dão sob lógicas distintas, como destacou Oro (2003).

Com efeito, para o PT, trata-se de um princípio de respeito e valorização da cidadania, devendo os políticos, gestores da coisa pública (e não de interesses pessoais ou corporativos), cumpri-la com

responsabilidade, transparência, justiça social e participação popular. Ademais, via de regra os eleitores do PT realizam a cidadania num contexto de racionalidade diferente da que prevalece entre os eleitores da Universal. Para estes, o discurso pela moralização enquadra-se no âmbito da batalha espiritual, o que abre espaço ao apelo de “forças invisíveis” que atuam na política. Em outras palavras, a política é “suja”, “corrupta” e “desonesta” devido, de acordo com a Igreja, à presença do demônio (ORO, 2003, p.64).

Outra questão que aproximou a Igreja do partido, já referida acima, se tratou da atuação política em benefício de questões sociais. Como vimos, essa foi uma das questões que afastou a Igreja do governo FHC. Carlos Rodrigues chegou a classificá-la como “socialismo de resultados”.

[...] todos estão cansados de ideologia. A população quer saber como serão resolvidos problemas do transporte, educação, saúde, como será reduzida a miséria. Por isso vamos adotar uma nova forma de fazer política. Trata-se do socialismo de resultados (Jornal do Brasil, 13/10/2002, apud ORO, 2003, p.63 – texto RBCS).

Segundo Baptista (2007) a IURD propagava o “seu compromisso com os pobres, através de atividades da Associação Beneficente Cristã e Projeto Fazenda Canaã”, este último foi o carro chefe da campanha que levou o bispo Marcelo Crivella (PL) ao Senado pelo Rio de Janeiro. Segundo Bandini (2003, p.55 - 56), “A coligação no tocante à Universal, significava obter mais espaço político para suas obras sociais e para garantir seu envolvimento na área das telecomunicações”. A fala da autora sugere, portanto a permanência do interesse da Igreja no que diz respeito a política de telecomunicações.

Ao longo do primeiro mandato de Lula, pelo menos três importantes fatos merecem atenção neste espaço, pois dizem respeito diretamente a IURD e a participação dos evangélicos na política. O primeiro deles foi a institucionalização da bancada evangélica, que constitui a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003, principal aliança de caráter político sob a categoria de identificação religiosa. A FPE demonstra grande capacidade de exercer pressão sobre temas no Congresso, principalmente os ligados ao comportamento moral, leis que beneficiam as igrejas e contra leis e mobilizações por extensão dos direitos de minorias como os grupos LGBTQ+, ou grupos pró-aborto.

Neste espaço de tempo a IURD colocou em prática o projeto de desenvolver um partido político ligado à Igreja. De acordo com reportagem da Folha de São Paulo¹⁸, a intenção era que o partido fosse controlado pelos bispos da Igreja. Segundo a reportagem houve atuação direta da Igreja no recolhimento de cerca de 400mil assinaturas que eram necessárias para criação do partido, essas assinaturas eram colhidas nas portas dos templos da IURD. Segundo Souza (2013, p.124), o Partido Republicano Brasileiro, “foi criada explicitamente para atender aos interesses da IURD. Empresas construtoras de templos irudianos foram apontadas como as maiores doadoras para o PRB”.

Segundo a reportagem da Folha de São Paulo existia a avaliação interna de que o partido teria aumentado seu poder político a ponto de poder abrir mão da parceria com a igreja.

Um político ligado ao PL e à Universal afirma que o partido “cresceu com a entrada da igreja”, mas que, depois do inchaço da sigla, após a vitória de Lula (elegeu 26 deputados [2002], e agora [2005] tem 46), “o PL já pode prescindir da Universal”. Politicamente o partido está maior que a força política da igreja, analisa.

A reportagem reproduz a fala de Valdemar da Costa Neto, presidente nacional do PL, sobre conversa que teve com Carlos Rodrigues onde o mesmo externava o interesse na criação de um partido. Na avaliação de Costa Neto, o partido era necessário, pois teria dificuldades em eleger “seu pessoal” (políticos ligados a Universal). Nas palavras de Costa Neto, “Tem que ter um partido de apoio, para ter o que oferecer aos outros partidos, senão não vão aceitar vocês mais”. Apesar de afirmar que os políticos são bem-vindos no PL, Costa Neto ressalva que, em muitas ocasiões, os políticos da Universal se engajam na defesa dos interesses da Igreja e em detrimento do partido que estão filiados. Essa fala transparece uma insatisfação quanto a lealdade desses parlamentares, o que pode ter pesado para a estratégia da IURD em criar um partido próprio, em que os projetos políticos fossem mais afinados com os interesses da Igreja.

A fala da antropóloga Clara Mafra, vinculada no jornal, adiantava, acertadamente, o desafio do partido. “Caso o partido se restrinja à vinculação com a Universal, estará ‘fadado ao fracasso’. Uma instituição de cunho político, diz, ‘deve ser uma representação alargada da sociedade’”. Consideramos ser esse um dos pontos

¹⁸ Folha de São Paulo, 13/05/2005, “Igreja Universal vai criar partido político”.
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66659.shtml> - acesso em 10/01 de 2021.

importantes para se pensar a relação da IURD com o Republicanos, retornaremos a isto mais à frente. Sobre este caso nos interessa que o Partido Municipalista Renovador, primeiro nome do atual Republicanos, parece ter sido a consolidação de um desejo antigo da Igreja, esboçado por Carlos Rodrigues – na ocasião do registro do partido Rodrigues já havia sido afastado da Igreja por envolvimento em corrupção parlamentar. Em 1998, o jornal Folha de São Paulo havia noticiado que a eleição daquele ano é o marco de “uma mudança na participação política da igreja, que toma sua atuação eleitoral totalmente explícita e pretende criar no próximo ano [1999] o PAS (Partido da Ação Social)”. Podemos salientar que mais uma vez o papel da assistência a questões sociais recebe destaque.

Como vimos a questão social foi, juntamente com a moralização da política, um ponto de aproximação nas articulações de PT e IURD em 2002. Curiosamente, ao longo do mandato de Lula, ambas instituições se envolveram em escândalos de corrupção, tornando comum mais uma característica entre elas. Esse fato teve como um dos resultados a baixa votação em candidatos evangélicos nas eleições parlamentares de 2006. Segundo Campos (2010) na eleição de 2006 houve relação direta entre divulgação dos escândalos e a redução dos votos dos candidatos evangélicos. No entanto, este fato não impediu que Lula fosse reeleito, novamente recebendo apoio da Igreja. José de Alencar, novamente candidato a vice da chapa petista, migrou do PL para o PMR, em 2005, sugerindo a mudança de nome para Partido Republicano Brasileiro (PRB).

A análise de Behs (2009) demonstra que no contexto do segundo turno da disputa eleitoral de 2006, a Folha Universal apresentou conteúdo que desqualificava, direta ou indiretamente, o concorrente de Lula, Geraldo Alckmin (PSDB). Segundo o autor, quando tomados em conjunto, os textos do jornal “apontam marcas explícitas de desconstrução da imagem de Garotinho, bem como marcas implícitas de desconstrução da candidatura de Alckmin” (BEHS, 2009, p.141). Além disso, Lula apareceu como sendo o candidato a presidência apoiado por Crivella.

Ainda no primeiro turno, em decorrência da candidatura de Crivella ao governo do Rio de Janeiro, o jornal havia publicado diversas críticas à aliança entre o também candidato Sérgio Cabral (PMDB) e o ex-governador Anthony Garotinho. Apesar de não ter vinculado uma campanha direta a Lula, o jornal se aproveitava da imagem negativa construída de Garotinho no primeiro turno para desqualificar a candidatura tucana da qual este era aliado.

3.3 As mudanças recentes

Nas as eleições de 2010, após dois mandatos consecutivos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país passava por um período considerado estável, com bons índices de desenvolvimento econômico e uma política de assistência social que conquistou considerável avanço. Os principais postulantes a sucessão de Lula na presidência eram, Dilma Rousseff (PT), candidata que tinha apoio do então presidente, e se beneficiava com a imagem positiva do governo, José Serra (PSDB) e Marina Silva do Partido Verde (PV). A disputa concentrou-se na polarização PT versus PSDB, com a candidata do PV como terceira alternativa.

No que diz respeito aos assuntos de maior audiência nas mídias e nas campanhas, escândalos de corrupção foram recorrentemente focalizados nos dois períodos. O caso de maior repercussão foi o de Erenice Guerra, então ministra-chefe da Casa Civil cargo antes ocupado por Dilma. As notícias colocavam Israel Guerra, filho de Erenice, sob suspeita de participar de um esquema de tráfico de influência. A então ministra da Casa Civil, teve seu nome ligado ao escândalo. O tema pautou parte da campanha dos candidatos, sendo mobilizado com muita veemência por José Serra visando desgastar a imagem de Dilma associando-a a Erenice.

Com a aproximação das eleições as relações entre religião e política se tornaram muito estreitas em 2010, um dos principais assuntos mobilizados pelos candidatos estiveram ligados à religião, ou se preferirem, foram abordados por um viés confessional. Estou remetendo a posição central e o peso que temas como o aborto e a criminalização da homofobia tiveram ao longo da campanha dos candidatos, e que, tanto foram propositalmente mobilizados pela oposição, quanto foram impostos pelos diferentes grupos religiosos exigindo resposta de seus candidatos ou possíveis candidatos. Essa situação exigiu aos candidatos que se colocassem perante essas questões, se eram a favor ou contra ao aborto, ou casamento entre homossexuais, bem como a qual fé professava. Sobre as eleições de 2010, Oro e Mariano (2010, p.37) concluíram que “verificou-se uma instrumentalização mútua entre política e religião no Brasil e que os maiores grupos religiosos do país conseguiram pautar a agenda, o discurso e compromissos dos presidentiáveis”. Segundo os autores, isso ocorre pela capacidade de influência detida pelos líderes e instituições religiosas.

As edições do jornal Folha Universal correspondentes ao período das eleições de 2010 apresentam uma característica importante. Todas as edições analisadas apresentam a seção “Política e Fé”. Essa seção é utilizada como meio de propaganda para os políticos da IURD. Nela, normalmente, constam duas matérias que informam sobre as ações destes políticos, suas atuações frente a temas variados e os projetos de leis produzidos por eles. As matérias acompanham o e-mail do vereador, com o título em negrito de: “fale com o vereador”.

Como exemplo da forma com que o espaço é utilizado, transcrevo a seguir, o texto vinculado na edição n.963 (19/09 a 25/09 de 2010) assinado por Clarisse Werneck e Edir Lima, que leva o título de “Meia entrada solidária – Doadores de sangue terão direito a 50% de desconto em eventos culturais e artísticos em Natal”.

Estima-se que em um hospital geral cerca de 10% dos pacientes internados precisem de doação de sangue. Esse número sobe para 35% no caso dos centros de saúde odontológicos. No entanto, apenas 1,8% dos brasileiros tem o hábito de doar sangue anualmente, ao passo que a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), para que um país seja autossuficiente, é de que 4% a 5% da população se submeta ao processo. Para incentivar a doação, a Câmara Municipal de Natal (RN) aprovou, por unanimidade, projeto de lei do vereador Francisco de Assis que propõe 50% de desconto aos doadores de sangue regulares em eventos culturais e artísticos em cartaz no município. Doadores regulares são aqueles registrados nos bancos de sangue e que se submetem à coleta pelo menos três vezes por ano. Estes terão direito à meia entrada uma vez por semana. Para começar a vigorar, o projeto precisa, agora, ser sancionado pela prefeita. ‘Doar sangue é um ato de amor e solidariedade ao próximo. Por isso, creio que os doadores mereçam ter algum benefício como forma de agradecimento da sociedade, além de motivá-los a nunca deixar de fazer a coleta, o que é muito importante para salvar vidas’, enfatiza Assis. O parlamentar ressaltou ainda que os produtores culturais não serão prejudicados (Folha Universal, 2010).

Como visto, a matéria tem o intuito de informar o leitor das atividades do político da igreja. Hoje no PRB, o político em questão, Francisco de Assis, é bispo licenciado da IURD em Natal. Na ocasião da matéria era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), informação ocultada na matéria. Verificou-se que esse fato se repete sempre que o jornal cita políticos que não pertençam ao PRB. Quando são do PRB, a pertença é ressaltada.

Dentro da seção “Política e Fé”, ainda aparecem outras duas subdivisões: a coluna “Ponto de Vista”; e o quadro informativo chamado de “Cidadania”. A coluna representa um espaço reservado à fala dos políticos da IURD. Através dela, estes

apresentam sua opinião sobre temas diversos, como problemas com transporte público, agricultura, meio ambiente. É comum que também apresente alguma ação da qual são favoráveis e que façam propaganda de seu próprio trabalho como político. No quadro 1 estão dispostos os políticos mencionados na seção “Política e Fé” e a respectiva frequência de aparições, mostrando a filiação partidária na ocasião. Neste quadro é possível perceber que dezessete dos vinte e dois candidatos apresentados na seção são representantes do PRB.

Quadro1

Nome	Partido	Cargo	Localidade	Frequência
Tânia Bastos	PRB	Vereadora	Rio de Janeiro (RJ)	5
Gelson Ferraz	PRB	Vereador	Fortaleza (CE)	5
Alfredo Santana	PRB	Vereador	Recife (PE)	5
Washington Barbosa	PRB	Vereador	Cuiabá (MT)	4
Isnard Araújo	PR	Vereador	Salvador (BA)	4
Levino dos Santos Filho (Levino de Jesus)	PRB	Vereador	Teresina (PI)	3
Eron Vasconcelos	DEM	Vereadora	Salvador (BA)	3
Fábio Damasceno	PMDB	Vereador	Valinhos (SP)	3
Waldir Canal	PRB	Vereador	Porto Alegre (RS)	2
Luiz Fernando	PRB	Vereador	Novo Gama (GO)	2
André Luiz Magalhães	PRB	Vereador	Planaltina (GO)	2
Sidelvan Nóbrega	PRB	Vereador	Salvador (BA)	1
Francisco de Assis	PSB	Vereador	Natal (RN)	1
João Mendes de Jesus	PRB	Vereador	Rio de Janeiro (RJ)	1
Paulo Henrique	PRB	Vereador	Piracicaba (SP)	1
Atílio Francisco	PRB	Vereador	São Paulo (SP)	1
Saulo Rodrigues	PRB	Vereador	Ribeirão Preto (SP)	1
Carlos Dutra	PSDB	Vereador	Fortaleza (CE)	1
Arlindo Silva	PRB	Vereador	Belém (PA)	1
Marcelo Crivella	PRB	Senador	Rio de Janeiro	1
Márcio Marinho	PRB	Dep. Federal	Bahia	1
Gilnaci Santos	PRB	Dep. Estadual	São Paulo	1

Fonte: Folha Universal/ DIAP/ TSE¹⁹.

Não há preocupação em ocultar a relação direta entre PRB e IURD, que se mostra mais evidente a cada edição. Dessa forma, a edição seguinte ao primeiro turno, de n.966 (10/10 a 16/10 de 2010), comemora a vitória de Crivella, reeleito senador pelo estado do Rio de Janeiro. “Nos braços do povo” – “PRB Sai fortalecido da eleição. Senador Crivella foi reeleito com mais de três milhões de votos. Partido elegeu deputados federais e estaduais em todo o Brasil”, são o título e o subtítulo da matéria.



Imagem 1: Crivella comemora a vitória. Edição n.966.

A fala de Crivella diz: “Vi a mão de Deus através do sentimento popular. Agradeço a Ele, ao povo do Rio de Janeiro, ao presidente Lula e à garra da minha militância”. Além da eleição, é comemorado o aumento da bancada do PRB no congresso federal. Essa matéria constitui a demonstração do que temos apontado: a Folha Universal é usada como meio proselitista dos políticos oficiais da IURD e deixa evidente a estreita relação entre PRB e IURD.

Em outro tom, mas também relacionado à política, o informativo “Cidadania” inteira sobre os cargos em disputa nas eleições, suas atribuições, os documentos necessários, a organização das eleições e curiosidades referentes às mesmas. Na edição

¹⁹ Quadro produzido pelo autor através dos dados agregados durante a pesquisa do jornal com consulta ao DIAP e ao TSE.

n.969 (31/10 a 06/11 de 2010), que coincide com data do segundo turno das eleições presidenciais, a coluna pede que os eleitores votem em políticos com boas propostas e que o mesmo não deve ser visto como uma troca de favores. Segue o texto do informativo que leva o título de “O voto deve ser para políticos com passado limpo”.

Hoje, 31 de outubro, cerca de 135 milhões de brasileiros voltarão às urnas para eleger o presidente do Brasil, além dos governadores de oito estados (Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Paraíba, Piauí, Alagoas, e Goiás) e do Distrito Federal. Precisamos votar em políticos com o passado limpo e com propostas voltadas a melhoria de vida da coletividade. As eleições são de fundamental importância, além de representar um ato de cidadania. O voto não deve ser visto como uma troca de favores, quando o eleitor vota e ganha com isso dinheiro, cestas básicas, brinquedos, asfalto, entre outros benefícios. A compra de votos é ilegal (Folha Universal, 2010)

A valorização do voto, e a orientação para votar com consciência aparecem em várias edições analisadas, e mostra como a IURD representa o voto. Dessa forma, a capa da edição n.962 (12/09 a 18/09 de 2010) tem o título de “A importância do voto”. Além da mensagem, a capa vem ilustrada com uma urna eletrônica, um título de eleitor e uma identidade. A chamada e os símbolos indicam e reforçam o conteúdo da matéria, que atribui suma importância ao voto. Sobre esta matéria o editorial “Recado da Redação” comenta:

a matéria de capa procura mostrar de forma didática e esclarecedora como é importante exercer a cidadania através do voto, utilizando o direito e a liberdade assegurados pela democracia para escolher quem você considera mais capacitado para administrar o Brasil, seu Estado ou atuar no Legislativo (Folha Universal, 2010: 1)

A matéria, que se encontra entre as páginas oito e dez, tem a chamada de “Você decide”. É apresentado um caso de corrupção recente envolvendo o prefeito de Dourados (MS) e a partir desse caso, o texto chama a atenção para os requisitos dos candidatos aos quais os eleitores devem ficar atentos. Segundo o jornal, os candidatos devem possuir capacidade administrativa e honestidade. Dois casos de pessoas que valorizam o voto mesmo sem estarem sob a lei da obrigatoriedade ilustram a importância do ato.

Na edição de n.965 (03/10 a 09/10 de 2010), referente ao dia do primeiro turno da eleição, a chamada na página quatro destaca: “O Brasil vai às urnas”. O artigo é pequeno, apresenta fala de um cientista político sobre a importância do voto e exalta qualidades da urna eletrônica. Logo abaixo deste artigo o jornal apresenta um espaço para a “cola” na hora da votação, neste espaço não há indicação de candidatos, ele se

apresenta livre para preenchimento. O “informativo” sobre as eleições também está presente na seção “política e fé” dessa edição e mostra bem rapidamente algumas curiosidades sobre os colégios eleitorais.



Imagem 2: “Cola” em branco. Edição n.965.

Com tom parecido, na edição de n.953 (11/07 a 17/07 de 2010) o político Gelson Ferraz (vereador pelo PRB de Fortaleza, CE) escreve para a coluna “Ponto de Vista” da seção “Política e Fé”, na qual fala sobre a necessidade dos políticos profissionalizarem a campanha para atingir os objetivos, já que, a cada pleito, o eleitorado fica cada vez mais experiente e as leis mais vigilantes.

Colocando nosso olhar sobre as eleições presidenciais, é possível perceber que o jornal se empenhou em ser mais uma força atuante na campanha da candidata Dilma Rousseff (PT). Essa constatação se sustenta em dois temas que tiveram grande destaque no jornal, principalmente no momento em que a disputa eleitoral se acirrava com a proximidade do segundo turno. O primeiro tema é referente às tentativas de defesa empreendidas a favor da candidata Dilma. O segundo tema está relacionado a tentativa de associar o candidato José Serra (PSDB) à Igreja Católica, instituição tida como

inimiga da IURD, esforços que visam construir uma imagem negativa do candidato tucano²⁰.

Na edição de n.953 (11/07 a 17/07 de 2010) a seção política e fé divulgou o apoio do PRB a candidata Dilma Rousseff (PT) (p.6i). O título diz “Aliança consolidada”, logo abaixo o subtítulo afirma: “PRB confirma apoio a Dilma e homenageia vice-presidente José Alencar em convenção”. Na ocasião, José de Alencar era vice-presidente da República e presidente de honra do PRB. A matéria destaca a presença do senador Marcelo Crivella, bispo licenciado da IURD e candidato a reeleição. A fala do então presidente do PRB, também bispo da IURD, Vitor Paulo, convoca os representantes republicanos para fazer campanha para a eleição de Dilma Rousseff. “A responsabilidade que tenho é de convocar os milhares de republicanos e as militâncias, aqui representados pelo PRB Jovem, que agrega mais de 300 mil jovens em todo país, para percorrer os 26 estados e o Distrito Federal a fim de eleger Dilma presidente do Brasil”.

Além de informar sobre o apoio dado a Dilma, o jornal começa desde essa edição a construir a imagem negativa da candidatura de José Serra (PSDB) que concorria à presidência tendo como vice Índio da Costa (DEM). Na página sete, seção “Sete Dias”, na qual o jornal apresenta frases que ficaram marcadas durante a semana, é apresentada a seguinte citação na qual Serra havia afirmado sobre seu vice: “(Ele) me disse por telefone: ‘não tenho amantes’. Eu até disse: também não precisa exagerar. O que tem que ser é uma coisa discreta”. Considerando o teor da frase, e o meio em que está vinculada, podemos dizer que na imaginação do público ao qual o jornal se direciona o conteúdo da frase é contrário à conduta moral valorizada por este grupo religioso, que tem em seu imaginário o ideal de fidelidade ao conjugue como um valor a se ressaltar.

No dia do primeiro turno a matéria que mais chama atenção na edição n.965 (03/10 a 09/10 de 2010) é intitulada “Boato do Mal”. Há uma chamada na capa do jornal, uma tira no canto superior direito, em vermelho, com os dizeres: “Rede de mentiras”, “Boato religioso tenta prejudicar eleição de Dilma”. O leitor é levado a última página do jornal. A matéria comenta sobre a frase que circulou supostamente dita por Dilma, “nesta eleição, nem mesmo Cristo me tira essa vitória”. Segundo o Jornal, a

²⁰ José Serra e sua campanha usaram constantemente a imagem de religioso, católico, durante os meses que antecederam ao pleito. Segundo a interpretação de Pierucci (2011), o uso excessivo dessa relação foi crucial para sua derrota.

viralização dessa frase teria sido uma tentativa de colocar os evangélicos contra a candidata. A matéria faz relação deste acontecimento com um boato que envolvia o PT a um sequestro em 1989, nas vésperas do segundo turno das eleições daquele ano, na qual Lula concorreu com Collor. Curiosamente, como mostrado por Pierucci e Mariano (1992), naquele momento, a IURD apoiou com empenho a candidatura de Fernando Collor e investiu em demonizar a imagem de Lula.

Destaco que a defesa da candidata Dilma feita no jornal respeita uma lógica religiosa. Os ataques a Dilma que ganharam destaque no jornal, estão relacionados a questões originadas no campo religioso, em certa medida como reação, em decorrência da mobilização por parte do candidato Serra ter feito uso indiscriminado desta estratégia. Pela mídia evangélica que é, a Folha Universal tenta defender Dilma dos ataques com o simbolismo do próprio campo do religioso. Parece, inclusive, ser uma estratégia valorizada pela própria campanha da candidata, que tinha dentre seus opositores a grande maioria dos evangélicos e setores da Igreja Católica, respondendo assim, ataques relacionados a questões religiosas com a mesma lógica. A parceria entre PT e Universal, se deu em grande parte para atuação no campo religioso, pois, se não é isso, por que não fizeram a defesa de Dilma com o mesmo empenho no caso Erenice Guerra?

Da mesma maneira, a matéria de capa da edição n.967 (17/10 a 23/10 de 2010) presente na página oito, refere-se ao poder da mulher e utiliza o desempenho de Dilma Rousseff e Marina Silva no primeiro turno das eleições, como exemplo de que as mulheres têm conquistado autonomia e reconhecimento. A matéria cujo título é “Poder Feminino” toma outro rumo na página doze, na qual a chamada é: “Vítima de mentiras”. Em destaque a matéria escreve: “Escolhida como uma das mulheres mais influentes do mundo por importante revista norte-americana, Dilma é atacada por boatos que dizem que ela é a favor do aborto. Mas ela já disse: é contra”. O jornal se esforça para mostrar a candidata como uma pessoa verdadeira e contra o aborto. Desta vez, a Igreja Católica é citada, em tom acusatório é dito que a mesma está utilizando a tevê Canção Nova para fazer campanha contra Dilma. Apesar de a opinião do evangélico não ser definida exclusivamente pela igreja, o aborto é uma prática que encontra forte objeção por este grupo, na grande maioria das vezes é tido como um atentado a vida, que conota um viés moral muito destacado. Podemos assinalar que esse viés moral no qual foi pautada a controvérsia do aborto, respeita lógicas simbólicas do campo religioso, que influenciam diretamente o campo político.

Uma semana antes do segundo turno, a edição n.968 (24/10 a 30/10 de 2010) dedica-se ao mesmo propósito. Na capa aparecem as chamadas para as matérias sobre as eleições. “O candidato do Vaticano” – “Entidade máxima do clero romano no Brasil entra na campanha de José Serra. O que está por trás do apoio?” acompanha “Bispo Edir Macedo pede cautela”: “Em artigo no seu blog, bispo diz para eleitores terem cuidado na hora de votar”. O editorial reforça:

a Campanha presidencial atinge seu nível mais baixo com a revelação de que boatos eram espalhados por segmento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. A entidade máxima do clero romano no País teria entrado em campanha contra a candidata Dilma Rousseff (PT). Em um comportamento inédito na história da política do País, que causa assombro até em especialistas, bispos e padres católicos atacam Dilma em vídeos e panfletos (Folha Universal, 2010: 1)

A matéria, que consta entre as páginas treze e dezessete, “Na mão do Clero”, apresenta a denuncia da relação entre o candidato José Serra e a Igreja Católica, afirma que a cúpula da Igreja Católica tem orquestrado um intenso ataque a candidatura de Dilma Rousseff e produzido panfletos variados, nos quais Serra aparece como um “homem de bem”. Na página treze, a fala da especialista Maria das Dores Campos Machado que condena essa relação é utilizada para reforçar o argumento de que isso é uma intromissão da religião na política.

É um ativismo religioso extremamente conservador e moralista. O debate não está sendo feito com base em questões econômicas ou sociais como distribuição de renda, mas sim focado em questões moralistas. É um movimento que acontece há algumas eleições, mas agora se apresenta de forma clara em uma disputa presidencial. Isso é novo. (Folha Universal, 2010: 13)

Na mesma página, Dilma é apresentada como defensora da igualdade religiosa. Novamente é colocada fala da socióloga Maria das Dores Campos Machado.

A laicidade é um princípio que garante a liberdade religiosa e é fundamental para livre expressão de cada um. A sociedade terá de debater até onde os grupos religiosos poderão interferir na esfera pública. Mas é preciso fazer isso depois, quando acabar o uso eleitoral do tema (Folha Universal, 2010: 13).

Essa estratégia, de acionar o discurso do estado laico, mostra como a igreja, quando julga necessário, recorre a um discurso do campo político, aparentemente afastado do mundo do fiel. No entanto, precisamos frisar, que a IURD é uma igreja que se diz perseguida, está sempre ameaçada por concorrentes do campo religioso, ou seja, a mensagem é aparentemente técnica, mas para o seu receptor (fiéis da igreja) tem forte

poder simbólico, pois aciona a ideia de que vão ser perseguidos por sua crença em Cristo.

Na página dezesseis uma frase dita por Fernando Henrique Cardoso tem grande destaque, “O Serra tem uns demônios dentro dele que, às vezes, nem ele mesmo controla”. Sabemos que o demônio tem grande importância no discurso simbólico da IURD, associar Serra ao demônio é chamar o leitor para, a partir do voto em Dilma, exorcizar a política em nome de Cristo. É levá-lo a colocar em prática a Teologia do Domínio, lutando contra os demônios territoriais que habitam a política.

Na página vinte quatro, segue replicada a mensagem do bispo Macedo:

A principal característica do profeta velho é o engano. Em I Reis 13, encontramos um homem de Deus sendo enganado por aquele que deveria orientá-lo, falar a verdade e guiá-lo no caminho certo. Temos visto nos últimos dias uma verdadeira demonstração de que o espírito do profeta velho continua atuando e tentando levar as pessoas ao engano. Veja o que aconteceu com o pastor Silas Malafaia, que iniciou a campanha política apoiando a candidata Marina Silva e depois, usando o argumento frágil de que o partido dela, o PV, apoiava o aborto, mudou de lado e, para justificar que não apoiaria a candidata Dilma, acusou o PT de ser a favor do aborto e apoiar o casamento de homossexuais. Pronto, o caminho estava aberto para, sabe-se lá com que interesse, apoiar o candidato Serra. Como não há nada escondido que não seja revelado, veio a declaração do próprio Serra, em vários meios de comunicação, de que é favorável ao casamento de homossexuais. E não para por aí não. Explodiu como uma bomba a denúncia de algumas ex-alunas da esposa do candidato, Monica Serra, que ficaram indignadas com a hipocrisia do casal de que, como cristãos, são radicalmente contra o aborto. Inclusive, a Sra. Monica chegou a dizer que se Dilma vencesse, ela iria matar as criancinhas. Revoltadas, as alunas disseram que em uma aula, muito tempo atrás, a Sra. Monica declarou que havia feito aborto, com o consentimento de seu marido José Serra. Agora ficam as perguntas: O que fez o pastor Malafaia mudar de lado? Ele vai continuar apoiando o Serra? Diante desse cenário temos que lembrar o que aconteceu com o homem de Deus (I Reis 13) que seguia o seu caminho e foi levado à morte, enganado pelo profeta velho, porque não guardou a sua fé (Folha Universal, 2010: 24).

A fala de Macedo está repleta de elementos simbólicos, o próprio título da comunicação, “Cuidado com o Profeta Velho”. O “Profeta Velho” é o crente que relaxou espiritualmente, apegado a mentira engana os fiéis, acaba servindo ao demônio. Assim, está construída a ponte para que um dos principais aliados de Serra no campo religioso e presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, tenha seu discurso entendido como falso e perigoso pelos fiéis. Coloca Serra como a favor do casamento de homossexuais, outro tabu para esse público.

Se ainda não há convencimento do que temos frisado, a última matéria da edição que coincide com o segundo turno, é a prova do esforço da IURD em eleger Dilma. A Folha Universal traz a matéria “7 razões para votar em Dilma”. Os argumentos apresentados giram em torno da continuidade do governo Lula, que o Jornal trata como muito positivo, principalmente para os mais pobres, tendo sido efetivo na crise. O “motivo seis” faz referência ao passado de Dilma: “É hora de uma mulher no governo. Tem as cicatrizes da tortura na luta por justiça e liberdade nos tempos da ditadura. Aprendeu na pele o que é democracia”.

O “motivo sete” refere-se à liberdade religiosa: “Vai governar respeitando as igrejas e todas as denominações e a liberdade de culto”. Dessa forma, a ideia da liberdade religiosa, a mesma utilizada pelos evangélicos na década de oitenta é (re)acionada.

Dilma é mostrada como representante da moral da IURD, induzindo o fiel a aderir a sua candidatura. Com isso, reforça a relação entre Dilma, já que aciona um símbolo essencial na construção de sua crença, o evangelho, relacionando também à Igreja Universal. “Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus”.



Imagem 3 – Contra Capa edição n.969.

Além do que já foi destacado sobre política e eleições na Folha Universal, é importante mencionar que a Igreja Católica, outras mídias de comunicação, como a “Rede Globo” e grupos ligados a ela, são constantemente temas de matérias que invariavelmente visam o ataque por parte da IURD a estas instituições. Não é novidade que a IURD faça oposição a estes grupos, que são vistos como concorrentes e inimigos. A Igreja Católica é concorrente no campo religioso, é a religião com maior número de fiéis do Brasil. A Rede Globo é concorrente no campo midiático, tida como a maior e mais poderosa organização midiática brasileira a qual a “Rede Record”, emissora ligada a IURD, tenta superar.

De maneira semelhante a 2010, em 2014, a tônica da disputa eleitoral girou em torno da polarização entre PT, partido pelo qual Dilma Rousseff disputava a reeleição, e PSDB, que dessa vez, teve como candidato Aécio Neves (PSDB). Como terceira via, o nome de Marina Silva também se manteve, porém candidatando-se por um partido de forte tradição, o PSB, que integrara a coligação de apoio a candidata Dilma na última eleição. Importante notar que a campanha presidencial foi marcada pela morte do então candidato à presidência, Eduardo Campos (PSB), em acidente aéreo, em agosto de 2014, a cinquenta dias do primeiro turno das eleições. Essa tragédia, além da comoção,

abriu espaço para que Marina, que compunha a chapa de Campos como vice, assumisse o lugar de protagonista.

Outra semelhança foi a importância com que as campanhas enfatizaram a corrupção. Em 2014, tanto os meios de comunicações, quanto as campanhas oficiais dos candidatos dialogaram com os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras. Porém, não vimos o mesmo vigor de 2010, se tratando das pautas religiosas. Isso não quer dizer que esteve ausente. O plano de Marina Silva passou por uma “reforma”, na qual modificaram o texto referente ao apoio ao casamento civil homossexual, muito provavelmente influenciada pela desaprovação do pastor Silas Malafaia, que já havia feito parecido em 2010.

Cabe ressaltar também, a campanha do candidato pastor Everaldo para a presidência. Na visão de Gonçalves (2015), a campanha do candidato do PSC aliou conservadorismo do campo religioso com propostas de medidas conservadoras na economia. Apesar de não ter tido sucesso, parece indicar uma representação maior do segmento evangélico nos cargos executivos.

De maneira geral, podemos dizer que a Folha Universal se manteve atenta ao tema da política durante o período de 2014. Porém, suas matérias não permitem vislumbrar nenhum tipo de apoio a qualquer candidato ou coligação, ao menos de forma explícita, atentando-se muito mais para a questão da participação política através do voto consciente.

Dentro deste contexto, a edição de n.1160 trouxe na seção “Geral” uma matéria que, como fala o editorial, é dedicada a refletir sobre os xingamentos que a presidente Dilma Rousseff recebeu no jogo inaugural da Copa do Mundo. O fato é tratado como vergonhoso para o Brasil e são feitos questionamentos com relação à efetividade desse comportamento da torcida presente e suas consequências.

A matéria “Xingar a presidente resolve algum problema?” classifica como “boçalidade” os xingamentos proferidos pelo público, diferindo essa atitude de uma manifestação mais inteligente. Segundo a autora da matéria, Rê Campbell, as insatisfações quanto aos gastos da Copa e os problemas enfrentados pelo país são compreensíveis, e a democracia dá a possibilidade de convívio respeitoso entre diferentes opiniões, mas, ao contrário do que ocorreu, as manifestações deveriam ser mais claras, os insatisfeitos deveriam, por exemplo, não ir ao estádio, ou boicotar todo o evento.

A matéria enfatiza que “a arma mais legítima continua sendo o voto”, e chama atenção para as eleições de outubro, onde será possível “escolher o melhor candidato ou candidata a presidente da República” e aos demais cargos (Folha Universal, 29 Jun. 2014:11). O tema é explorado também em uma charge, na mesma edição, em que a vaia não é considerada uma atitude politicamente eficiente se comparada ao voto. Fica claro que a IURD entende que a efetiva participação política deve ocorrer nas eleições, com o acompanhamento dos candidatos e deslegitima a participações mais incisivas apontando falta de decoro e pouca eficiência das mesmas.



Imagem 4 – “Dilma na Copa”. Edição n.1160.

Na edição de n.1163, a matéria intitulada “Muita arrecadação para pouco investimento”, presente na página três do caderno principal, tem como tema o impostômetro, e questiona o fato de o Brasil ter uma grande arrecadação de impostos que não são revertidos em melhorias dos serviços públicos para a população. Afirmando que o modo como o dinheiro é investido depende dos gestores e governantes, a matéria aponta que uma possibilidade de solução para o problema é o uso consciente do voto:

“Não basta cobrar investimentos. As mudanças podem e devem ser exigidas nas urnas, com a escolha de candidatos honestos e responsáveis” (Folha Universal, 20 jul. 2014:3). Além disso, o texto chama atenção para a necessidade do cidadão fazer sua parte, já que considera que a mudança começa dessa atitude. Dessa forma, o jornal atribui grande importância ao papel que o cidadão tem para as mudanças na política. Na medida em que considera que o cidadão deva “oferecer o melhor”, embute-se um sentido moral no comportamento do mesmo.

Sem se desviar totalmente do tema das responsabilidades de governantes e cidadãos, a matéria chamada “Até quando o descaso com as estradas vai continuar?”, da edição de n.1164, fala sobre a precariedade das estradas brasileiras que coloca a vida dos motoristas em risco. Este problema, assim como o tema do impostômetro, tem sua origem creditada a má gestão dos recursos financeiros por parte dos governantes. Da mesma maneira, à referência a eleição que se aproxima, deixando a entender que a solução do problema passa pela escolha adequada nas urnas.

As eleições apareceram como assunto principal na capa do jornal em duas edições. A capa da edição de n. 1169 apresenta a manchete “Deixar de votar, é a solução para mudar o Brasil?” seguido da chamada “Muitas pessoas acreditam que o voto não tem tanto poder para transformar o país. Veja qual a melhor opção”. A imagem que acompanha a chamada é de uma mulher que segura o título de eleitor.



Imagem 5 – Capa edição n.1.165.

O editorial introduz a questão de capa, trabalhada na página quatro, e questiona como um país em que o povo protestou contra ditadura e depois contra o governo do Fernando Collor, tendo obtido sucesso, está descrente quanto à capacidade de mudança contida no voto. O texto deixa explícito o objetivo da matéria, que é o de “incentivar cada um a lutar por seu direito, não somente exercendo seu dever de votar (e votar consciente) como reivindicando (sic) as obrigações e cumprimento das promessas por parte daqueles que foram eleitos” (Folha Universal, 31 Ago. 2014:2).

A matéria referente à capa recebeu o título de “Você pode mudar o Brasil”. Assinado por Amanda Aron, o texto defende a necessidade de o eleitor se informar sobre os candidatos, sobre as características dos diferentes cargos em disputa e chama atenção para a importância do voto. Durante a matéria, existem espaços nos quais a função dos diferentes cargos em disputa é explicada.

O texto apresenta ressalvas quanto às informações que aparecem na mídia e são apresentadas pelos candidatos em tempo de eleições, com o argumento de que o povo não sabe discernir a diferença entre acusação e culpa, e por isso devem ficar atentos aos

interesses por trás do que é exposto, e na forma como são conduzidos os debates entre os candidatos, já que existem interesses diversos na veiculação dessas informações.

Há a tentativa de mostrar ao eleitor como a escolha do governante têm consequências em sua vida cotidiana, no aumento dos preços no mercado, na fila dos hospitais, ou na qualidade da escola. Além do argumento de que se o eleitor não vota, não poderá reivindicar nada. “Mas existe um porém nessa história: quem não ajuda, atrapalha. Se você se isentou do seu papel como cidadão, está sendo omissivo e tão errado quanto o político que não fez nada por você. E depois você vai exigir um direito que não te pertence: o de reclamar” (Folha Universal, 31 Ago. 2014:6).

A matéria ainda afirma que as generalizações cometidas com frequência quando o assunto é política, como “todo político é ladrão” e “Pior que tá não fica”, são um erro. A importância dada para o voto pode ser ilustrada por uma das frases que o texto destaca em negrito, na página cinco: “Muito mais que um direito conquistado, o voto é a arma mais poderosa dos cidadãos brasileiros”. Este argumento já havia aparecido em matérias não relacionadas diretamente às eleições, desta vez, aparece mais explícito e em uma matéria de capa. A partir desta matéria, bem como em vista das análises feitas até agora, é possível afirmar que o jornal elege o voto como o principal meio de mudança e o mais importante meio democrático que o cidadão tem em mãos. A IURD chama o leitor para a participação política, informa o leitor para que tenha consciência do seu papel de cidadão, o chamado pode estar relacionado ao interesse no voto do leitor, principalmente o leitor do estado do Rio de Janeiro, no qual Crivella é candidato ao governo.

A outra vez em que as eleições aparecem como assunto central na matéria de capa é na edição de n.1173. A capa traz a foto de três dos onze presidentiáveis, Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PSB), aos quais o editorial afirma ter tido uma conversa exclusiva. A foto é apresentada juntamente com os dizeres “Você conhece bem em quem vai votar?”.

A matéria divide a apresentação dos candidatos, Aécio Neves, Dilma Rousseff, e Marina Silva, em eixos temáticos. Os temas são: educação, saúde, emprego e política econômica. A matéria explora ainda por quais motivos o leitor deve votar em cada candidato. Todas as respostas foram dadas pelos candidatos ou pelo seu comitê de campanha. Há também uma breve biografia dos candidatos, e um espaço com o título de “Deu na mídia”, no qual é apresentado o que tem sido noticiado de negativo de cada candidato na imprensa e suas respostas sobre o assunto. Estes três candidatos tem o

mesmo espaço na matéria, e seus nomes estão acompanhados de uma foto. A abordagem passa a ideia de neutralidade, se colocando como um informativo sobre os candidatos.



Imagem 3 – Capa edição 1.173.

Os demais candidatos tiveram um espaço com informações como nome, partido, naturalidade e site oficial, acompanhado de foto. Os resultados das pesquisas de intenção de voto realizadas pelos institutos de pesquisa Data Folha e Vox Populi foram apresentados e usados como justificativas para a escolha de ênfase nos candidatos Aécio Neves, Dilma Rousseff e Marina Silva, pois eram os três mais bem colocados nas referidas pesquisas. Segundo o jornal, os demais candidatos tiveram pontuação inexpressiva. Estes dois grupos de candidatos são mostrados em ordem alfabética.

O texto da matéria enfatiza a necessidade do eleitor pesquisar a vida política do candidato, para que possa fazer bem sua escolha. Dois assuntos são tratados no editorial desta edição, a matéria de capa, e uma matéria sobre “as pesquisas divulgadas na mídia”. É possível fazer uma associação entre os dois temas, já que, ao mesmo tempo em que o jornal reforça a necessidade de pesquisar sobre os candidatos e apresenta

informações sobre os mesmos, trazendo dados de pesquisas de institutos, levanta dúvidas quanto a pesquisas eleitorais divulgadas pela mídia.

Erros recentes em pesquisas são apresentados na matéria “Por que não confiar em pesquisas” e servem de base para que a matéria alerte para as pesquisas que são divulgadas em períodos eleitorais. Segundo o Jornal, o eleitor deve duvidar das pesquisas, questionar quais as intenções e a quem a pesquisa está servindo, pois o cidadão, na hora de fazer suas escolhas, deve levar em consideração seus valores e convicções e não se guiar apenas por números. Segue um recorte da mesma, retirado da página dezoito que demonstra a intenção em causar no eleitor a desconfiança quanto as pesquisas.

Aldo Fornazieri, cientista político, afirma que tudo indica que existem pesquisas tendenciosas. O fato é que os institutos não são neutros. Eles são contratados por campanhas e também por grandes grupos de mídia que têm interesse político. O eleitor não deve votar guiado pelas pesquisas, aconselha. Então, após fazer uma avaliação criteriosa, pondere, interprete e não se deixe levar apenas por números. É importante que sua análise e seus valores não sejam facilmente influenciados por uma pesquisa. Use sua inteligência e seja um cidadão de opinião (Folha Universal, 2014: 19).

O presidente do Partido Republicano Brasileiro (PRB) e bispo da IURD, Marcos Pereira, escreve sobre política na coluna “Ponto de vista” em duas edições. Na edição de n.1165, o título do texto é “O Brasil tem jeito?”, no qual Marcos Pereira considera o Brasil um país que tem um grande potencial, porém, tem problemas graves, como uma alta carga tributária, burocracia asfixiante e corrupção, que o deixam na “UTI”. O texto ainda faz defesa da meritocracia e do incentivo por parte do governo ao empreendedor, para que dessa forma, o Brasil desenvolva todo seu potencial.

Na edição de n.1171, Marcos Pereira escreve novamente na coluna. O texto, desta vez, chama atenção para a existência no Brasil de cultura que entende que o político deva fazer favores individuais e não governar para coletividade. Segundo ele, isso só poderá ser modificado se os cidadãos tiverem entendimento do seu papel na democracia, sabendo das atribuições de cada cargo, pesquisando sobre os candidatos e escolhendo os melhores. Marcos Pereira ainda critica o voto “branco/nulo”, e o “voto de protesto”. Ressaltamos a presença de um forte discurso de formação cívica. Muitos de seus fiéis têm no jornal a fonte de informação política mais acessível, dessa forma o conteúdo vinculado na Folha Universal pretende preencher a lacuna existente na formação cívica de seus fiéis, abarcando mais um campo de sua formação.

O discurso do político, observado nos textos, faz consonância com os já apresentados até aqui na análise de outras matérias. O posicionamento contrário ao voto nulo/ branco, a ênfase no cidadão como agente da mudança e no voto como meio para ela, estão de acordo com o que foi visto na grande parte das matérias. A participação de Marcos Pereira nestas edições também pode ser vista como indício da relação estreita que a IURD mantém com o PRB, porém com menor intensidade se comparado a 2010.

No caderno B da edição de n.1160, consta uma entrevista com o candidato a governador do Rio de Janeiro, bispo Marcelo Crivella (PRB), sobrinho de Edir Macedo, e sua esposa, Sylvia Jane Hodge Crivella. As perguntas foram direcionadas a vida do casal e a relação de Crivella com a política. A matéria explora o lado familiar da vida de Crivella. É enfatizado o fato de que o casal está na IURD desde o início.

Nas respostas as perguntas sobre a sua vida política, Crivella fala das dificuldades de inserção e atuação nesse espaço, e afirma que apesar de entender que o estado deva ser laico, os valores da vida religiosa não devem ser abandonados na vida política. Na entrevista, Crivella afirma que descobriu na vida pública o que mais gosta: “ajudar a quem precisa, mas em escala nacional”.

Percebemos que há um forte discurso político de formação cívica, que chama o eleitor a se interessar pela política e se informar sobre os candidatos. Pensando no conjunto da análise, e comparando com o que foi percebido por Diana Lima e Vinícius Werneck (2012) em análise do jornal nas eleições presidenciais de 2010, e com o que trouxemos sobre este mesmo pleito, o enfoque em exaltar aspectos cívicos da eleição se repete nas eleições de 2014.

Porém, no que diz respeito ao explícito apoio dado a Dilma Rousseff e na utilização do jornal como “panfleto político” para divulgar seus candidatos, fatos recorrentes nas edições do jornal em 2010, principalmente na coluna “Política e Fé”, as análises das edições de 2014 mostram uma quebra de continuidade, já que estes padrões não se repetem. Portanto, o que mostramos foi um jornal engajado em fazer campanha para os candidatos aos quais apoiava no pleito de 2010, e, nas eleições de 2014, um jornal que deixou evidências de que preferiu o caminho da neutralidade, não se comprometendo com campanhas e políticos de forma explícita. Apesar de o PRB ter apoiado a candidatura de Dilma Rousseff em 2014 – apoio que se materializou na nomeação do Deputado Federal eleito por Minas Gerais, George Hilton (então pastor licenciado da IURD), para o Ministério dos Esportes – e apesar da ligação entre esse partido e a IURD, a “Folha Universal” em nenhum momento deixa, de forma clara, o

apoio da denominação a esta candidata no pleito de 2014. Inclusive ameniza as evidências da relação entre o partido e Igreja em comparação a 2010. Ou seja, a IURD apoiou Dilma, mas não o fez com tanto empenho quanto em 2010.

Nas eleições de 2018, foram treze candidaturas²¹ e um contexto muito diferente das eleições de 2014. Logo que Dilma Rousseff ganhou as eleições em 2014, Aécio Neves pediu recontagem dos votos e aos poucos foi se instalando uma crise política e econômica no país que aumentavam a reprovação do segundo governo de Dilma. Numa aliança entre a câmara dos deputados e o vice-presidente, Michel Temer, houve um golpe parlamentar que contou com apoio de deputados ligados à IURD e Temer assumiu o poder.

Nas eleições de 2018 estava evidenciada dificuldades do PT vencer as eleições. O principal líder do Partido estava preso sob acusações de corrupção da Lava-Jato e o partido estava estigmatizado como sinônimo de corrupção. Na naquele contexto, o PRB integrou a coligação do presidenciável católico Geraldo Alckmin (PSDB/SP), não obstante, em momento algum o jornal publicizou o apoio do partido ou declarou apoio da igreja ao candidato. As pesquisas indicavam que o candidato teria votação pouco expressiva, algo que acabou ocorrendo. Alckmin obteve apenas 4,76% dos votos naquela eleição. O trabalho de Martins (2020), sobre o jornal IURD em 2018, apresentou uma análise interessante dividindo o ano eleitoral em quatro períodos: (1) o pré-eleitoral que começa no dia primeiro de janeiro e termina na data limite do registro das candidaturas (15 de agosto), (2) o período eleitoral inicia em seguida sendo, de (16 de agosto a 28 de outubro), o (3) segundo turno de 08 até 28 de outubro e (4) o pós eleitoral que vai da eleição até o dia 31 de dezembro daquele ano. O autor mostra que foram nos períodos do primeiro e segundo turnos que os editoriais dos jornais focaram na política:

Tabela 03: Relação entre o número de Editoriais de cunho político/eleitoral publicados e o número de edições do Jornal Folha Universal lançadas no ano de 2018

Período	Número de Editoriais de cunho político/eleitoral	Número de Edições
---------	--	-------------------

²¹ A eleição presidencial de 2018 tinha os seguintes candidatos: 1- Álvaro Dias (PODE); 2- Cabo Daciolo (PATRI); 3- Ciro Gomes (PDT); 4- Geraldo Alckmin (PSDB); 5- Guilherme Boulos (PSOL); 6- Henrique Meirelles (MDB); 7- Jair Bolsonaro (PSL); 8- João Amoêdo (NOVO); 9- Fernando Haddad (PT); 10- Marina Silva (REDE); 11- Vera Lúcia (PSTU); 12- João Goulart Filho (PPL); 13- José Maria Eymael (DC). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados/resultados-eleicoes-2018>. Acessado em: 31/05/2020.

Pré-eleitoral	18	31
1º Turno	7	7
2º Turno	4	4
Pós-eleitoral	5	9
Total	34	51

Martins (2020:40)

Neste período, houve uma preocupação do jornal mais em informar sobre a política no país e conscientizar da importância do voto para melhoria do país, mas sem indicação explícita de algum candidato. “Temáticas como o combate ao extremismo político, Fake-news, liberalismo econômico e a exaltação de políticos do PRB também marcaram a tônica das publicações naquele período” (Martins, 2020: p. 42).

No primeiro turno das eleições, o número de matérias de cunho político eleitoral se tornou fundamental e ocupou todas as edições. Houve continuidade no propósito em informar acerca da importância do voto, “entretanto, temáticas como Fake-news e a moral religiosa marcaram a tônica das publicações naquele período, com especial ênfase ao combate a Ideologia de Gênero e a preservação da família” (Martins, 2020, p. 47). Isso indicava uma preferência por Jair Bolsonaro, embora o nome não tenha sido citado nenhuma vez, porque naquele contexto político polarizado Bolsonaro trouxera para si as pautas mais conservadoras da sociedade.



Folha Universal – Edição de n.1381. De 30/09 a 06/10 de 2018.

No segundo turno, permaneceu a perspectiva de informar sobre a relevância de se votar com consciência e ganharam visibilidade “temáticas como o ódio nas redes sociais, a moral religiosa e a defesa do direito de manifestação política de pastores e bispos foram exploradas nas publicações naquele período” (Martins 2020, p. 50). As pautas morais evidenciavam apoio a Jair Bolsonaro e muitos pastores declararam seu apoio ao candidato e há uma tentativa do jornal em defender que pastores pudessem falar abertamente de política nas igrejas, moralizando a questão, uma vez que Pablo Vittar havia declarado apoio a Haddad ao afirmar “Ele não” em programa de TV.

Findadas as eleições, há uma explícita comemoração da eleição de Jair Bolsonaro, e também uma tentativa de promover uma “união dos brasileiros” para melhorar o país. “Temáticas como Ideologia de Gênero e Escola sem Partido marcaram este período, além de críticas ao PT e ao ex-candidato Fernando Haddad” (Martins,

2020, p. 53). Nesta eleição, muitas das pautas passaram pela moralidade e essa foi a principal justificativa política para o apoio a Jair Bolsonaro.

O bispo Edir Macedo, ainda no primeiro turno das eleições, declarou apoio a Bolsonaro²². Além disso, no dia do último debate entre os presidentiáveis, que ocorreu na Rede Globo, uma entrevista de 30min com Bolsonaro foi exibida na TV Record de propriedade do bispo²³. Apesar do apoio do bispo a Bolsonaro, o PRB seguiu no sentido de não apoiar diretamente nem Haddad nem Bolsonaro e publicou nota liberando seus membros para escolherem entre os candidatos com a justificativa de que fossem avaliados os apoios estaduais²⁴.

O que significa dizer que o Republicanos é o braço político da IURD? Se por um lado essa pergunta parte de uma constatação, por outro, carrega uma acentuada carga de acusação. Oficialmente o Republicanos não é um partido evangélico e há interesse de ambas as partes envolvidas de que as evidências de suas ligações se restrinjam a espaços mais reservados. A associação à IURD proporciona um importante ganho em influencia eleitoral. Já apresentamos no capítulo anterior a eficácia eleitoral das estratégias dessa igreja. Porém, outro ponto destacado foi a percepção negativa da atuação da igreja, tanto por parte de seus concorrentes religiosos, quanto por parte da mídia e defensores da laicidade. Se vincular completamente à IURD é uma estratégia que limita o alcance do partido. Cativar candidatos e eleitores sem vínculos com a igreja é fundamental para ampliar as possibilidades de sucesso eleitoral, principalmente em disputas para o executivo, e conquista de cargos de confiança, como Ministérios e Secretarias.

A criação do PRB permite a Igreja e seus candidatos um ganho de autonomia frente às diretrizes e estratégias das siglas partidárias que abrigavam seus candidatos. A possibilidade de concentração das decisões, centralização do comando do partido, gera menos estresse político e necessidade de barganha, permite uma maior fiscalização sobre atuação dos parlamentares eleitos e facilita a “distribuição” dos candidatos em relação às zonas eleitorais/ regiões dos templos.

Neste caso, a estratégia coloca novos problemas que, por consequência, geram novas demandas para sua resolução. Os candidatos a cargos eletivos que têm vínculo

²² Fonte: <https://www.poder360.com.br/midia/lider-da-universal-e-dono-da-tv-record-edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro/> Acessado em: 20/08/2019

²³ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/05/politica/1538709789_434443.html Acessado em: 20/08/2019

²⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/prb-decide-nao-apoiar-bolsonaro-nem-haddad-no-segundo-turno.ghtml> Acessado em: 20/08/2019

com a IURD se concentram no Republicanos. Por um lado, isso proporciona uma grande influência da IURD sobre o partido. Em contra partida, coloca dilemas na atuação política da sigla gerando controvérsias, em sua maioria, ligadas à ideia de laicidade. Os trabalhos de DULLO (2015) e Gutierrez (2015) tratam, sob a ótica do estudo das controvérsias públicas de Boltanski, de casos em que a IURD e o PRB são sujeitos centrais dessas disputas. Eles nos mostram uma série de situações em que o PRB é acusado de ferir a laicidade.

O fato de que ambas as instituições atuam respeitando lógicas diferentes e respondem a pautas distintas constitui um ponto sensível para a manutenção da relação entre elas. Ou seja, a atuação do PRB não se equivale a da IURD, os interesses, os constrangimentos, as necessidades e as estratégias são de natureza diversa, perpassam, mas ultrapassam uma à outra. Apesar de terem pontos de contato e confluência, sendo instrumentalizadas de forma mútua, as fronteiras de atuação das instituições são borradas, porém não deixam de existir. Como mostramos a relação entre IURD e PRB (hoje Republicanos) se tornou evidente nas páginas das edições do Jornal Folha Universal, veículo oficial da IURD. O jornal é usado para tratar de temas internos à igreja, mas também informa aos fiéis sobre outros assuntos, dentre estes questões econômicas e políticas. Os políticos do Republicanos, principalmente na figura de Marcos Pereira, presidente do partido e bispo licenciado da IURD, têm grande espaço no jornal. Temas de grande destaque no período eleitoral são tratados pelo jornal, como questões relativas à ideologia de gênero, a defesa da moralidade, pauta importante de políticos evangélicos que estiveram ligadas também a campanha presidencial. O discurso do jornal e os discursos dos políticos apoiados pela igreja se retroalimentam potencializando a mensagem, reforçando-a.

Neste contexto é interessante pensar no âmbito de uma candidatura. Através dela podemos acompanhar como a articulação dos discursos é elaborada e também como lida com os constrangimentos de sistemas diferenciados (político religioso), e fronteiras antagônicas impostas pelos demais sujeitos com quem que disputa. Dessa forma, no capítulo seguinte, tratarei da campanha da candidata Tia Ju, tomando-a como estudo de caso, aprofundando aquilo que tratamos até aqui.

Capítulo 4 - Uma gramática em expansão: a campanha de Tia Ju para a ALERJ

4.1 – A produção dos discursos

A Igreja Universal do Reino de Deus é um agente central nas atuais relações entre religião e política no cenário nacional. Além de ajudar na articulação de candidaturas e controlar o “Republicanos”, sigla partidária que cresce a cada eleição, a IURD tem, em seu domínio, uma série de mídias oficiais das quais se utiliza para obter sucesso em suas empreitadas. Essas são características que tornam o estudo desta candidatura relevante do ponto de vista sociológico. Tomamos como caso a campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) de uma candidata evangélica, Tia Ju, filiada ao Partido Republicano Brasileiro (PRB²⁵), nas eleições 2018, na qual disputava a reeleição.

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos o método de observação direta. Essa técnica metodológica tem como função essencial a apreciação das ações dos envolvidos, seus discursos sobre suas ações e sobre a dos outros envolvidos (CHAUVIN; JOUNIN, 2015). Os dados de que faço uso foram construídos através de momentos distintos. O primeiro deles foi o contato inicial com a candidata para conversarmos sobre a autorização da pesquisa. Apesar de não ter sido gravado, por não ter constituído uma entrevista, me apropriou do discurso posto em prática no momento em consideração, pois partiu da candidata o impulso de falar mais atentamente sobre política e religião. O segundo momento se divide em três eventos de caráter público que fizeram parte de sua campanha: o lançamento oficial de sua campanha que contou também com discurso do candidato a reeleição ao Senado Federal, Eduardo Lopes (PRB); uma campanha corpo a corpo nos arredores da Praça Sáenz Peña, Zona Nortes do Rio de Janeiro; e em um comício do PRB, realizado em Madureira.

²⁵ A fim de respeitar o nome utilizado no período das eleições, utilizamos a sigla PRB para nos referirmos ao “Republicanos”. Portanto, quando a sigla aparece nas falas dos atores, ou nos momentos em que me referir ao partido anteriormente a mudança de nome, preservarei Partido Republicano Brasileiro, ou apenas PRB. Nas vezes que me referir ao partido após a mudança de nome, utilizo “Republicanos”.



*Panfleto mostra o Candidato a Senador Eduardo Lopes, o candidato a Dep. Federal Jorge Braz, e a candidata Tia Ju.

Em todo o transcorrer do evento de lançamento da campanha não faltaram menções à religião. Alguns dos discursos foram sustentados por referências religiosas. Uma parte deles direcionados a justificar posicionamentos dentro de um grupo religioso específico, a IURD, ou os evangélicos, outros aparentemente direcionados a pessoas de outros credos ou incréus. Desde oração, agradecimentos a deus, até discursos sobre perseguição religiosa, tolerância e diversidade religiosa e respeito a outras religiões. Antes da entrada de Tia Ju e Eduardo Lopes, o sistema de som reforçava o tom ambíguo do evento, a pertença religiosa dos candidatos e do público esperado, ecoando um repertório musical que se restringia a música gospel. A execução do Hino Nacional abriu oficialmente o evento, e o bispo e candidato a senado Eduardo Lopes foi chamado pelo apresentador a conduzir uma oração. Como vimos no segundo capítulo, Eduardo Lopes foi o articulador político do PRB no Rio de Janeiro na ocasião da campanha eleitoral de 2018. Sua presença neste evento, além de possibilitar sua exposição, também demonstra a importância do lançamento da campanha da Tia Ju e seu prestígio dentro do partido.

Após a oração que poderia ter transcorrido dentro de qualquer templo, e após o jingle de sua campanha, o candidato é chamado novamente a falar. Seu discurso dessa

vez foca nas eleições. Ele trata de chamar o público a exercer seu papel de cidadão e comparecer no dia das eleições, colocando como grande problema a abstenção e o voto nulo. Essa postura mostra o quão afinado está a opinião do bispo/candidato com a opinião oficial da IURD. Conrado (2000) mostra que pelos menos desde as eleições de 1998 a igreja publica através do jornal Folha Universal matérias que incentivam a participação do eleitor e atentam para os problemas da abstenção e voto nulo. O candidato segue seu discurso tratando exclusivamente de questões referentes a sua atuação política enquanto Senador, sobre ser presente no senado e “ser” fixa limpa. Ao término de sua fala é a vez de Tia Jú tomar a palavra, seu discurso será apresentado na seção 4.3.

O segundo momento que acompanhamos foi a campanha “corpo a corpo” que ocorreu na Praça Sáez Peña, pela manhã, no dia 19/09/2018. Um dos responsáveis pela organização que aguardava a chegada da candidata instruía a militância em quais áreas da praça se posicionar pedindo para que evitassem se sentar e tivessem atenção com as bandeiras. A praça é uma região muito movimentada, próximo a seu centro e nas ruas da redondeza se instalam uma grande quantidade de camelôs que trabalham com venda de diversos produtos, muito comuns em alguns lugares da cidade. O movimento da campanha no dia era de ocupar a praça e percorrer as barracas dos camelôs dentre os quais havia expectativa de alguns apoiadores, já que estiveram no lançamento da campanha e suas reivindicações já eram ouvidas pela candidata. Há em frente a praça, na Rua Conde de Bofim n.338, uma IURD, a Igreja Universal Cine Carioca. De maneira curiosa, pelo menos em três ocasiões os organizadores alertaram para que a militância não se aproximasse da igreja. Um dos envolvidos disse: “não pode ficar perto da Igreja! se é outro (outro candidato) tudo bem, mas a gente?! vem a Globo, vem todo mundo”. Em outra situação avisava: “Se a Tia te vê aí (perto da igreja) complica”. Após a candidata percorrer os camelôs no centro da praça, deveriam decidir qual trajeto seria adotado para o restante da atividade. Novamente a interdição do espaço próximo à igreja foi afirmada e serviu de orientação para definição do caminho, ela se apresenta como uma interdição espacial no momento da campanha.

Entendemos que estamos diante de uma evidência de que as práticas políticas da IURD instauraram certa suspeição sobre os candidatos que esta apoia. Essa suspeição, baseada em algumas acusações de uso indevido de sua estrutura religiosa na campanha de seus candidatos, como os templos, os pedidos de votos no púlpito das igrejas da qual

se beneficiariam ilegalmente²⁶, faz com que se eleve a fiscalização sob suas condutas. Decorrente disso, sua ação se orienta no sentido de preservar certo distanciamento da igreja. Uma parte de sua equipe chegou a se arriscar atravessando da calçada próxima ao templo para a calçada que divide as vias, no sentido à praça, para que não fossem flagrados em frente a igreja.

O terceiro momento da campanha, o comício do PRB em Madureira, ocorreu em uma manhã de sábado, o local escolhido foi a Avenida Ministro Edgar Romero, entre o n. 90 e n.106. O evento transcorreu em um sábado à tarde, a partir das 14h. Um local bastante movimentado, fica em frente ao shopping e uma grande quantidade de comercio, ao lado da estação de trem e pontos de ônibus, local com grande fluxo de pessoas. O evento contou com grande agitação do público e com a presença de muitos candidatos a deputado estadual e federal e com a principal participação que era a de Eduardo Lopes.

4.2 - IURD no Rio de Janeiro

Importa assinalar, no que diz respeito as relações especificamente eleitorais entre política e religião, que o caso do estado do Rio de Janeiro consiste em um caso extraordinário, principalmente se tratando da participação política exitosa de evangélicos pentecostais nos pleitos para o executivo estadual, além disso, a atuação da IURD e do Republicanos na política da capital é significativa.

Na eleição estadual de 2002 duas candidaturas de mulheres evangélicas polarizaram as disputas para o Executivo estadual. Benedita da Silva e Rosângela Matheus se enfrentaram e esta última, obtendo 51.30% dos votos válidos, foi eleita sem necessidade de Segundo Turno. Benedita da Silva havia sido eleita vice-Governadora em 1998, quando compôs a chapa vencedora ao lado de outro evangélico, Anthony Garotinho, que governou o estado até abril de 2002 quando renunciou para a disputa do cargo de Presidente da República nas eleições daquele ano.

A pesquisa desenvolvida por Conrado (2000) demonstrou que o poder político da IURD se consolida no Rio de Janeiro a partir das eleições de 1994. Neste ano a igreja

²⁶ "TER Apreende material de campanha em Igreja Universal Del Castilho", Globo, Portal G1, eleições 2014. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2014/noticia/2014/10/tre-apreende-material-de-campanha-em-igreja-universal-de-del-castilho.html>.

ajudou a eleger Marcello Alencar para o Governo do estado, fato que lhe garantiria o comando da secretaria de Trabalho e Ação Social no Governo do Estado. O nomeado na pasta foi Aldir Cabral, deputado federal reeleito na eleição daquele ano (MARIANO, 1999). Além disso, neste mesmo ano, a igreja lançou a candidatura de Jorge Boaventura (PPR) para o Senado, sua primeira eleição majoritária. O jornal Folha de São Paulo de 24/06/1994 escreve que este “foi lançado candidato pelas seitas evangélicas, que tem na Igreja Universal do Reino de Deus, do Bispo Edir Macedo, sua maior força”²⁷. Apesar do apoio, Jorge Boaventura obteve 501.636 votos, votação insuficiente para sua vitória. Ademais, o número de representantes na câmara federal e assembleia legislativa estadual também demonstrou desempenho superior aos anos anteriores, foram seis eleitos no total, três em cada instancia de poder.

Além da disputa do governo do estado polarizada por duas candidaturas de mulheres evangélicas, o ano de 2002 também marcou a primeira eleição de Marcelo Crivella, bispo da IURD, ao Senado do Estado do Rio de Janeiro. Crivella obteve expressiva votação, 21,6% (3.242.289) dos votos e foi eleito ao cargo que voltaria a concorrer e novamente alcançar sucesso em 2010. Crivella é sem dúvidas o político vinculado à IURD com maior sucesso, é também o nome de maior destaque do Republicanos. Em 2016, após consecutivas derrotas em disputas eleitorais para o executivo do estado e do município do Rio de Janeiro, Crivella venceu a eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro. Marcelo Crivella recebeu 842.201 votos (27,78%), e foi ao segundo turno com Marcelo Freixo (PSOL), que teve votação de 553.424 votos (18,26) no primeiro turno. No segundo turno Crivella saiu vitorioso com a votação de 1.700.030 votos (59,36). Esta conquista é emblemática do poder político da denominação e da capacidade que tem de formar entre seus membros, políticos com notório sucesso. Nas eleições de 2020, Marcelo Crivella buscou a reeleição, mas foi derrotado no segundo turno das eleições por Eduardo Paes (DEM) que obteve 1.629.319 votos contra 913.700 votos de Crivella. Apesar da derrota o Republicanos elegeu a maior bancada para a Câmara dos vereadores ao lado do DEM e do PSOL, cada um com 7 eleitos. O que demonstra que o partido mantém-se forte na capital do estado.

É bom frisar que a IURD foi fundada no Rio de Janeiro e a capital do estado abrigou sua sede mundial, o Templo da Glória do Novo Israel conhecido como Catedral Mundial da Fé até 2014 quando foi transferida para o Templo de Salomão em SP.

²⁷ SILVA, Fernando de Barros e. No rio, ‘extrema direita’ decidi fazer cruzada cívica. Folha de São Paulo, 1994.

Segundo dados do último Censo do IBGE o número de fiéis da Universal no Rio de Janeiro é de 273.324 e se configura o segundo estado com maior contingente de adeptos.

4.3 - O caso da candidatura de Tia Ju

Tia Ju é natural de Conceição do Jacuípe (BA), chegou à cidade do Rio de Janeiro em 2003, acompanhado seu marido. Em parte destinada à sua biografia em sua página na rede social Facebook, Tia Ju se identifica como “mulher, negra e nordestina, com muito orgulho”, e além de outras informações divulga sua formação como Pedagoga e Pós-graduada em Direito da Infância e da Juventude, pela Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (FEMPERJ), ressaltando sua atuação e seu destaque enquanto alguém que luta pelas crianças e adolescentes. De imediato podemos observar que sua identidade é explorada para além do componente religioso.

Além disso, existe uma presença forte da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em sua biografia. Tia Ju ocupa a função de obreira e esteve à frente da Coordenação Nacional da Escola Bíblica Infantil (EBI), onde também foi educadora, trabalhando com crianças e adolescentes, daí tornar-se conhecida por Tia Ju. Em seu perfil na rede social *Instagram*, se descreve como “esposa, tia, irmã, amiga e mãe por adoção”. Em 2019 esteve licenciada do cargo para assumir a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade do Rio de Janeiro, cidade governada por Marcelo Crivella (PRB/Republicanos).

Essas características tornam a candidatura em questão caso relevante para estudar como o religioso e o político se articulam, produzindo um discurso diferenciado dentro dos campos. Essa combinação se torna ainda mais interessante devido ao tratamento concedido por parte da IURD às mulheres e às religiões de matriz-africana.

Desenvolvemos essas questões no capítulo anterior, e mostramos que as religiões de matriz-africana, bem notadamente a Umbanda e o Candomblé, são historicamente tratados como inimigos da Igreja, suas entidades são tratadas nos cultos da IURD como demônios que possuem as pessoas e devem ser exorcizados (ALMEIDA, 2009). Não estamos tomando os praticantes de religiões de matriz-africana como exclusivamente negros, muito menos supondo que negros não sejam representados em outras religiões, o que seria absurdo. Ao contrário, queremos destacar

que o fato da atuação da Igreja não respeitar as religiões de matriz-africana configura um ataque a toda cultura afro-brasileira que está estabelecida e relacionada à história e posição social do negro no Brasil.

Com relação às mulheres, o “machismo” foi registrado no capítulo anterior como um dos desafios a serem superados pela instituição. Apesar de um traço apontado por outros autores, entendemos que esta acusação só pode ser feita se pensada num movimento relacional. E isso coloca um problema: o que será tomado como base para definir o padrão de relação não machista? Não trataremos dessa questão, é terreno que extrapola o nosso objetivo neste trabalho. O que fizemos foi reproduzir um discurso de Edir Macedo sobre a temática da mulher, que ilustra a forma como enxerga as relações de gênero e a relação conjugal.

O trabalho etnográfico de Jacqueline Teixeira (2018) revela que a IURD oferta uma vasta produção sobre temáticas de gênero. Tomando a religião como produtora de sujeitos públicos, entende que a reprodução das condutas de gênero por mecanismos de visibilidade sustentam uma divisão de gênero binária.

Segundo Teixeira (2016, p.191) na produção voltada ao gênero feminino “os sentidos do ‘ser mulher’ emergem pela naturalização de imagens de ternura e docilidade do corpo”. Sobre um dos textos produzidos por Cristiane Cardoso, filha mais velha de Edir Macedo com sua esposa Ester, referência no desenvolvimento de projetos que visam o público feminino, ressalta que:

O texto sugere um processo no qual *ser mulher* é algo que se aprende, por isso a importância de se produzir dispositivos de acesso e inculcação desse gênero. Este aprendizado se dá através do corpo e, portanto, é essencial compor um conjunto de aulas com técnicas para se modificar a postura, controlar o peso, as roupas e o cuidado de si. A docilidade do corpo é o caminho para se aprender a ser mulher, e assim garantir que a família prospere (TEIXEIRA, 2016, p.105).

A estratégia de lançar candidaturas femininas pentecostais não é recente. A influência da Lei 12.034/2009 que estabeleceu a obrigatoriedade do preenchimento de 30% das candidaturas partidárias por mulheres e, conseqüentemente, aumentou o interesse partidário por este tipo de candidatura, apesar de existir, não é o único fator que explica esta opção. Por um lado, Machado e Fernandes (2000) sugerem que esta escolha corresponde a uma estratégia para evitar disputas internamente às igrejas, de forma pensada pelas instâncias eclesásticas. Adicionalmente, Machado (2006, p. 54)

apresenta a hipótese de que a transformação de mulheres em importantes atores responde “a necessidade do pentecostalismo se adequar às transformações sociais”.

Em levantamento sobre a participação política feminina realizado na eleição municipal de 2000 no Rio de Janeiro, Machado (2006) encontrou dados que não corroboram a tese de que a opressão às mulheres é maior no meio pentecostal que no restante da sociedade. (p.56) De todo modo, é notável certa ambiguidade entre a posição do líder da IURD e sua estratégia eleitoral. Esta ambiguidade não parece ser problema internamente, pois, embora sejam lançadas candidaturas femininas que cumpram necessidades especificadas como as apontadas acima, sua atuação também reforça o papel acolhedor da mulher, ressalta características femininas que estão de acordo com a posição da Igreja.

Outra questão que precisamos discutir é a respeito da posição de Tia Ju na hierarquia da igreja, constituído por obreiro, pastores e bispos, em virtude da condição de mulher. Os espaços sagrados do templo onde ocorre o trabalho eclesial são compostos pelo átrio, que corresponde a nave onde o conjunto de serviços de apoio aos frequentadores é realizado por obreiros de ambos os gêneros, e pelo altar, espaço correspondente ao púlpito restrito a pastores e bispos. A igreja proíbe a nomeação de mulheres à função de pastor e bispo, permitindo apenas o cumprimento da função de obreira. Portanto, na composição do trabalho eclesial o espaço da mulher é restrito ao átrio. No entanto, o casamento com um pastor ou bispo, autoriza o sacerdócio feminino (TEIXEIRA, 2012, p.139). Tia Ju é casada, com Pedro de Queiroz Freitas, pastor da IURD. Dessa forma, a condição de esposa de um pastor é fundamental para visibilidade da candidata, pois passa a ter permissão para dividir as tarefas no altar, dividindo as tarefas.

Como mostra o seu material de campanha, toma como uma de suas bandeiras a atuação em pautas relacionadas a criança e o adolescente, o que condiz com o papel de mãe, reforçado, inclusive, pelo uso da alcunha “Tia”. Mas este fato nos diz mais que isso. Dentro da pauta, uma de suas principais causas é a do incentivo a adoção. Sobre este tema Tia afirma:

Também defendo muito as crianças que estão dentro de abrigos, que foram abandonadas pelas suas famílias. Nós ouvimos muito as pessoas falarem.. ahh porque num sei quem está adotando, porque a turma do LGBT está adotando, ah porque eles estão apadrinhando. Então ao invés de reclamar faz como eles fazem, faz melhor do que ele. Todo ano eu puxo a caminhada da adoção. A gente puxa a caminhada da

adoção. Quero ver vocês na caminhada da adoção, quero ver vocês gritando pela adoção.

Ao desenvolver a ideia “de economia política da prosperidade”, Teixeira (2018, p.90) entende que a gestão do nascimento é seu “princípio ordenador fundamental”. Dessa maneira, o discurso da adoção na IURD, e também os discursos favoráveis a vasectomia e aborto, se insere num discurso de gestão da família.

Os sentidos que a adoção movimenta são múltiplos, e acabam assegurando as posições de gêneros e sua função gestora do mundo. O modelo familiar padrão seria o de um casal heterossexual, um homem e uma mulher sem a necessidade de filhos. As justificativas para que se evitem filhos remetem a gastos financeiros, ao aumento da violência (o cálculo que se faz é o de que o aumento da população faz aumentar a violência) e a impedimentos para se dedicar exclusivamente a uma atividade profissional ou a uma missão (TEIXEIRA, 2018, p.109).

Tendo em vista o que foi exposto, ocorre uma sobreposição de estratégias, as identidades são negociadas e acionadas de acordo com o que as circunstâncias exigem. Burity (2008, p.87; 88) afirma que a religião não apenas compõe a pluralidade, não simplesmente integra um leque de “identidades particulares”, ela “incorpora várias das questões que a sensibilidade cultural envolve”, neste caso, as relativas a gênero e raça.

Como veremos mais adiante, a candidata trata de discursos que são mobilizados pela Igreja, mas em algumas questões as ultrapassa. Mobilizando a ideia de laicidade para dizer que sua candidatura aceita a todos, inclusive as religiões de matriz-afro. Os referenciais religiosos estão presentes, mesmo que não apareçam nas oposições comuns ao sistema religioso o discurso da candidata reproduz uma série de pautas encampadas pela igreja. Entendemos ser possível agrupá-lo em três tópicos, que levam em consideração os efeitos esperados pelo emprego de algumas estratégias específicas.

Dessa forma, no primeiro eixo de classificação, incluímos a *justificação* da inserção política dos evangélicos e a *reafirmação* da pertença religiosa da candidata. A justificação tenta suprir a necessidade de explicar por quais motivos uma candidata evangélica vê interesse na política institucional. Neste sentido, Tia Jú afirmou que os evangélicos precisam ocupar este espaço, pois representam uma parcela da sociedade, dessa forma o político evangélico dá voz política a este segmento. Sustentou, ainda, que em sua avaliação, a inserção foi tardia, oriunda de uma interpretação equivocada da Bíblia. Em seu entendimento, é possível justificar através das escrituras essa

empreitada. Utiliza como exemplo sua interpretação da frase “Dê a Cezar o que é de Cezar” a concebendo como um chamado a aceitação do povo de Deus às leis dos homens e à sua participação na própria constituição dessas leis para torná-las apropriadas à vontade de Deus.

Com relação à reafirmação da pertença religiosa, Tia Ju diz: “Graças a Deus, eu não nego a minha Fé, eu sou evangélica, mas eu abraço e recebo todos no meu gabinete. Eu fui eleita na maioria pelo povo evangélico, mas fui abraçada pelos Umbandistas, pelos Espiritas, pelos Budistas, pelos Católicos. Eu fui abraçada por todos”. A candidata aceita a ideia de que o “grosso” dos votos que recebe vem da atuação religiosa e da influência da Igreja. “Volto a dizer: nosso público votante dessa sua massa são os evangélicos”. No que se refere ao apoio recebido da Igreja, a candidata afirma que este não é suficiente, por si só, para obter êxito em uma eleição. Segundo Tia Ju, é preciso ser conhecido dentro da denominação e ser reconhecido pelo trabalho realizado na obra por parte dos outros fiéis. Neste sentido, sua fala vai de encontro com a explicação da dep. Zelinda Novaes em 2005, sobre a forma de escolha dos candidatos apoiados pela Igreja, o que demonstra que o capital social do candidato se mantém como um critério relevante para que a IURD invista no apoio a sua candidatura.

Veja bem, dentro de cada município ou estado, a gente percebe uma pessoa que tem determinada liderança já, ou que tem determinados conhecimentos. Também não pode pegar uma pessoa totalmente desinformada, despreparada, para trazer a um parlamento. É a questão da confiança, a questão do fácil acesso, de ter popularidade, de ter um certo carisma, de ter compromisso com o evangelho, de ter mais ou menos um perfil. Porque claro que a gente vê que as pessoas se corrompem, mas vê quem é que tem determinada... que tem mais ou menos um currículo, pedem informações a outras pessoas, normalmente aos pastores que estão há um tempo, pessoas de um certo relacionamento. Não é só dizer: “eu quero ser candidato”, e ser candidato. E tem um conselho de bispos, que eles passam por apreciação desse conselho (dep. Zelinda Novaes apud BAPTISTA, 2007, p.285 – 286).

A seu respeito, Tia Ju destaca sua atuação como educadora bíblica. Mas ainda assim, a candidata precisa reafirmar o vínculo com a Igreja e com os fiéis, pois eles correspondem à maioria dos seus votos. Ocorre que aquilo que estamos chamando de *justificação* e de *reafirmação* está sendo elaborado continuamente de forma reflexiva, sem deixar de lado o efeito pragmático esperado.

No segundo eixo de classificação temos aquilo que denominamos como *alargamento do discurso*. O discurso que se configura como uma tentativa de ampliar a capacidade de influência para além dos evangélicos, atingindo os eleitores que não compartilham um *habitus* religioso, compõe este eixo. Como exemplo, apresentamos as seguintes falas da Tia Ju:

Nós somos do povo, nós somos das pessoas, não importa a religião que elas confessem. A religião é algo pessoal, é algo particular. É algo de cada indivíduo, isso é pessoal. Muitos falam que a gente mistura política com religião. Não, nós não misturamos política com religião. Nós fazemos políticas para todos... essa é a cara do PRB! É política pra todos.

Eu nunca deixei de levar alguém até o Senador e ele dizer: não, eu só recebo evangélico.

Como as decisões são centralizadas nos coordenadores políticos da Igreja, as chances de concorrência com pares que têm o mesmo perfil e nicho eleitoral é reduzida, principalmente pela estratégia de divisão de candidatos por distritos eleitorais. No entanto, os políticos ligados a IURD e o PRB não são os únicos que recorrem ao capital religioso para se eleger. A concorrência com candidatos de outras denominações e partidos ocorre e é preciso gerar uma resposta eficaz para este caso. O que foi observado com relação à campanha de Tia Ju, sua gramática em expansão, indica uma estratégia de resposta a esta concorrência e a criação de um perfil político adequado ao modelo republicano e menos dependente do capital político da Igreja. Lembremos que Tia Ju concorria à reeleição. Portanto, adicionalmente a isto, para que se aumente o número de representantes, é ideal que o candidato passe a “andar com as próprias pernas”. Ou seja, que ele busque eleitorado de forma menos dependente da Igreja, afim de que essa possa investir seu capital político em outros candidatos e ampliar sua bancada eleita. É necessário notar que o alargamento do discurso responde a essa necessidade, de um lado, é positivo para a igreja e para o partido que podem sustentar outras candidaturas, por outro, é positivo para o candidato, pois representa ganho de autonomia em relação aos votos de cunho religioso.



**TRABALHANDO
PELOS QUE MAIS
PRECISAM!**



CNPJ: 31.241.947/0001-18

TIA JU
10123
DEPUTADA ESTADUAL

Compõe a lista para o Poder Legislativo do Estado de São Paulo - PRB 10123 - PRB 10123 / PRB 10123 / PRB 10123



*Frente e verso de um panfleto que compõe o material da campanha da candidata.

Neste sentido, a candidata recorre a identidades que se somam a de evangélica, como mulher e negra. Seu material de campanha trás propostas que demonstram este movimento. Dentre as sete propostas listadas em uma cartilha que compõe o material de campanha, uma corresponde a “audiências públicas”, que propõe acolher denúncias sobre “negligencia, abusos e maus tratos contra crianças, adolescentes, idosos, negros e mulheres” em audiências públicas com a participação da sociedade civil. Uma é relacionada diretamente à mulher e propõe “Utilizar todos os mecanismos do Legislativo para ampliar os direitos das mulheres, inclusive das mulheres negras, garantindo-lhes espaço para livre expressão e instrumentos para denúncia, através de audiências públicas e novas leis”. E uma diz respeito a “negros e afrodescendentes” que propõe “lutar pela criação de políticas públicas destinadas à redução da evasão escolar e à defasagem idade-série dos alunos negros e afrodescendentes; e de saúde integral para

este segmento, com a criação de bancos de dados que especifiquem a cor da pele e a classificação de doenças que afetam essa população”. As demais propostas da cartilha correspondem aos eixos, “Família”, “Criança e adolescente”, “Idoso” e o que chamou “Orçamento” que propõe a “destinação de recursos financeiros para as áreas de educação, saúde e assistência social, em especial nas áreas e comunidades com maior risco social”. Em outra parte da cartilha, externa a necessidade do voto do eleitor para “continuar defendendo a família, as crianças e os adolescentes, os idosos e as mulheres”.

O TRABALHO PRECISA CONTINUAR...

Por isso, eu preciso do seu voto. Para continuar defendendo a família, as crianças e os adolescentes, os idosos e as mulheres. Para continuar sendo a sua voz na Alerj!

Neste momento, tramitam na Alerj dezenas de projetos de lei de minha autoria que buscam beneficiar diferentes segmentos da nossa população.

Em meu 4º ano de mandato, possuo uma produção legislativa considerada uma das mais expressivas do legislativo estadual.

Sempre honrei o voto daqueles que me elegeram. E sinto muito orgulho e o sentimento de dever cumprido por tudo que fiz no parlamento, de forma ética, honesta e responsável, com respeito aos meus valores cristãos, e sempre visando o benefício de toda a população fluminense. Por isso, eu quero novamente representar cada um de vocês na Alerj!

Peço o seu voto para que o nosso trabalho possa continuar. Para que eu possa cuidar de quem mais precisa!

Ajude a divulgar a nossa campanha, seguindo:
Deputada Tia Ju nas Redes Sociais

[f](#) [t](#) [i](#) [y](#)
@tiaju10 @tiaju10 @tiaju10 tiaju10

Senador EDUARDO LOPES 100

TIA JU Deputada Estadual 10123

TRABALHANDO PELOS QUE MAIS PRECISAM!

Tia Ju
DEPUTADA ESTADUAL

PRB 10
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

10123

Eleição 2018 - Jucelia Oliveira Freitas - Deputada Estadual - CNPJ 31.241.947/0001-18 - Tiragem: 3.000

Campanha para o Poder Público - PRB | PRB | PRB | PRB

TIA JU 10123 é uma mulher de 50 anos, que vem se destacando por sua atuação na política estadual. Estudou Docência em Educação Infantil e fez Pós Graduação em Direito da Criança e Adolescente. Evangélica, em 2014 concorreu a Deputada Estadual pelo PRB, e obteve uma expressiva votação, tendo sido eleita com 74.803 votos. Hoje, a parlamentar preside a Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso do Alerj, é vice-presidente da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos e é também membro das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Cultura; Economia; e de Emendas e Vetos. Integra o Comitê do UNICEF para Prevenção de Homicídios de Adolescentes Negros.

Em seu primeiro mandato, Tia Ju conquistou espaço de destaque em função do que já produziu no Legislativo Estadual, a exemplo da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, e audiências públicas sobre o cumprimento do Estatuto do Idoso, o funcionamento das instituições asilares e ILPIs, o descumprimento do ECA, a redução da maioridade penal, além de vitórias no Degase, com a Defensoria Pública, para fiscalizar as condições das unidades e garantir o desenvolvimento adequado do trabalho socioeducativo com os adolescentes.

VEJA AS PROPOSTAS DA DEPUTADA
TIA JU 10123

-  **FAMÍLIA**
Defender, em todas as instâncias de poder, a preservação dos direitos da Família no que tange aos valores cristãos, com ênfase na educação dos seus filhos.
-  **CRIANÇA E ADOLESCENTE**
Lutar, junto ao poder executivo, para garantir recursos necessários para o melhor funcionamento das instituições de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, bem como a retomada de projetos essenciais que garantam crianças na escola, esporte, cultura e cursos profissionalizantes.
-  **IDOSO**
Defender os direitos dos idosos, com maior investimento para manutenção e funcionamento dos abrigos e instituições de longa permanência para os idosos, com capacitação e ampliação do quadro de funcionários.
-  **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**
Realizar audiências públicas, com a participação da sociedade civil, para receber denúncias sobre negligência, abusos e maus tratos contra crianças, adolescentes, idosos, negros e mulheres, e a partir delas, exigir as soluções para os problemas apresentados.
-  **ORÇAMENTO**
Propor e defender, no Orçamento anual do estado, a destinação de recursos financeiros para as áreas de educação, saúde e assistência social, em especial nas áreas e comunidades com maior risco social.
-  **MULHER**
Utilizar todos os mecanismos do Legislativo para ampliar os direitos das mulheres, inclusive das mulheres negras, garantindo-lhes espaço para livre expressão e instrumentos para denúncia, através de audiências públicas e novas leis.
-  **NEGROS E AFRODESCENDENTES**
Lutar pela criação de políticas públicas destinadas à redução da evasão escolar e à defasagem idade-série dos alunos negros e afrodescendentes; e de saúde integral para este segmento, com a criação de bancos de dados que especifiquem a cor da pele e a classificação de doenças que afetam essa população.

10 LEIS DA TIA JU 10123

<p>LEI Nº 8021/2018 Isenta do pagamento de custas cartoriais os processos referentes à guarda, tutela e adoção de crianças e adolescentes.</p> <p>LEI Nº 7890/ 2018 Cria a campanha de incentivo à doação ao Fundo para a Infância e Adolescência (Fundo FIA), através da publicação de mensagem nos contracheques dos servidores dos órgãos públicos e das empresas privadas em funcionamento no estado do Rio de Janeiro.</p> <p>LEI Nº 7558/ 2017 Cria a elaboração de estatística sobre a violência contra o pessoa idoso.</p> <p>LEI Nº 7816/ 2017 Garante aos alunos da rede pública de ensino a prática esportiva nos clubes sociais sediados no estado do Rio de Janeiro.</p> <p>LEI Nº 7405/2016 Cria o programa de apadrinhamento afetivo "Um Lar para os Idosos" no Rio de Janeiro.</p> <p>LEI Nº 7318/2016 Declara como patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro a Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>LEI Nº 7270/2016 Cria o Dia de Dandara e da Consciência da Mulher Negra, a ser comemorado anualmente no data do falecimento da líder africana Dandara.</p> <p>LEI Nº 8052/2018 Tia Ju é autora da Lei que cria a Campanha "Não espere 24 horas", para a divulgação da Lei 11.2959/2005, conhecida como a "Lei da Busca Imediata", que alterou o ECA, para que as investigações e buscas sejam feitas logo após o desaparecimento de crianças e adolescentes.</p> <p>LEI Nº 7835/2018 Tia Ju é uma das autoras da lei que estabelece multa e manda retirar do ar toda e qualquer veiculação publicitária misógina, sexista ou estimuladora de agressão e violência sexual em nosso estado.</p> <p>LEI Nº 7830/2018 Tia Ju é uma das autoras da lei que altera a Lei 4.510/2005, reconhecendo o direito à gratuidade nos transportes também aos estudantes das redes públicas municipal e federal.</p>
---	---



*Frente, verso e páginas de uma cartilha distribuída pela campanha, divulgando a atuação da candidata no mandato que se encerra e suas propostas principais propostas de campanha.

Ao elencar as prioridades de sua campanha, Tia Ju reforça essa imagem e afirma que sua principal causa está na proteção das crianças.

Quero continuar trabalhando pelas mulheres... pelas crianças que é a minha principal bandeira. Meu principal mastro são as crianças e os adolescentes. Porque se a gente não cuidar dessa turma gente, esquece sociedade organizada, esquece ordem e progresso pra todos. A gente precisa cuidar dessas crianças desde o ventre das mães delas. Dando pra essas mães o direito do pré-natal digno, a atenção básica, assistência básica que é tão barata, tão barato, tudo que é básico, tudo que é preventivo é barato.

Em contra partida, se o “alargamento” tem suas vantagens, também impõe desafios, tira a campanha de uma zona de conforto. “Pregar pra convertidos” é sempre mais cômodo em contraste a se aventurar em novos discursos e mobilizar novos eleitores.

Quando eu fui agredida, atacada, lá na ALERJ, por um deputado, que num vale a pena nem citar o nome, por que a gente não pode dar ibope²⁸... hoje a candidatura é minha não é dele. Eu deixei claro uma coisa, ninguém na Assembleia legislativa pode me acusar de ser preconceituosa. Porque não tem um gabinete mais eclético naquela casa que o meu. (palmas) Eu tenho ali no meu gabinete representado, assembléianos. Eu tenho representado Igreja Universal. Eu tenho representado povos de Matriz Africana através do Marcio²⁹. Eu tenho representado espírita, eu tenho ali assessores que não creem em nada, e eu tenho representado aqueles que creem em tudo e tem os católicos também. Então, meu gabinete não só tem evangélicos. Eu sempre, quando algum evangélico ingressa na minha assessoria eu deixo claro, aqui eu faço política, quem quiser falar de religião comigo eu convido domingo pra estar comigo na Igreja ou na Assembleia ou na Universal onde eu estiver no domingo. (palmas) E a gente conversa sobre isso, porque na Assembleia legislativa eu estou lá pra fazer política e é o que eu vou fazer e vou continuar fazendo. E meu público evangélico tem entendido muito bem isso, que eu sei separar as questões religiosas das questões políticas. Volto a reafirmar o meu compromisso com a população do Rio independente da cor da raça do credo religioso, de tudo.

Nota-se que existe uma vigilância quanto aos contornos religiosos de sua prática política. Entendemos que o teor do discurso tenta atingir justamente eleitores de outros segmentos religiosos e eleitores que veem com ressalvas a atuação de candidatos evangélicos. No entanto, existe uma ressalva semelhante por parte dos eleitores evangélicos no tocante a atuação da candidata. Em determinados momentos, como na referência às religiões de matriz-africana, suas falas geram contradições que não passam despercebidas pelo público evangélico. Estes exercem uma pressão sobre sua atuação,

²⁸ Tia Ju se refere a fala do então deputado Átila Nunes (MDB), que por ocasião da sessão ordinária do dia 09/08/2017 da Alerj, se referiu aos políticos ligados a Igreja Universal reprovando os vínculos entre a igreja e estes religiosos. No site do PRB era possível encontrar uma matéria sobre o ocorrido que afirmava que Tia Ju foi vítima de ataque religioso e de gênero do plenário da Alerj. Link da fala da Tia Ju: <https://www.youtube.com/watch?v=Km9k2xwQEcI> e Link da fala de Átila Nunes: <https://www.youtube.com/watch?v=XzOsFRPUnLA>, acesso em 04/11/2019.

²⁹ A candidata estava se referindo a Marcio Ferreira, seu assessor de comunicação. Marcio foi meu interlocutor na pesquisa, foi ele quem proporcionou meu contato com a deputada.

olham com desconfiança e ocorrem reprovações de algumas de suas atitudes. Percebemos na fala da candidata uma tentativa de responder também a estes eleitores.

Quando vem me criticar “a Sr^a, é evangélica e estava lá no Cais do Valongo com os umbandistas”. Eu estava como uma pessoa pública, fui receber um Rei, que também é uma pessoas pública. Nós não estávamos ali discutindo religião, nós estávamos fazendo política. E todas as vezes que o Rei vier eu vou recebê-lo, com todas as honrarias que um Rei merece. E assim eu faço, gente. Volto a dizer, sem negar a minha fé. Isso não macula a minha fé. Isso não macula a minha fé. Aos povos de matrizes africanas que estão aqui, que me apoiam, eu já disse: eu não vou lá no Terreiro, num foi isso? Mas, eu tenho o Márcio que vai lá visitar, e vai atender vocês, mas eles vem a mim. Porque eu não faço com hipocrisia, eu faço com sinceridade. Quem está aqui comigo, está junto, andando comigo é por que é olho?!No olho.

Por fim, como último eixo está a *defesa da moralidade*. A candidata se posiciona de modo a defender a luta contra aquilo pelo qual os evangélicos passaram a se dirigir como “ideologia de gênero” (o termo é usado para se referir à divulgação de material educacional de combate à homofobia e à desigualdade de gênero).

A única coisa que eu não coaduno é com a ideologia de gênero, porque a única ideologia que eu conheço é a ideologia (livro) de Gênese. Mas respeito quem acredita nessa ideologia. Enquanto política eu respeito as decisões e escolhas de opções sexuais também. O indivíduo na sua fase adulta ele pode escolher o que ele quiser. Eu só não go..., eu só não a.. eu só não aceito é ensinar, inculcar coisa na cabeça de criança, porque são indivíduos em formação, o que você enfiar na cabeça deles vai ficar (palmas).

Na defesa de sua concepção sobre o tema aciona a bíblia, mas, recorre ainda à sua formação como pedagoga para sustentar sua posição contrária a “ideologia de gênero”. Isso mostra a diversidade dos argumentos à disposição da candidata. Pode-se ir de um argumento calcado na religião para uma sustentação secular em uma única fala.

E digo isso porque sou pedagoga, sou professora e sei o que (que) se passa e como se passa o processo de formação do indivíduo. Então a gente tem que deixar o indivíduo com liberdade. Quando ele chegar na idade dele de decisão que ele decida. Mas a gente não pode inculcar na cabeça de criança os nossos ideais, os nossos pensamentos, os nossos objetivos. Vamos ensinar a criança o caminho que ela deve andar. Quando a Bíblia fala sobre isso as pessoas acham, pastor, que tá falando

só da Bíblia. Ensina a criança o caminho que ela deve andar. O meu entendimento nessa passagem bíblica é: ensine a criança a ser reta, a ser honesta, a ser correta, a amar ao próximo, a respeitar a família, a amar ao outro, a ser um cidadão decente... e quando for velho, ele vai saber entender tudo isso. É isso que eu entendo dessa passagem. Então, nós temos que ensinar as crianças o caminho que ela deve andar, o caminho da retidão, da honestidade. Jesus sentou com prostituta. Jesus comeu com pecador. Jesus estava na morte ao lado de dois ladrões e não se furtou de dizer, meu filho hoje tu estarás comigo no paraíso. É por isso que eu sento com todos, estou com todos, eu só faço o que Jesus Cristo me ensinou: amar ao próximo como a mim mesma. (palmas)

No trecho acima, podemos identificar boa parte do que dissemos sobre a teoria do discurso. Ele constitui um discurso particular que se pretende hegemônico construído em resposta a uma ameaça externa. A ameaça externa corresponde ao exterior constitutivo, no qual são estabelecidas as relações de antagonismo através das quais são possíveis a produção (precária) dos sujeitos e suas identidades. Neste caso, está intimamente ligada à construção da identidade evangélica, que sustenta a defesa da moralidade como um dever do “povo de Deus”, mobilizada pelos políticos evangélicos em larga escala, desde o início de sua atuação política em bloco.

Além disso, a candidata faz referência a um aspecto incomum ao sistema religioso, a sua formação como pedagoga. Anteriormente a essa articulação, sua formação em pedagogia é um elemento possível, porém não comumente acionado, devido à contingência é impossível predizer sua articulação, mas a partir deste acionamento ela se transforma em um momento. Novamente fazemos referência ao exterior constitutivo: os discursos que defendem o ensino de educação sexual e/ou questões relacionadas a gênero em escolas, em grande parte são emitidos por profissionais da área de educação. Remeter-se à sua formação faz com que se defenda de estar se baseando em um conservadorismo religioso, também a coloca em possibilidade de debater o tema no campo da educação. Como em qualquer outra articulação discursiva, não há garantia de que este discurso possa mobilizar um contingente de adeptos, no caso, eleitores.

Aquilo que é tido como certo, como a “retidão”, é elevado à condição de natural. Numa tentativa de afastar-se daquilo que possa ser entendido como *ideologia* e apresentar-se como a realidade sobre a vida, a verdade, algo parecido com a ideia de

doxa (BOURDIEU, 2014). É evidente uma preocupação em colocar questões morais acima da questão religiosa, ou seja, são mais importantes que a própria Religião, e não é foco da ação de uma religião em específico, mas sim um tema caro a qualquer grupo que se entenda como religioso, como um eixo unificador. Neste ponto, a ideia contida no discurso se insere no eixo *defesa da moralidade*, exerce efeitos de *alargamento do discurso*, pois, é capaz de cumprir as duas funções. Portanto, aproxima-se da noção de ponto nodal. Neste eixo se encontram também os discursos sobre honestidade e a moralidade tanto na vida civil quanto na vida política.

É interessante frisar que a pertença religiosa da candidata e a avaliação geral de como são vistos os religiosos que se inserem na política, são levadas em consideração para elaboração das estratégias discursivas utilizadas.

O discurso sobre laicidade pode aparecer em todos os eixos e é mobilizado com bastante ênfase nos dois primeiros. Defender a laicidade se tratando de um político evangélico corresponde a se posicionar contra o discurso que os acusa de “misturar política com religião”. Essa acusação é recorrente, defender a laicidade é se defender dela. Outro efeito disso é justamente a justificação: se o estado é laico, ele deve aceitar e assegurar a presença de evangélicos e demais grupos religiosos sem distingui-los de outros grupos de interesse presentes no mundo político, o que, em termos, coloca as religiões de um mesmo lado de um corte antagônico. Religiões que no campo religioso são concorrentes acabam, diante de um discurso que defende a possibilidade de todas participarem do campo político, por estar do “mesmo lado” quando aquilo que é tido como o outro significa limitar a participação política de candidatos religiosos.

Diante do recorrente interesse e sucesso da participação de evangélicos na política partidária brasileira, em especial do papel preponderante da IURD neste processo, este capítulo procurou elucidar as articulações discursivas de uma candidata evangélica.

Considerações Finais

Portanto, a IURD encontrou na política um meio de expansão e defesa da instituição religiosa e de suas ações econômicas. No entanto, não se pode atribuir à política uma função secundária na estrutura de atuação da instituição. O tripé de sustentação, mídia, política e ação social, em que pese os problemas decorrentes da atuação nestas frentes, têm elementos que se reforçam. Incluindo aí a religião, responsável inicial por todas as outras empreitadas, mas que, como as demais, está envolvida de forma multivetorial nesta relação.

Ao que parece, contudo, a instituição religiosa, por características da religião e da pressão social exercida sobre instituições dessa classe, que se colocam como intermediadoras entre o profano e o sagrado, é o elo mais visivelmente vulnerável de toda esta estrutura. Obviamente, é difícil de mensurar o real impacto, mas a maior atingida (a mais visibilizada também) pelas acusações e escândalos envolvendo as relações que se estabelecem nesta estrutura é a própria Igreja. Não vejo objeções para inferir que se por um lado a parte religiosa desta estrutura é a mais robusta e organizada é também a parte mais visada, a parte mais atacada e pressionada pela opinião pública.

Com o que foi explorado nos capítulos, temos subsídios suficientes para apontar alguns processos importantes. Sua prática política é informada por sua prática religiosa. Portanto, está sujeita a mudanças, de acordo com os movimentos e aprendizagens decorrentes de novas experiências no fazer religioso. Como exemplo, temos o trabalho de assistência social que “sensibilizou” a instituição para uma nova postura política que culminou na viabilização de uma parceria com Partido dos Trabalhadores, algo inimaginável no início da década de 1990. De maneira semelhante, sua atuação política recente absorve uma particular característica da conjuntura política brasileira atual, se posicionando politicamente, através do Republicanos, como conservador nos costumes e liberal na economia.

O pragmatismo nas suas estratégias de atuação política. Sua atuação demonstra um acentuado pragmatismo político. No decorrer das eleições presidenciais em que participou, de 1989 a 2018, em nenhuma delas pode se dizer que saiu derrotada. Mesmo nos momentos mais críticos, como sua relação com FHC e no período da segunda eleição de Dilma até o seu impedimento, conseguiu se preservar apostando em uma

neutralidade de ocasião. Prova disso, é que mesmo após alguns entraves consegue ter prestígio com a indicação de políticos importantes cargos nos governos.

No momento em que a Igreja transfere sua articulação política de um partido que fora ocupado para um partido que se desenvolve desde o nascimento vinculado a ela, a pressão de seus pares na política se eleva e encontram argumentos que se sustentam predominantemente relacionados à laicidade. O novo quadro exige uma flexibilização do discurso empregado. A estratégia de hegemonia política implica, agora, não apenas em se colocar como viável para os evangélicos em geral, implica em ultrapassar o discurso que amarra o Republicanos a este segmento, ou seja, exige a construção de uma nova articulação que sustente sua legitimidade sem que tenham que recorrer a identidade religiosa, ou que, pelo menos, consiga ser imbricada a está.

Desenvolvemos o estudo da campanha da Tia Ju, no sentido de explorar essa questão. Elaboramos a classificação dos sentidos do discurso da candidata em 3 eixos: 1) *justificação* da inserção dos evangélicos na política e *reafirmção* da pertença religiosa – essa classe de discurso se direciona aos evangélicos que representam a maioria dos votos da candidata e também cumpre a função de sustentar a irrupção no espaço público para que o evangélico busque seu espaço; 2) *alargamento do discurso* para eleitores não evangélicos – o voto dos fiéis da IURD ou mesmo evangélicos não é tratado como suficiente para se eleger e é desejado aumentar os adeptos para superar a concorrência de outros candidatos do mesmo segmento religioso e partidário (os candidatos ligados a IURD se concentram já há algumas eleições no PRB), por isso é interessante falar para outros grupos e até mesmo para outras religiões, mesmo as que são tidas como “concorrentes” no campo religioso, como os Umbandistas; 3) *defesa da moralidade* – se destaca a defesa de que crianças e adolescente devem ser preservados da “ideologia de gênero” e de que a política deve ser isenta de corrupção. A *defesa da moralidade* é tratada como questão que une diversas religiões, mas que também transcende aquilo que é religioso. Mesmo que muitas vezes seja sustentado por passagens bíblicas, a intenção é eleva-lo a condição de verdade independentemente de professar uma fé, deve ser defendido porque é “natural”.

É importante atentar para o fato de que um mesmo tema pode ser mobilizado dentro de eixos distintos, já que o discurso muda de acordo com os objetivos e contextos específicos. Defender a laicidade, por exemplo, serve tanto para justificar a presença dos evangélicos na política, quanto para penetrar em outros espaços, como um

efeito esperado a partir do que seria o *alargamento do discurso*. De maneira parecida, é feita a utilização de passagens bíblicas, presentes com intensidade nos eixos 1 e 3.

Destacamos que o pertencimento religioso pode influenciar significativa nas ações de um candidato, marcando não apenas sua visão de mundo e dando suporte para sua campanha, como também colocando questões específicas oriundas das dinâmicas diferenciadas que constituem o político e o religioso.

A dificuldade da interpretação (e seu grande potencial) esteve em captar a influência da religião sobre a política, sem deixar o fenômeno político à margem, ou seja, levando em consideração às questões que este coloca ao religioso. Os constrangimentos que se impõe do político ao religioso, e na direção inversa, do religioso ao político, juntamente as ambições dos sujeitos envolvidos (instituições e candidatos) são de suma importância para uma apreensão efetiva do fenômeno, assim como os ganhos gerados pela articulação dessas duas lógicas na identidade e na gramática do candidato. Dessa forma, procurei atentar para o fato de que a relação estabelecida nunca é de mão única e corresponde há uma complexa articulação e influência mútua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 111-122.
- ALMEIDA, Ronaldo. A guerra das possessões. *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, p. 321-342, 2003.
- ALMEIDA, Ronaldo de; DE ALMEIDA, Ronaldo RM. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. Editora Terceiro Nome, 2009.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Negócios, Poder e Fé: a universal contra a mundial. In: *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, p. 95-109, 2012.
- BANDINI, Claudirene. A participação política dos pentecostais nas eleições de 2002. Dissertação. São Carlos, 2003.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). 2007.
- BEHS, Micael Vier. Estratégias jornalísticas da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições 2006/2008: O caso da Folha Universal. Dissertação. São Leopoldo, 2009.
- BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e sociedade*, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2014
- BURITY, Joanildo A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P (Orgs). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- BURITY, Joanildo A.. A Cena da Religião Pública: Contingência, Dispersão e Dinâmica Relacional. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 102, p. 93-109, 2015.
- BURITY, Joanildo A. Minoritização, glocalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.30, n. 2, p. 31-73, jul/dez, 2015.
- CAMPOS, L. S.. A Igreja Universal do Reino de Deus - um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão. In: *Deuxieme Journees d'Etudes de Lusotopie - Protestantism en lusophonies*, 1997, Lisboa, 1997.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O complicado “Governo dos Justos”: avanços e retrocessos no número de deputados federais evangélicos eleitos em 2006 e 2010. *Debates do NER*, v. 2, n. 18, p. 111-128, 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “políticos de cristo”: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: *XXVI ANPOCS*, Caxambu, 2002.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo - uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: Joanildo Burity; Maria da Dores Campos Machado. (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. 1ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2006, v. 1, p. 29-90.

CAMURÇA, Marcelo. Religião, Política E Espaço Público No Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *Estudos de Sociologia*, v. 3, n. 25, p. 125-159, 2019.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado Brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.

CARRANZA, Brenda. Linguagem midiática e religião. In: João Décio Passos; Frank Usarski. (Org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. 1ed. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013, v. 1, p. 539-555.

CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. A observação direta. PAUGAM, S. *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CONRADO, Flávio César dos Santos. Cidadãos do Reino de Deus: representações, práticas e estratégias eleitorais: um estudo da Folha Universal nas eleições de 1998. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia, PPGSA/UFRJ, 2000.

D’EPINAY, Christian Lalive. *O refúgio das massas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DE SOUZA, Beatriz Muniz. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. Duas Cidades, 1969.

DE SOUZA, Beatriz Muniz. Pentecostalismo. *As religiões da humanidade*, v. 4, p. 785-800, 1973.

DULLO, Eduardo. Política secular e intolerância religiosa na disputa eleitoral. In: Paula Montero. (Org.). *Religiões e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. 1ed. São Paulo/Campinas: Terceiro Nome/Unicamp, 2015, v. 1, p. 27-47.

- FONSECA, Alexandre Brasil. Igreja Universal: um império midiático. In: A. P. Oro; A. Corten & J. P. Dozon. *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, p. 259-280, 2003.
- FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Encontro Editora, 1994.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-Unicamp, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*, Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2003.
- GOMES, Edlaine de Campos. *A era das catedrais: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- GIUMBELLI, E. *Símbolos religiosos em controvérsias*. 1ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. CNPq/Pronex, 2002
- GONÇALVES, R. B.. A candidatura de Pastor Everaldo nas eleições presidenciais de 2014 e as metamorfoses do discurso político evangélico. *Debates do NER*, v. 1, p. 323-348, 2015.
- GRACINO JUNIOR, Paulo; TARGINO, Janine; REZENDE, Gabriel Silva. Religiões públicas e demandas por reconhecimento: reflexões a partir dos dados da pesquisa com jovens participantes de movimentos religiosos de massa na cidade do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, v. 39, n. 2, p. 122-151, 2019.
- GRACINO JUNIOR, Paulo. Dos interesses weberianos dos sociólogos da religião: um olhar perspectivo sobre as interpretações do pentecostalismo no Brasil. *HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 6, n. 12, p. 69-92, 2008.
- GUTIERREZ, Carlos. Igreja Universal e política: controvérsia em torno do secularismo. In: Paula Montero (Org.). *Religiões e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. 1ed. São Paulo/Campinas: Terceiro Nome/Unicamp, 2015, v. 1, p. 49-74.
- LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. *Pós-modernismo e política*, v. 2, p. 127-149, 1992.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LIMA, Diana; WERNECK, Vinícius. A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 1, p. 221-250, 2012.

- MACHADO, Maria D. C..Religião, Cultura e Política. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(2): 29-56, 2012.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião e sociedade*. 2015, vol.35, n.2, pp.45-72.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais na avaliação de líderes religiosos. *Dados*, vol. 57: 601-629, 2014.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos avançados*, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.
- MARIANO, Ricardo. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. *Perspectiva Teológica*, v. 43, n. 119, p. 11-11, 2011.
- MARIANO, Ricardo. Religião e política no Brasil: ocupação evangélica da esfera pública e laicidade. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio; ORGS.(Org.).. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*, v. 3, 2015, p. 342-355.
- MARIZ, Cecília. Algumas reflexões sobre religião e luta pela cidadania. Joanildo A. Burity e Péricles Andrade Jr. *Religião e cidadania*. São Cristóvão/Recife. UFS e Fundação Joaquim Nabuco, p. 263-272, 2011.
- MARIZ, Cecília. *A Teologia da Guerra Espiritual: uma revisão da bibliografia*. PPCIS/Uerj, 1997.
- MARTINS, Caio. Religião e Política na Igreja Universal: um estudo acerca da mobilização de conteúdos político/eleitorais pelo Jornal Folha Universal no ano de 2018. Monografia de conclusão de curso. UEMG – Barbacena, MG, 2020.
- MENDONÇA, Daniel. *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. EdUPucRS, 2008.
- MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Em torno de Ernesto Laclau*. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdUPUCRS, p. 25-33, 2008.
- MONTERO, P.. Max Weber e os dilemas da secularização. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. 65, p. 34-44, 2003.
- MONTERO, P.. O Campo religioso, secularismo e a esfera pública no Brasil. *Boletim CEDES*, v. 04, p. 01-09, 2011.

- MONTERO, P.. *Religião e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. 1ª ed. São Paulo: Terceiro Nome e Unicamp, 2015.
- MONTERO, P.. Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. *Cultura y Religión*, v. II, p. 132-150, 2013.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos. CEBRAP*, 2006.
- MOUFFE, Chantal. Religião, democracia liberal e cidadania. Burity JA, Machado MDC, organizadores. *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, p. 15-28, 2006.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. Lisboa: Gradiva, 2019.
- NOVAES, Regina Reyes. Crenças religiosas e concepções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz Carlos. *Política e Cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.
- ORO, A. P.. Religião e Política no Brasil. In: Ari Pedro Oro. (Org.). *Religião e Política no Cone-sul, Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar Editorial, 2006, v. , p. 75-156.
- ORO, A. P..A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.
- ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, 2011.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e dessecularização: A propósito do autoengano em sociologia da religião. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n° 49, 1997.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 13, n. 37, p. 43-73, 1998.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Religião como solvente: uma aula. *Novos estudos CEBRAP*, n. 75, p. 111-127, 2006.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. *A realidade Social das Religiões no Brasil: Religião, Sociedade e Política*. São Paulo: Hucitec, 1996
- PRANDI, Reginaldo; DOS SANTOS, Renan William; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista usp*, n. 120, p. 43-60, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 6 edição, 1961.

RODRIGUES, Carlos. *A Igreja e o Social*. 1998.

TADVALD, Marcelo. Demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. *Debates do NER*, v. 2, n. 10, 2006.

TADVALD, Marcelo Tadvald. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, v. 1, n. 27, p. 259-288, 2015.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. *Numen*, v. 16, n. 1, 2013.

VITAL, Christina C.; LOPES, Paulo Victor L.. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Fundação Heinrich Böll, 2012.

WEBER, M. “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1979.

WILLEMS, Emilio. Protestantism and culture change in Brazil and Chile. *Religion, Revolution and Reform*, p. 95-108, 1964.